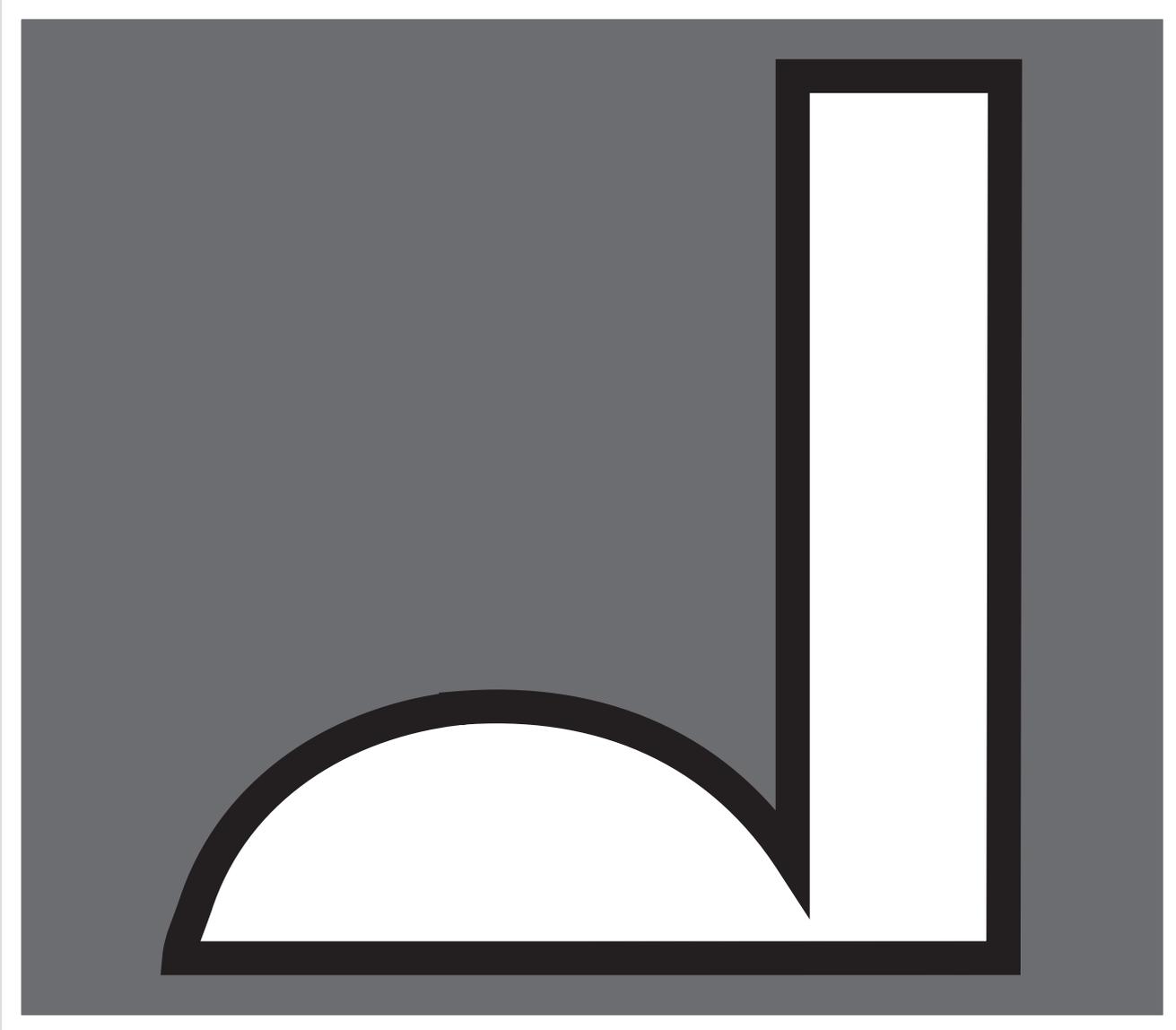




# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



## DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LX - Nº 181 - SÁBADO, 5 DE NOVEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

---

**MESA****Presidente**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**1º Vice-Presidente**

Tião Viana – BLOCO – PT – AC

**2º Vice-Presidente**

Antero Paes de Barros – PSDB – MT

**1º Secretário**

Efraim Morais – PFL – PB

**2º Secretário**

João Alberto Souza – PMDB – MA

**3º Secretário**

Paulo Octávio – PFL – DF

**4º Secretário**

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

**Suplentes de Secretário**

1º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT

2º Papaléo Paes – PSDB – AP

3º Alvaro Dias – PSDB – PR

4º Aelton Freitas – PL – MG

**LIDERANÇAS****MAIORIA (PMDB) – 21****LÍDER****Ney Suassuna****Vice-Líderes**Garibaldi Alves Filho  
(vago)Gilberto Mestrinho  
(vago)Amir Lando  
(vago)**LÍDER DO PMDB – 21**

Ney Suassuna

**Vice-Líderes do PMDB**

(vago)

(vago)

Luiz Otávio

Gerson Camata

(vago)

Wellington Salgado de Oliveira  
Valdir Raupp**LÍDER DO PTB – 4****Mozarildo Cavalcanti****Vice-Líder DO PTB**

Sérgio Zambiasi

**LÍDER DO PDT – 4****Osmar Dias****Vice-Líder do PDT**

(vago)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO  
(PT/PL/PSB) – 17****LÍDER****Delcídio Amaral – PT****Vice-Líderes**

Sibá Machado – PT

Antônio Carlos Valadares – PSB

**LÍDER DO PT – 12****Delcídio Amaral****Vice-Líderes do PT**

Roberto Saturnino

Ana Júlia Carepa

Flávio Arns

Fátima Cleide

**LÍDER DO PL – 3****João Ribeiro****Vice-Líder do PL**

Aeton Freitas

**LÍDER DO PSB – 2****Antonio Carlos Valadares****Vice-Líder do PSB**

(vago)

**LÍDER DO P-SOL – 2****Heloísa Helena****Vice-Líder do P-SOL**

Geraldo Mesquita Junior

**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA  
MINORIA****(PFL/ PSDB) – 31****LÍDER****José Jorge****Vice-Líderes**

Álvaro Dias – PSDB

Tasso Gereissati – PSDB

César Borges – PFL

Eduardo Azeredo – PSDB

Rodolpho Tourinho – PFL

Demóstenes Torres – PFL

**LÍDER DO PFL – 16****José Agripino****Vice-Líderes do PFL**

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

Maria do Carmo Alves

Romeu Tuma

(vago)

**LÍDER DO PSDB – 15****Arthur Virgílio****Vice-Líder do PSDB**

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

(vago)

Flexa Ribeiro

**LÍDER DO GOVERNO****Aloízio Mercadante – PT****Vice-Líderes do Governo**

Romero Jucá – PMDB

Ideli Salvatti – PT

Garibaldi Alves Filho – PMDB

(vago)

Fernando Bezerra – PTB

Patrícia Saboya Gomes – PSB

**EXPEDIENTE****Agaciel da Silva Maia**

Diretor-Geral do Senado Federal

**Júlio Werner Pedrosa**

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**José Farias Maranhão**

Diretor da Subsecretaria Industrial

**Raimundo Carreiro Silva**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ronald Cavalcante Gonçalves**

Diretor da Subsecretaria de Ata

**Denise Ortega de Baere**

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 195ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 2005</b>	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
<b>1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda</b>	
Nº 450/2005, de 24 de outubro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 796, de 2005, do Senador Antonio Leite.....	38169
<b>1.2.2 – Discursos do Expediente</b>	
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Crescimento da dívida pública.....	38169
SENADORA <i>IRIS DE ARAÚJO</i> – Necessidade de investigação da denúncia de utilização de recursos oriundos de Cuba na campanha eleitoral do presidente Lula. ....	38171
SENADOR <i>TIÃO VIANA</i> – Significado do encontro de Cúpula das Américas que está ocorrendo em Mar del Plata, Argentina. Visita ao Brasil do presidente norte americano, George W. Bush..	38173
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Considerações sobre a IV Cúpula das Américas. Defesa da apuração de responsabilidades no esquema de corrupção do PT.....	38176
SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Comentários sobre a matéria publicada ontem no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , intitulada “Lula pede que ministros gastem mais”. Apelo pela liberação de recursos orçamentários destinados ao Estado de Rondônia. ....	38176
SENADORA <i>HELOISA HELENA</i> – Preocupação com a baixa execução orçamentária. Visita do presidente George W. Bush ao Brasil.....	38178
SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Importância da aprovação da reforma eleitoral. Realização de manifestações a favor do Estatuto da Igualdade Racial. Protelação das perícias do INSS. Situação dos técnicos e professores universitários, em greve há quatro meses. Reajuste do salário mínimo em 2006. Viagem de S. Ex <sup>a</sup> ao Pará. Apoio à criação de CPIs no Congresso Nacional. ....	38185
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Importância da presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Questionamentos a respeito da visita do presidente George W. Bush ao Brasil.....	38195
SENADOR <i>LUIZ OTÁVIO</i> – Realização da IV Cúpula das Américas.....	38198
<b>1.2.3 – Mensagens do Presidente da República</b>	
Nº 251, de 2005 (nº 747/2005, na origem), de 1º do corrente, comunicando que se ausentará do País nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, em viagem a Mar Del Plata, na Argentina, para participar da IV Cúpula das Américas. ....	38203
Nº 152, de 2005-CN (nº 741/2005, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o demonstrativo da atualização dos parâmetros fixados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda usados na elaboração do Orçamento de 2006 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2005). <b>(Publicada em suplemento a este Diário)</b> .....	38203
<b>1.2.4 – Discursos do Expediente (Continuação)</b>	
SENADOR <i>ALBERTO SILVA</i> – Importância do plantio da mamona e do feijão como fonte de renda para famílias carentes no Piauí.....	38203
<b>1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação</b>	
SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> – Registro do artigo intitulado “O panorama visto de cima do tapume”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 19 de outubro último. ....	38205
SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Comentários ao artigo intitulado “Forças conservadoras”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista <b>Veja</b> , edição de 2 do corrente. ....	38205
SENADOR <i>JUVÊNCIO DA FONSECA</i> – Transcrição do artigo intitulado “O desafio da aftosa”, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 26 de outubro último. ....	38207
SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Considerações a respeito do artigo intitulado “Seguindo as passadas de Mobutu”, de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 23 de outubro último. ....	38208

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Transcrição do artigo intitulado “A angústia do apito final”, de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 30 de outubro último. 38209

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Defesa da ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, aprovada em outubro de 2003, pela UNESCO..... 38210

1.3 – ENCERRAMENTO

**2 – EMENDAS**

Nºs 1 a 46, apresentadas à Medida Provisória nº 264, de 2005. .... 38213

Nºs 1 a 5, apresentadas à Medida Provisória nº 265, de 2005. .... 38260

**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 3.918 a 3.934, de 2005. .... 38266

**SENADO FEDERAL**

**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

– 52ª LEGISLATURA

**5 – SECRETARIA DE COMISSÕES**

**6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

**11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

**CONGRESSO NACIONAL**

**12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

**13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

**16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

# Ata da 195ª Sessão Não Deliberativa, em 4 de novembro de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Paulo Paim e Luiz Otávio*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

### AVISO

#### DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Nº 450/2005, de 24 de outubro passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 796, de 2005, do Senador Antonio Leite.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tendo em vista que o Senador Antonio Leite não mais se encontra no exercício do mandato, a Presidência determina a remessa do Requerimento nº 796, de 2005, ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conforme entendimento e por motivo de força maior, chamamos como primeiro orador o Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Alvaro Dias.

S. Exª dispõe de 15 minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, agradeço ao Senador Alvaro Dias, porque talvez eu tenha de viajar já, por um motivo triste: faleceu a esposa do Prefeito da cidade de Luís Correia. Mas Deus é que sabe das coisas, nós não sabemos nada.

O que sei mesmo, Senadora Heloísa Helena, brasileiras e brasileiros que nos assistem, Senadoras e Senadores, é aquilo que a Senadora Heloísa Helena cantava, discursava e por que bradava: a pança dos banqueiros internacionais. A pança dos banqueiros internacionais, Senador Paulo Paim. De “pança” eu me lembro da história do Jeca Tatu, que era cheio de vermes; do Nordeste, que ainda está sofrendo; de Monteiro Lobato, Senadora Heloísa Helena, e de “O pequeno príncipe”, lembra? Uma cobra come um elefante para dizer que não se pode ser muito poderoso, como o Bush, porque aí não se sai do lugar. São coisas.

Mas, Senadora Heloísa Helena, V. Exª, com toda a razão, advertiu, na primeira hora, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por quem lutamos, em quem votamos e acreditamos e, infelizmente, com o qual todos nós nos decepcionamos. V. Exª advertia dos juro, Senadora Iris Rezende. Serviu até para amenizar, digamos assim, o furor da Senadora Heloísa Helena contra o FHC. Senador Alvaro Dias, o Presidente Lula e sua equipe, Palocci – e eu já dizia que ele não entedia, porque é médico, porque cada macaco tem seu galho. Mas ele apenas seguiu, como se o avião me colocasse na cabine do Boeing, pois vou agora para o meu Piauí. Ele continuou o vôo. Mas, Senadora Iris de Araújo, ele coloca no colo dos banqueiros internacionais, ou na pança desses agiotas, desses gigolôs internacionais, R\$40 bilhões por mês a mais do que Fernando Henrique Cardoso. Com esses R\$40 bilhões, brasileiros e brasileiras, dava para custear a segurança, a educação e a saúde que o povo do Brasil merecia. São R\$40 bilhões a mais, Senadora Heloísa Helena, do que Fernando Henrique Cardoso. Essa é a verdade.

Passei a noite consultando os economistas, Senador Alvaro Dias, o *capuccino* do PSDB. Senadora Heloísa Helena, não condeno FHC pelo que ele pagava porque este paga mais. Onde é que vamos botar o Lula? Mas eu condeno porque, na hora de ser presidenciável, ele só se lembra daquela política velha, arcaica, paulista e mineira, mineira e paulista, apelidada pelos brasileiros de café-com-leite. Eu acho que ele deveria inovar, botar um *capuccino*, uma pessoa agradável, de um Estado pujante e diferente. Esse negócio de prestigiar os paulistas demais está acabando com o resto do Brasil. Até o Lula, que era nordestino, fizeram uma lavagem cerebral nele e agora ele só pensa paulistamente, economicamente, com os banqueiros da Avenida Paulista e se ajoelha diante deles para servi-los.

O Governo Lula está falhando em diversos aspectos. Neste momento, temos a volta da febre aftosa e o escândalo do “valerioduto”, dois assuntos que estão permanentemente na imprensa. Todos já têm conhecimento disso, mas ao largo está acontecendo outro grande escândalo de proporções gigantescas. Trata-

se do crescimento da dívida brasileira, que aumenta devido à incapacidade governamental, à incapacidade palociana. Eu adverti.

Senadora Heloísa Helena, se V. Ex<sup>a</sup> for eleita Presidente, o que seria uma bênção, eu não aceitarei o Ministério da Fazenda. Aceitarei o da Saúde, porque eu me preparei para isso.

O Palocci nada fez, copiou aquele modelo, atrelou-se a ele e não sabe sair, de tal maneira que, brasileiros e brasileiras, entrega, no colo – a Heloísa Helena diz na pança –, dos banqueiros internacionais R\$40 bilhões, por mês, a mais do que do que Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso.

Assim, o crescimento da dívida brasileira tem aumentado. A dívida interna brasileira, Senadora Iris, está próxima de R\$1 trilhão, o que nunca ocorreu antes. Não sabemos nem escrever essa cifra. Se nós não sabemos, imaginem o Lula! Quando se trata de números, ele se atrapalha. Nas letras, também. É número demais – R\$1 trilhão, o que nunca ocorreu antes. A grande culpada desse crescimento é a elevada taxa de juros, a maior do planeta. Essa taxa é determinada pelo Governo Federal, via Palocci e com o aceite de Lula.

Dados do crescimento da dívida: a dívida pública brasileira cresce R\$13,5 milhões, por mês. Senador Alvaro Dias, cresce R\$13,5 milhões por mês! Isso é muito dinheiro! A dívida do Piauí, que tem 500 anos, quando eu deixei o governo do Estado era de R\$1,2 bilhão. Isso em 500 anos!

Senador Paim, R\$13,5 milhões! Isso quer dizer que nossa dívida cresce R\$613,6 milhões por dia. Senador Tião Viana, atentai bem! Ah, se seu irmão tivesse este dinheiro, o grande administrador do Acre – R\$613,6 milhões por dia.

Cresce, cresce, devido à incompetência do Palocci, que eu adverti que não entendia nada de economia – cada macaco em seu galho –, seguiu e bota no colo dos banqueiros internacionais, ou na pança, como diz a Senadora Heloísa Helena, R\$40 bilhões a mais que Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso.

Em outras palavras – atentai bem, Tião Viana – a dívida cresce R\$427 mil por hora. Paim, a cada hora ela cresce R\$427 mil – R\$500 mil – por hora!

E V. Ex<sup>as</sup> sabem por quanto tempo um trabalhador de salário mínimo teria que trabalhar para ganhar esse dinheiro? O que se paga por hora de juros? Cento e dez anos! É isto: seriam necessários 110 anos de trabalho diário de um operário brasileiro para ganhar o que o Governo Lula está fazendo crescer a dívida numa única hora. É uma lástima!

Outro exemplo – darei já um aparte ao *cappuccino* da política do PSDB –: o Governo Federal tem um programa que visa beneficiar 1 milhão e 300 mil pes-

soas, ou seja, 260 mil casas no Nordeste brasileiro, dotando-as de água potável. Atentai bem, Senador Tião Viana, 260 mil casas no Nordeste brasileiro, dotando-as de água potável. Para alcançar esta finalidade, serão gastos US\$330 milhões com financiamento do Banco Mundial e recursos dos governos federal e estadual.

Pois este valor poderia ser custeado com quatro noites de juros.

Brasileiras e brasileiros, acorda Lula! Isso que Vossa Excelência está prometendo, está sonhando, que vai tirar US\$330 milhões no Banco Mundial, esse valor poderia ser custeado com quatro noites de juros. Quatro noites de juros pagaria todo este programa, Senadora Heloísa Helena, de dar 260 mil casas no Nordeste, 1 milhão e 300 mil pessoas beneficiadas com água potável.

Atentai bem, Senadora Heloísa Helena, quatro noites, são 32 horas de juros, supondo 8 horas de sono cada noite. Com quatro noites, são 32 horas de juros, bancaríamos todo o programa de água e não teríamos necessidade de tomar mais dinheiro emprestado do Banco Mundial.

Abraham Lincoln, Senador Alvaro Dias, já dizia: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado. Aprenda Lula, Abraham Lincoln disse: “malícia para nenhum, caridade para todos e firmeza no Direito”. Isso Vossa Excelência tem que aprender, não do Presidente com quem Vossa Excelência vai-se banquetear domingo, o Bush, o destruidor.

Concedo o aparte ao Senador do Paraná, extraordinário Líder do PSDB, presidenciável, Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento, não nesta última parte, mas, na anterior, muito oportuno. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> diz respeito a uma questão crucial para o País. Ao lado da corrupção, a dívida pública é a razão maior do crescimento tímido que a economia do País alcança. E V. Ex<sup>a</sup> faz o pronunciamento exatamente quando o Presidente Lula dirá, nesse fórum das Américas, na Argentina, que a economia do Brasil cresce de forma exuberante. Não entendo o que pensa o Presidente Lula sobre crescimento econômico, porque um país com as potencialidades extraordinárias como o Brasil não pode, em hipótese alguma – sem desmerecer os demais – crescer menos do que Cuba, do que a Nicarágua, do que o Paraguai, do que a Bolívia, do que o Peru, do que a Colômbia, do que a Venezuela, enfim, crescer menos do que todos os países da América Latina; crescer menos do que praticamente todos os países do mundo, inclusive países da África. Mas, o que comemora o Presidente Lula? A política econômica que não inova, mas que mantém os pressupostos básicos da política econômica

do governo anterior, que já a discutia sob o ponto de vista da necessidade imperiosa de mudança. No próprio PSDB essa discussão era presente, e o próprio candidato do Partido à Presidência da República José Serra defendia a retomada do desenvolvimento econômico em índices compatíveis com as aspirações da sociedade brasileira. Portanto, é incompreensível, em primeiro lugar, que o Presidente Lula, com o discurso que o levou à Presidência, mantenha esse modelo de arrocho fiscal e de inibição do crescimento econômico com altas taxas de juros e carga tributária escorchantes; em segundo lugar, que tenha a coragem de comemorar os índices de crescimento econômico do nosso País. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns, porque traz dados, faz comparações e, didaticamente, mostra que a dívida cresce assustadoramente em função da incompetência do Governo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, incorporo o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> no nosso pronunciamento, o que consolida mais o nome de V. Ex<sup>a</sup> como um extraordinário Líder do PSDB neste País.

Senadora Iris de Araújo, V. Ex<sup>a</sup> se lembra daquele debate entre Lula e Collor? O Collor pediu que ele diferenciasse uma promissória de uma duplicata. Isto foi problema do Collor e do Lula. Passou. Não vamos chorar sobre o leite derramado. Mas, quero crer que o Lula não tem o discernimento exato do que é dívida e poupança. Dívida e poupança. Este País aumentou a dívida para R\$1 trilhão, R\$40 bilhões a mais do que Fernando Henrique por essa dívida, consequência dos juros altos que se paga a mais. E aí está.

Mas, Senadora Iris, V. Ex<sup>a</sup> é muito jovem. Nos seus 15 ou 20 anos, não se lembra deste País. Mas, lembro-me, Senadora Heloísa Helena, quando aqui veio Franklin Delano Roosevelt, em crise, em guerra mundial, e Getúlio, com sua inteligência – ah, se Getúlio pousasse lá no banquete, na Granja do Torto, e Lula pudesse agir direito – disse: vamos conversar; vamos entrar nessa guerra pela democracia. Aí ele pediu a siderúrgica de Volta Redonda. Estamos no aço.

Relembro, Iris de Araújo – V. Ex<sup>a</sup> porque é muito jovem –, o País que construiu a Petrobras, a Eletrobrás, a Embrapa, as universidades federais, a Embraer. E o País de Lula Paz e Amor? Pergunto: Lula, respeito o direito de gostar, cada um deve fazer o que gosta, mas abra um dicionário, que não é tão difícil, e leia o que é dívida e o que é poupança. E, já que vem o Bush aí, eu lembraria Abraham Lincoln: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, vou lhe conceder mais um minuto

para que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir, para que a Senadora Iris Araújo possa usar a palavra, porque ela também vai viajar em seguida.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Neste minuto, faria minhas palavras, meus versos e minha cantoria a reza de Heloísa Helena, que advertiu que esse Governo atendia os gigolôs do mercado internacional; que esse Governo não atendia ao lema da bandeira – Ordem e Progresso –, mas às ordens do Bird, do BID, do Banco Mundial.

Então, que o espírito de Getúlio pouse, amanhã, na Granja do Torto – gaúcho como Paim – e lembre o compromisso desse Presidente e desse Governo com o trabalho e o trabalhador. São o trabalho e trabalhador que fazem as riquezas.

Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa, agradeço pela pontualidade após o apelo da Mesa.

De imediato, passo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a semana produziu duas revelações de extrema gravidade que merecem de nós a mais intensa reflexão.

Ontem mesmo, o Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, deixou claro, por meio de farta documentação, que o Banco do Brasil foi a fonte de onde jorraram pelo menos R\$10 milhões que abasteceram o Partido dos Trabalhadores por intermédio da empresa do publicitário Marcos Valério de Souza. Ou seja, constata-se que o “valerioduto” era mesmo irrigado com dinheiro público – o que se traduz na primeira grande evidência real sobre a origem dos recursos desviados para financiar o chamado mensalão que originou a mais aguda crise da recente história política do País.

Numa outra vertente, que nos desperta para uma preocupação ainda maior, fica a pergunta, Sr. Presidente: o que fazer diante de fatos tão complexos como os gerados a partir da reportagem de capa desta semana

da revista **Veja**, ao sustentar que a campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu US\$3 milhões de dólares vindos de Cuba, entre agosto e setembro de 2002?

Em face da inusitada denúncia que, se comprovada, pode levar ao *impeachment* do presidente Lula e à cassação do registro do PT, qual deve ser o comportamento do Congresso Nacional: ignorar o assunto ou investigá-lo a fundo para que não paire nenhuma dúvida a respeito de tal conexão?

Naturalmente, ao Parlamento não caberá outra postura senão o caminho da investigação séria e profunda, porque a denúncia encerra uma situação explosiva, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, e da mais alta gravidade nas duas direções: se as acusações foram comprovadas, evidentemente estaremos diante de uma ruptura histórica inevitável. Mas, se tudo não passar de “fantasias”, como alega o PT, então à revista caberá a grandeza de fazer o devido reparo, restabelecer a verdade e praticar a justiça.

Já está aí a CPI dos Bingos com o calendário definido para ouvir as fontes arroladas na polêmica reportagem, e o caminho é justamente este: ir a fundo e desvendar cada curva dessa suposta ponte entre o regime de Fidel Castro e o governo do PT para verificar se realmente houve financiamento ilícito da campanha de Lula. Mais do que isso: se existirem, de fato, evidências a respeito, então seria necessário avançar muito mais para verificar possíveis ingerências decorrentes de tal investimento, porque, como se sabe, uma quantia extraordinária de dinheiro como essa não seria arrebanhada em troca de nada. Um empresário quando financia uma campanha depois vai cobrar o seu quinhão. Um regime político com o perfil de Cuba, se comprovada a doação, também jogaria a partir de um objetivo específico. E aí o caso teria uma amplitude muito mais grave, muito mais além do que se poderia imaginar.

Faço essas ponderações, Sr. Presidente, sem nenhum propósito de colidir com o PT ou somar forças com a Oposição. Em determinados momentos, os fatos despertam paixões desmedidas, e aí corremos o risco de substituir a racionalidade e o equilíbrio pela emoção. Quase sempre, nessas realidades, o resultado é o brotar de um radicalismo que, efetivamente, não interessa ao País e ao seu povo.

É necessário que, como agentes públicos, saibamos valorizar o estágio avançado de prática democrática que, graças a Deus, vivemos no Brasil. Nesse sentido, é, sim, condenável **a priori** desqualificar ou descaracterizar a reportagem de **Veja**, com fazer o PT e o Governo, imputando à publicação a pecha de serviçal dos interesses do PSDB e PFL. Pior ainda é o

comportamento da Embaixada de Cuba, que preferiu definir a denúncia da revista como a ação do “imperialismo” ianque.

Creio, sinceramente, que já passamos desta fase de creditar a “forças ocultas” ou a “interesses expansionistas dos Estados Unidos” tudo o que acontece no País. O amadurecimento significa encarar os fatos, investigar a fundo e buscar a verdade acima de tudo. É claro que, para o Brasil, o ideal seria sair do atoleiro das acusações, mas, para isso, é necessário que seus agentes públicos atuem com correção e honestidade. E mais: mesmo que não gostemos, num ambiente democrático, as denúncias sempre farão parte da rotina, porque expressam as contradições dos agentes políticos. Agora, a quem denuncia sempre caberá o ônus incontestável da prova.

Assim, se o PT erra ao acusar **Veja** de ser portavoz de forças que pretenderiam derrubar o Governo, igualmente não pode também a Oposição exagerar e fazer da denúncia um ingrediente que antecipe o debate eleitoral.

O momento é de gravidade – e de cautela. Não nos cabe ainda nenhum juízo, nenhum julgamento. Mas é preciso que fiquemos atentos. O mensalão, por exemplo, foi contestado duramente pelos denunciados no caso. No entanto, vejam que até presidentes de partidos importantíssimos do Brasil caíram acossados pelas evidências dos fatos! Se o mensalão fosse irreal, não existiriam motivos para tantas baixas num curto espaço de tempo. E observem que as revelações são resultado principalmente do trabalho exaustivo da imprensa.

No caso da conexão cubana, algumas preocupações se apresentam. A primeira delas é a sensação de que possamos ter ressuscitado com Lula este confronto de caráter ideológico que tantas tragédias trouxe ao mundo. O passado recente marcado pelo autoritarismo de esquerda e de direita tem esse legado de vidas e vidas ceifadas pela fúria da intolerância.

Não podemos jamais celebrar o mundo do confronto. Não me passam pela cabeça ideais venezuelanos, cubanos, norte-americanos, de empreender a batalha de nação contra nação, regime contra regime. Não permitamos que o Brasil entre neste embuste que, na verdade, expressa rancor, ódio, dilaceração, dor! A tradição de nosso País sempre foi a paz, a concórdia, a tolerância, a busca da unidade. Caso se confirme essa conexão cubana, por meio de dólares tirados do sofrido e pobre povo daquela ilha, então, a interpretação internacional a respeito do Governo brasileiro será exatamente esta: mais uma Nação associada à velha e decadente tirania ideológica que persiste, a despeito dos desastres históricos evidentes.

Por fim, fica a preocupação com essa guerra que o Presidente Lula teria declarado como única alternativa para enfrentar o que qualifica como exagero das oposições. Também aqui a inspiração é venezuelana e o Presidente teria citado a postura de Hugo Chávez, que dividiu o país ao meio para permanecer no poder. Pelo amor de Deus! Gostaria que o Presidente Lula declarasse guerra sim, mas à fome, ao desemprego, à miséria, à falta de oportunidades para os jovens, ao abandono de nossas crianças. Não queremos um Brasil dividido ao meio, mas irmanado no mesmo propósito de lutar pela vida, pela paz, pela felicidade de seus filhos.

Sempre aqui nos levantaremos contra qualquer confronto anunciado, guerras sem ideais, batalhas sem causas! É preciso redirecionar o discurso. Guerra, sim, à desonestidade e à roubalheira.

Um presidente deve pregar a concórdia, o estadista deve buscar o diálogo permanente. Imaginar uma democracia sem oposição é exterminá-la de fato. Por outro lado, nenhuma oposição precisa passar do limite imposto pelo equilíbrio.

Também, por outro lado, não podemos ceder ao calor das emoções, mesmo diante de suspeitas como esse nefasto uso de grampo ou ameaça familiar numa vã tentativa de intimidar os dirigentes das oposições e os Parlamentares que integram as Comissões de Ética ou Parlamentar de Inquérito, o que sinalizaria para um hediondo terrorismo psicológico. Tudo bem, deve-se protestar com veemência e indignação, mas se predispor a dar uma “surra” no Presidente Lula é algo que foge completamente aos parâmetros do processo democrático e macula mesmo aquele sentido de oposição sensata e coerente que sempre guiou as ações dos líderes partidários deste País. Além disso, uma manifestação desse porte não apenas acirra ânimos e torna tensa a convivência política como também fornece combustível ao Governo para se colocar numa cômoda posição de vítima, que em nada colabora para esclarecer a opinião pública sobre o dramático momento que vive o País.

É hora de refletir, investigar os fatos denunciados, buscar a verdade e não fugir ao debate. É assim que se constrói a verdadeira democracia.

Terminando, eu gostaria de falar a propósito do significado de minha camiseta com a bandeira do Brasil – coincidentemente, a Senadora Heloísa Helena veste uma camiseta igual. É para dizer: “Aqui é a nossa casa e aqui está a nossa bandeira”.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana.

S. Exª dispõe da palavra por 15 minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, trago um breve comentário sobre o significado do encontro de Cúpula das Américas que está ocorrendo em Mar del Plata e que conta com a presença do Presidente dos Estados Unidos. Trata-se de um encontro que prevê o debate de 34 presidentes de Estados americanos e tem como ponto central as relações multilaterais e as relações bilaterais que se têm firmado nas Américas.

A propósito, solicito à Mesa que insira em meu pronunciamento um dos mais lúcidos artigos que nós temos sobre esse encontro de Cúpula, de autoria do Presidente José Sarney e publicado hoje na **Folha de S. Paulo** sob o título: “Bush e o pato canadense”. O artigo é de uma lucidez ímpar e faz um retrato da evolução histórica até se chegar ao chamado encontro de Cúpula das Américas. O Presidente Sarney, de maneira muito feliz, faz um comentário crítico e coloca o que significa o momento atual nas relações multilaterais nas Américas e, ao mesmo tempo, no mundo; comenta a figura de George Bush e o que está ocorrendo em todo o nosso Planeta.

Lamento profundamente ver um Senado Federal esvaziado no momento em que se realiza um encontro entre os países americanos, com 34 Chefes de Estado tomando parte de um debate que, necessariamente, exige um posicionamento de todos nós, dos partidos políticos aos mais diversos setores da sociedade. Estamos diante do país mais influente do mundo junto com os povos americanos, tomando decisões comerciais e exercendo influências políticas que afetam o nosso destino. O Parlamento deveria estar repleto e um grande debate deveria estar em curso, com a manifestação de convicções quanto às relações multilaterais, às relações bilaterais, aos blocos regionais, ao papel da OMC hoje, ao papel da Alca para nós, quanto ao que representa para o nosso País esse tipo de política externa americana e o significado dela para o mundo inteiro. Parece, porém, que a política comezinha nos vai engolindo – é o processo de uma crise civilizatória que nos envolve.

Nós podíamos ter, num momento como este, sem dúvida alguma, uma belíssima manifestação de mais de um milhão de jovens brasileiros saindo das escolas e das universidades para dizer o que o Brasil pensa do mundo hoje para o maior Chefe de Estado do Planeta em termos de poder, o senhor das guerras. Infelizmente, porém, a política comezinha nos absorve, fica a troca de denúncias e a grande política fica relegada ao segundo plano.

O Presidente Sarney diz hoje, em seu artigo:

É a famosa Cúpula das Américas [é o quarto encontro de Cúpula, na verdade], que foi criada para que os americanos pudessem participar desses fóruns regionais que tinham sido começados por mim, por Miguel de la Madrid, por Alfonsín e por Sanguinetti – o pioneiro Grupo dos Oito –, reunião restrita então aos interesses da América Latina.

Mais adiante, quanto aos comentários atuais, o Presidente Sarney diz o seguinte:

Já o ex-presidente Jimmy Carter acusa o governo de seu país de “sabotar as referências morais em que se baseia a política externa americana” e também acusa Bush de provocar uma “mudança profunda e radical nos valores morais dos Estados Unidos”.

Esse é um comentário da maior importância e deve nos impor uma reflexão, já que é o pensamento de um ex-presidente dos Estados Unidos, alguém que tem dedicado sua vida atualmente a acompanhar a política de direitos humanos no plano internacional.

No mesmo artigo, há referência ao comportamento que tem a Central de Inteligência Americana, a CIA, nos países hoje no que diz respeito à transgressão da política de direitos humanos: torturas, práticas de desaparecimento de pessoas, de forjamento de documentos até o financiamento público com o chamado caixa dois no Estado do Texas, área de influência de dirigentes republicanos ligados ao Presidente George W. Bush. Por tudo isso, entendo que este artigo deve fazer parte dos Anais do Senado Federal e provocar um grande debate.

Espero, Sr. Presidente, que nós possamos ter, por parte dos representantes políticos brasileiros, manifestações formais, documentais, memoriais sobre o que está acontecendo hoje. Eu não consigo imaginar que possa passar impune pela crítica da sociedade brasileira a posição americana em relação a Kyoto, à omissão do governo americano no que diz respeito ao mais importante tratado multilateral de redução de gases tóxicos, de luta contra o aquecimento global, que busca a qualidade de vida dos povos, que busca uma redefinição de valores e a convivência entre tecnologia, energia e qualidade de vida das sociedades.

Não é possível imaginar isso, não é possível que nós não possamos manifestar o que estamos fazendo em relação a isso. Não é possível imaginar que a Alca passe despercebida dos grandes debates do Parlamento brasileiro numa hora como esta. Por que o Chile foca a relação bilateral? Por que outros países da América Latina se expõem a uma relação bilateral em detrimento de uma relação multilateral, de uma

relação em bloco? Será que os interesses individuais de povos vão se sobrepor a um pacto da comunidade sul-americana de nações, como o Presidente Lula tem defendido, a uma concepção de bloco regional para que nós possamos levantar a cabeça no grande debate dos subsídios agrícolas que amordaça, que impõe restrições violentíssimas à capacidade de política externa e política de exportação e balança comercial dos nossos povos? Será que nós não podemos olhar para o cenário internacional de maneira mais elevada e fazer cobranças? Do jeito que se está pondo, fica transferida para a OMC toda e qualquer mediação e relacionamento de ajustamento das práticas bilaterais de comércio externo e fica a Alca congelada para um avanço no que sejam os moldes de uma nova relação multilateral que se está criando.

No fundo, no entanto, estamos dizendo para que se engesse o sentimento de direito internacional na política comercial dos povos latino-americanos e deixe que a OMC continue a mediar essas relações da maneira como vem fazendo, com subsídios agrícolas sendo a grande exposição da violência praticada contra os países em desenvolvimento, contra os países pobres.

Em relação aos nossos irmãos africanos, é dito por todos os analistas das políticas sociais globais que, se tivéssemos os países comprando três vezes mais, cada um gastando menos de 1% das suas riquezas para comprar legitimamente dos irmãos africanos, não teríamos 35 mil mortes diárias neste planeta por doenças que poderiam ser evitadas e pela fome, como vem ocorrendo no mundo e, de maneira muito mais concentrada, com os irmãos africanos.

Então, que modo de política externa que estamos consolidando para a nossa América Latina, para a América do Sul, para as nossas Américas, para essa relação com o chamado “Senhor das Guerras”? É uma grande oportunidade que está posta, mas, lamentavelmente, a nossa juventude prefere ficar nas escolas, nas suas aulas formais. Os universitários preferem ficar acanhados diante de uma greve que se arrasta sem uma solução definitiva, e o pensamento intelectual brasileiro não se une para um amplo movimento de massa em um dos mais oportunos momentos de crítica da sociedade brasileira contemporânea, esse **modus vivendi** global que estamos atravessando.

Lamento também que o Senado e o Congresso estejam acanhados neste momento. Penso que o artigo de hoje da **Folha de S. Paulo**, do Senador José Sarney, é um dos melhores documentos do momento atual, do significado dessa visita.

Sei que o Presidente Lula, como Chefe de Estado, tem responsabilidade em manter formais e positivas

as agendas com o governo americano, com o Presidente dos Estados Unidos. Sei das inquietações que afetam Sua Excelência neste momento, o seu debate e a sua peregrinação contra a fome, solidário aos povos do planeta inteiro. Não tenho a menor dúvida que temos uma oportunidade ímpar de manter a legitimidade dos protestos, das inquietações, das indignações justas contra a política externa americana hoje e o respeito à formalidade das relações bilaterais ou multilaterais com as quais o nosso País também tem que estar envolvido.

Mas é possível conciliar tudo isso. O Senador Mão Santa lembra muito o Abraham Lincoln, mas é de George Washington a tese de que os americanos não têm amigos, têm interesses quando o assunto é política externa. E temos que ter essa clareza, essa compreensão fria de realidade para podermos estabelecer os nossos direitos no cenário internacional e no cenário americano hoje.

O meu entendimento é que o Brasil, nesta hora, deveria estar efervescente em protestos, em análises e em debates. Os que são a favor, a favor; os que são contra, contra; mas, nessa visita, deveríamos deixar uma marca para o mundo inteiro do que pensa a sociedade brasileira, de modo muito claro, o intelectual brasileiro, a vanguarda universitária brasileira, as organizações não-governamentais e a juventude brasileira, sobre que mundo é este, que mundo queremos construir, se é ou não possível pensar em outro mundo para viver e para construir aquilo que achamos legítimo para o nosso povo e para os povos dos países americanos.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*Autógrafa  
Tião Viana  
05.11.05*

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE**

**JOSÉ SARNEY**

**Bush e o pato canadense**

**V**EM DO NORTE a ameaça de que a gripe do frango pode chegar às Américas. No Canadá, um pato, desses que gostam de fazer turismo voando de um país a outro em determinadas estações, pode ter levado a trágica moléstia da China ou de outro lugar. As aves de arribação, jaçanãs e paturis, essas que encheram de mistério minha infância, pousando nos campos de Pinheiro, vindas de outros mundos em longas travessias, agora podem trazer em suas asas o desconhecido de doenças letais. "Ahl, que saudades que eu tenho", não, como Casimiro de Abreu, "da aurora da minha vida", mas das andorinhas que pousavam nos fios solitários dos telégrafos que cortavam aqueles imensos vazios verdes dos campos, no mês de janeiro, viajando na arribação de outras terras.

Enquanto esse pato canadense que veio da China assusta o hemisfério Norte, Bush, voando de lá, traz uma expectativa de colocar mais pimenta neste sul americano tão atribulado. É a famosa Cúpula das Américas, que foi criada para que os americanos pudessem participar desses fóruns regionais que tinham sido começados por mim, por Miguel de la Madrid, por Alfonsín e por Sanguinetti — o pioneiro Grupo dos Oito —, reunião restrita aos interesses da América Latina.

Diferentemente de uma ave de arribação, Bush não viaja com a cabeça sem preocupações, mas não traz gripe de frango nenhum. É que deixa em casa o Senado americano, que se reúne em sessão secreta para reabrir a discussão sobre os verdadeiros motivos da Guerra do Iraque, escondidos da nação ianque. Já o ex-presidente Jimmy Carter acusa o governo de seu país de "sabotar as referências morais

*Marcos Jiana*  
em que se baseia a política externa americana" e também acusa Bush de provocar uma "mudança profunda e radical nos valores morais dos Estados Unidos". Essas críticas coincidem com a denúncia da existência de várias prisões secretas da CIA na Europa do Leste e no Afeganistão, usando métodos que nada têm em comum com a Declaração de Direitos dos Pais Fundadores. Para aumentar suas preocupações, o líder do Partido Republicano na Câmara, Tom Delay, é indiciado por lavagem de dinheiro e contribuições ilegais na campanha para reformar os distritos eleitorais do Texas. Seu substituto — ele renunciou à liderança —, Roy Blunt, também parece ter passado no Marcos Valério dele.

É assim que Bush chega à Argentina, com Maradona chefiando uma passeata-monstro contra ele e sendo realizada uma "Contra Cumbre", com o inocente nome de "Cumbre de los Pueblos", que espera ter a presença de Chávez, outra ave de arribação rara e grunhadora, que promete pular o muro que a polícia argentina ergueu, em suas palavras, "maior do que a Muralha da China", para desancar a Cúpula das Américas da qual ele mesmo participa, e unir-se a Maradona na caça a Bush.

Não se sabe, segredo não revelado, se a Alca terá ou não lugar no comunicado final.

Mas, para refrigério de Bush, depois da confusão de Mar del Plata, ele passará o domingo em Brasília e, aqui, no Torto, deve comer um bom churrasco de boi sem aftosa, da melhor carne de Mato Grosso. No cardápio, a convergência de opiniões de que "cá e lá, más fadas há".

Chávez ficará nos pagos portenhos e vai jogar com Maradona as cartas de Fidel.

No Iraque, continuarão a morrer soldados americanos. E nós, aqui, oi, entre grampos e garranchos, vamos vivendo.

José Sarney escreve às sextas-feiras nesta coluna.  
@ → jose-sarney@uol.com.br

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, enquanto passo a Presidência para o nosso 1º Vice-Presidente, Senador Tião Viana.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por até quinze minutos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, li, ontem, na **Folha de S. Paulo**, notícias alvissareiras que me deixaram muito feliz, mas, por outro lado, um pouco desesperançoso pela falta de tempo. Notícias que dão conta de que o Governo Federal comunica que começa a sobrar dinheiro no Orçamento.

Título da **Folha de S. Paulo** de ontem:

“Lula pede que ministros gastem mais”.  
Que notícia boa!

Os Ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Paulo Bernardo (Planejamento) estão sabatinando o ministério nesta semana sobre os gastos de cada pasta. A ordem foi do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que quer acelerar as obras com término previsto para 2006, quando deve tentar a reeleição.

Lula quer também reduzir o superávit primário (economia feita para o pagamento de juros da dívida pública), que chegou a 6,1% do PIB ou 86,502 bilhões, de janeiro a setembro, ante a meta de 4,25%.

Essa era a meta estabelecida.

As sabatinas de Dilma e Bernardo têm encontrado problemas de gestão e falta de liberação de recursos [eu acredito que mais falta de liberação de recursos]. Eles cobram que seja acelerada a execução do Orçamento deste ano e definidas as prioridades para o primeiro trimestre de 2006.

Lula pediu um relatório detalhado de como andam os gastos de cada pasta. Ele pretende discutir os casos mais problemáticos, como os programas prioritários que não avançam. O Presidente quer prioridade para projetos em fase adiantada, deixando em segundo plano obras em início de execução e esquecendo obras novas. Como há restrições para gastos em ano eleitoral, Lula pediu lista de projetos que possam receber verbas já em janeiro, para que sejam gastos recursos no primeiro trimestre.

Continua aqui, no caderno **Folha Dinheiro**:

É praticamente impossível que o governo acelere gastos a ponto de cumprir a meta oficial. As sabatinas de Dilma e Bernardo têm encontrado problemas de gestão em larga escala e falta de liberação de recursos em menor grau.

Eu não concordo muito com isso.

“Lula deu ordem clara para que sejam gastos recursos já no primeiro trimestre de 2006”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o superávit primário chega a R\$86,502 bilhões. Isso é dinheiro que está na reserva. O Brasil já pagou até agora R\$120 bilhões de serviço da dívida. Reparem a cifra, Senador Paulo Paim, nobre Senador Pedro Simon, Senadora Heloísa Helena, Senadora Iris de Araújo! Oitenta e seis e quinhentos e dois bilhões de superávit primário; cento e vinte bilhões pagos até agora de serviço da dívida, enquanto os investimentos em infra-estrutura do País não chegam a R\$14 bilhões – talvez não cheguem, este ano, a R\$14 bilhões de execução do Orçamento na área de investimentos.

Eu queria apenas 50% de cada cifra dessas para investimentos no País, para o Brasil dar um salto, em quatro ou cinco anos, como nunca deu na sua história. Ou 50% dos 86 bilhões, que estão guardados, reservados para superávit primário, ou 50% dos 120 bilhões que o Brasil já pagou até agora.

Por isso, Senador Pedro Simon, os países emergentes, como o Brasil, o México e tantos outros, não conseguem sair dessa situação em que se encontram, com falta de emprego, com pobreza, com miséria. É lamentável que um País como o Brasil tenha de viver tudo isso.

Não quero aqui, de maneira nenhuma, fazer uma crítica ao Governo Lula. Creio que essa situação já vem de muito longe. Talvez a crítica seria no sentido da execução do Orçamento, nobre Presidente Tião Viana.

É muito bom que se anuncie, neste momento, um programa de investimentos, mas ele vem tarde. Tenho falado na tribuna desta Casa desde quando assumi a minha cadeira no Senado que era preciso que o Governo investisse mais em obras de infra-estrutura.

Fui o Relator das PPPs, das Parcerias Público-Privadas, que já são um instrumento, visto terem sido aprovadas nas duas Casas, Câmara e Senado, para viabilizar investimentos. E esses investimentos ainda não saíram do papel. As Parcerias Público-Privadas não saíram do papel até o momento!

Obras novas.

Até concordo com o fato de que não se devem iniciar obras novas enquanto obras iniciadas em outros Governos ainda não foram concretizadas, terminadas, como algumas rodovias, ferrovias, usinas hidroelétricas e tantas outras no País. Mas como os Governos que vão assumir, ou mesmo o Presidente Lula – se conseguir a reeleição – ou outro que venha em seu lugar, poderão dar continuidade a obras de macro e de infra-estrutura no País, como as grandes hidrelétricas? Pois já estamos preocupados com possíveis apagões, com racionamento de energia elétrica a partir de 2009. A estimativa do Ministério das Minas e Energia, da Federação das Indústrias de São Paulo e de tantas outras entidades no Brasil é a de que poderemos sofrer novos apagões de energia a partir de 2009. E essas obras, para serem concluídas daqui a quatro ou cinco anos, têm de ser iniciadas agora. Então, não concordo com o Presidente quando fala que não se devem iniciar obras novas. Depende da obra. Cada caso é um caso. Se forem obras de macroestrutura, como rodovias, ferrovias, usinas hidroelétricas, portos, terminais portuários, deverão ser iniciadas, sim, mesmo que sejam obras novas, que não tenham ainda sido iniciadas.

Sr. Presidente, para concluir, quero falar do meu Estado de Rondônia, um Estado novo, ainda em fase de estruturação. Estamos trabalhando neste momento para mudar a categoria dos servidores estaduais para servidores da União, porque a lei nos dá este direito, permitindo que a União assumira servidores estaduais dos ex-Territórios Federais. Já assumi os do Acre, do Amapá, de Roraima. Falta ainda assumir um grupo em torno de 12 a 13 mil servidores do Estado de Rondônia. O projeto já foi votado aqui nesta Casa e está em votação na Câmara dos Deputados. Isso é muito importante para a economia do Estado.

Mas são importantes também os recursos orçamentários, os recursos da União para o meu Estado de Rondônia. Neste momento, o Governo diz que está sobrando dinheiro, que os Ministérios têm de acelerar as suas metas de investimentos e começar a gastar

imediatamente esses recursos porque, senão, não sobrá tempo para gastá-los.

Faço aqui um apelo ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento e a todos os Ministros, cada qual em suas pastas onde estão esses recursos alocados: o meu Estado ainda tem, hoje, em torno de R\$90 milhões para serem liberados do Orçamento de 2005, sem falar em alguns Restos a Pagar do Orçamento de 2004, dinheiro destinado a várias frentes de trabalho. Se o que o Governo quer é obra, com esses recursos, nós, o Governo do Estado, as prefeituras municipais, iremos implantar um verdadeiro canteiro de obras em Rondônia. Tenho certeza de que muitos outros Estados também aguardam esses recursos orçamentários.

Então, apelo aos Ministros de todas as Pastas, em especial ao Ministro do Planejamento, que é de onde tem de partir o descontingenciamento do Orçamento Federal. Só a Suframa, nobre Presidente, tem contingenciados mais de R\$450 milhões – a Superintendência da Zona Franca de Manaus –, e esse dinheiro poderia ser investido nos quatro Estados da Amazônia Ocidental, que são Rondônia, Acre – que é o Estado de V. Ex<sup>a</sup> –, Roraima, Amazonas e agora um pouquinho do Amapá, que tem uma área de livre comércio que, embora não integre a Amazônia Ocidental, está sendo aquinhoado com uma parcela desses recursos da Suframa. Então, são R\$450 milhões só na Suframa. Na ADA, parece-me que entraram R\$450 milhões também, que são do orçamento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Sem falar nos recursos de emendas parlamentares ou não. Estou aqui cobrando porque, se os recursos das emendas parlamentares foram colocados no Orçamento da União, por que não liberá-los? Será que houve algum problema com esses recursos, se foram aprovados no Orçamento da União?

Então, as emendas, se forem liberadas, bem como o que não é emenda também, que está no Orçamento da União, só para Rondônia já somam recursos de mais de R\$90 milhões. O meu Estado agradeceria muito e contribuiria para o programa de obras do Governo Federal.

Ontem mesmo, o Ministro Silas Rondeau, da Pastas das Minas e Energia, ligou-me, perguntando quais as obras que estavam sendo implementadas no Estado de Rondônia, no setor elétrico. Respondi que há o Programa Luz para Todos – com investimentos da ordem de R\$70 milhões –, que está apenas começando. Esse programa está sendo iniciado muito lentamente no Estado de Rondônia. Eu sei que é um programa nacional, mas só no meu Estado mais de 12 mil famílias serão atendidas com o Programa Luz para Todos, que atenderá mais especificamente a área rural. Há, ainda, algumas pequenas usinas hidroelétricas

cas – referindo-me ao setor elétrico –, como a usina Hidroelétrica de Rodon II, no Município de Pimenta Bueno, com capacidade de 74 megawatts, um projeto que já vem se arrastando há mais de 10 anos. Uma hora é licença ambiental; outra hora é o contrato da Eletrobrás; ainda outra, é o financiamento, é a tarifa que a Aneel não decide. Neste momento, há um impasse porque ela ganhou um benefício que acabou sendo um problema: foi contemplada pela CCC, Contribuição sobre o Consumo de Combustível, porque vai substituir a energia a diesel pela hidroeletricidade. Já se arrasta, há algum tempo, na Aneel esse realinhamento de tarifas. Ela tinha uma tarifa para gerar sem a CCC; agora, tem outra para gerar com a CCC, produzindo esse problema na Aneel, da qual, a partir de hoje, deverei cobrar insistentemente, para que o resolva o mais rápido possível.

Então, é uma usina com capacidade de 74 megawatts, que poderá ser construída em um ano ou em um ano e meio. É uma obra que poderá entrar no pacote de obras que o Governo pretende lançar. Outras pequenas centrais hidroelétricas também estão para acontecer no Estado de Rondônia, precisando de alguns poucos detalhes, sem falar nas obras de rodovias, construção civil, na área da educação, saúde, agricultura, em diversas áreas da União.

Então, faço aqui este apelo ao Governo Federal, aos Ministros da União: que atendam a este clamor do povo de Rondônia, do povo brasileiro, e comecem a acelerar imediatamente essas obras. O Governo pode contar comigo, como sempre tem contado. Não só comigo, mas com mais de 90% do PMDB nesta Casa. Senador Paulo Paim. O Governo sempre tem contado conosco, mas precisamos não de contrapartida para nós. A nossa contrapartida é o salário que ganhamos aqui todos os meses para sustentar o nosso trabalho. O que quero é a contrapartida para o povo, para o povo do meu Estado de Rondônia, para o povo brasileiro, que merece melhores condições de vida, geração de emprego e de renda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, da mesma forma como fiz ontem em relação à área da saúde e da educação, quero compartilhar as preocupações em relação ao contingenciamento, à não-execução orçamentária, a essa irresponsabilidade administrativa, porque, além de covardia e uma

atitude reacionária do ponto de vista econômico, é uma irresponsabilidade administrativa muito grande o que o Governo faz, esperando para liberar recursos apenas no final do ano. Isso é uma irresponsabilidade administrativa. Como gestor público, é inominável esse tipo de comportamento. Agora, faz porque confia na mediocridade do Congresso Nacional, que não fiscaliza, que não estabelece os mecanismos de controle, que não obstaculiza a irresponsabilidade econômica, fiscal e administrativa do Governo. Então, o Governo acaba confiando nesta mediocridade em que se transformou o Congresso Nacional: em uma base de bajulação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, não tive a oportunidade de falar sobre isso, porque estava falando da execução orçamentária da saúde e da educação, especialmente. E vou voltar ao tema da segurança pública, da assistência social e a outros temas relevantes para a administração pública. Mas eu não poderia deixar de falar um pouco, tal qual o Senador Tião Viana fez – e certamente vou fazê-lo com uma adjetivação um pouco maior –, da visita do Presidente dos Estados Unidos, George Bush. Aliás, 55% do povo americano estão dizendo: “Fora, Bush!”, também pedindo o *impeachment* do Presidente. Daqui a pouco, vou ler a nota feita pela direção do Partido Socialismo e Liberdade e por todos os Parlamentares da Câmara e do Senado. Mas eu não poderia deixar de fazer algumas considerações sobre a visita do Presidente, que, de fato, é o *capo di capi*, é o chefe dos chefes, o chefe sanguíneo do neoliberalismo, que, infelizmente, ousa controlar territórios inteiros pela força e pela corrupção; aniquila os direitos e garantias individuais e, pela guerra, impõe submissão e vassalagem de povos e nações inteiras.

É um Presidente da República que ousa dinamizar a economia americana à custa do patrocínio de guerras, escolhendo americanos pobres para patrocinarem a morte e a destruição de outros povos pobres num cenário absolutamente perverso de mulheres estupradas, crianças fuziladas e dignidades destruídas.

É sempre um debate muito interessante de ser feito; doloroso, é verdade, cruel, é verdade, mas é sempre um debate necessário de ser feito. Essa associação criminosa, delinqüencial, que tem como *capo di capi* o Presidente americano, esse chefe sanguíneo do neoliberalismo que sai por aí destruindo nações inteiras, destruindo pobres, patrocinando guerras, dinamizando a economia americana. Aliás, fazendo um rápido aparte, quero ver se quem estava à frente da

campanha do “Sim” estará lá protestando contra o Bush, porque o grande produtor de armas do mundo é o Presidente americano. Espero que todos aqueles que não estavam à frente do “Sim” por demagogia – não estou falando das mães, porque as mães e os pais estavam lá de bom coração, não estavam pela demagogia politiquêira –, do mesmo jeito que muitos dos nossos militantes do P-SOL que estavam à frente do “Sim” e à frente do “Não”, estejam protestando no Brasil inteiro contra o senhor das guerras chamado George Bush. Ele, de fato, hoje chefia uma sociedade secreta. Não uma sociedade secreta com hierarquia entre os membros, com rito de iniciação, que no filme “O Poderoso Chefão” fica até muito bonito e muito interessante. Estamos falando de outra associação criminosa pelo sangue, porque o ingresso na máfia se dá pelo sangue; o sangue do dedo indicador da mão direita, mas, no caso, a iniciação dessa máfia que tem como chefe maior o Sr. George Bush é pelo sangue das vítimas da pobreza e do neoliberalismo – também patrocinado por ele – e das vítimas das guerras infames, também patrocinadas pelos Estados Unidos, por meio do seu Presidente, em função de interesses econômicos e interesses geopolíticos. Essa é a questão.

Ele patrocina guerra na disputa pela água. Imaginem o que pode fazer em relação à nossa Amazônia, já que o próprio pai dele e outros chefes importantes do parlamento europeu e do parlamento americano ousam falar de soberania limitada e administração compartilhada da Amazônia!!! Não é à toa que 99% dos investimentos da Amazônia não se dão pelos cofres públicos brasileiros, mas pelas instituições de financiamento multilaterais, para que, depois, possam dizer: soberania limitada e administração compartilhada da Amazônia são absolutamente naturais, até porque eles nunca nada investiram, degradaram e é o dinheiro americano que está lá patrocinando os investimentos.

Além dessa associação criminosa, delinqüencial, acaba se tornando também a divindade do mal, porque é um Presidente da República que patrocina a destruição de nações inteiras, dinamiza a economia, jogando negros pobres americanos para destruir pobres de outras nações, e ele ainda faz em nome de Deus – porque realmente o demônio acredita em Deus; o demônio acredita em Deus! É a mesma coisa. É a divindade do mal, o chefe, o *capo di capi*, o chefe dos chefes, o chefe sanguinário do neoliberalismo e do patrocínio das guerras, que vai ser recebido, amanhã,

em churrasco com o Presidente da República. Isso é duro de agüentar!

Relações políticas, relações econômicas – não relações de vassalagem como o Brasil tem, assim como o Governo Lula, repetindo o Governo Fernando Henrique –, relações políticas e econômicas, à luz da soberania nacional e da autodeterminação dos povos, pode haver. Agora, churrasco, esse negócio bem de coleguinha, é muito feio o Brasil patrocinar uma vergonha dessa, um vexame desse, com esse chefe de uma associação de criminosos!

O pior é que, em muitos momentos, eles conseguem enganar o povo americano e as nações do mundo inteiro. Depois do 11 de Setembro, quando ocorreu aquele fato gravíssimo – aliás, sempre foi da tradição da esquerda socialista, de inspiração trostkista, condenar o terrorismo individual porque ele não leva à organização da classe ou à organização social e acaba patrocinando a dor e o sofrimento também dos pobres da classe trabalhadora –, eles mentem dizendo que combatem o terrorismo, promovendo, na verdade, o terrorismo de Estado, e o narcotráfico. Nada existe de mais cínico, de mais cínico por parte do Presidente George Bush do que dizer que invadiu o Afeganistão para combater o narcotráfico e o terrorismo. Ora, o *Golden Crescent*, o Crescente Dourado, aquela imensa montanha que produz 30% do ópio do mundo, está no Afeganistão. Não caiu um pé de papoula. Não derrubaram um único pé de papoula. Destruíram o Afeganistão inteiro, destruíram o seu povo e não derrubaram um único pé de papoula no local onde se produzem 30% do ópio do mundo. De onde vêm os 30% dos recursos dessa nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta terra, sendo protegida pelos interesses econômicos americanos, que destrói os pobres, os jovens, a juventude dos morros, os angolanos? Vêm justamente da lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico.

Por isso, fica muito difícil para quem ama esta Pátria, o Brasil, aceitar de forma cândida e serena a visita e o churrasco patrocinado pelo Presidente da República ao Presidente dos Estados Unidos, George Bush.

Ouçõ o aparte do Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Parece-me que V. Ex<sup>a</sup> está na dúvida sobre se deve ou não me conceder o aparte.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu não sabia se V. Ex<sup>a</sup> estava pedindo, meu amor! V. Ex<sup>a</sup> sabe do amor e do carinho que lhe tenho.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – O importante, Senadora, é que o Afeganistão não foge do que aconteceu no Vietnã e no Iraque.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Com certeza.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Hoje, o povo americano está vivendo um momento muito importante em suas vidas. Independente de tudo o que imaginamos, o povo americano tem uma série de princípios que eu admiro. Um deles é o de imaginarem que cultuam a verdade. E cobram a verdade. E, de repente, não mais do que de repente, eles ficam sabendo que tudo o que aconteceu no Vietnã foi mentira; foi uma guerra onde morreram 50 milhões de americanos por causa de uma falsidade, porque os americanos queriam estar ali, ao lado da China e perto da Rússia, para, junto com o Japão, poderem controlar aquela região. Quem está dizendo isso é a CIA, são os relatórios deles. O governo, internamente, está botando isso pra fora, como está botando para fora que no Iraque foi mentira. Eles mentiram! O argumento de que Saddam estava fazendo armas de destruição em massa era mentira; eles sabiam que não estava. O diplomata brasileiro que estava lá e queria fazer uma investigação pela ONU – que eles não deixaram –, está provado que ele estava certo. O doloroso, nisso, é que no Afeganistão, no Vietnã e no Iraque, como foi, no passado, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile, na época dura da ditadura, com o apoio deles, o que vale é o interesse deles; o resto não importa.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço o brilhante aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon. Sem dúvida, é algo inimaginável. Estamos no ano 2005. É claro que, muito tempo atrás, os principais militantes da esquerda socialista democrática, ao observar e estudar o imperialismo, já diziam que tinha de haver guerra. Com a superacumulação do capital e o imperialismo, tem de ter guerra. Por isso, eles patrocinam as mais diversas formas de guerra.

Agora, queria ver onde estão aqueles que usam tanto o Muro de Berlim para desmontar, para desmerecer a concepção do socialismo. Eu, pelo menos, nunca fui herdeira do socialismo totalitário e intolerante do Leste Europeu. Muito pelo contrário. Mas, onde estão as pessoas que se reivindicam cínicas enamoradas da terceira via ou do capitalismo moderno, menos violento? Deveriam estar protestando contra o Bush! Do mesmo jeito que foi importante destruir o Muro de Berlim, tem de ser importante destruir o muro de concreto

na travessia México/Estados Unidos, que a esquerda socialista denunciou ao longo da História. No entanto, foi necessária a sensibilidade da Glória Perez para o Brasil entender que existe um muro na travessia México/Estados Unidos, invadindo um oceano, onde se mata com fuzis, com choques elétricos, onde se mata de frio e das formas mais perversas.

Então, precisamos derrubar o muro da travessia México/Estados Unidos! Do mesmo jeito que alguns guardaram os caquinhos do Muro de Berlim como lembranças, vamos todos lá! Onde estão os reacionários? Vamos todos lá! Foi importantíssimo derrubar o Muro de Berlim? Foi. É essencial cobrar do *capo di capi*, chefe sanguinário do neoliberalismo, chamado George Bush, que derrube o muro de concreto que mata os pobres oprimidos que tentam ousar pensar em entrar na terra da liberdade. É preciso derrubar esse muro também!

E é preciso derrubar os outros muros, sofisticados, cínicos, dissimulados, quando vêm do Presidente Lula e da cúpula palaciana do PT, e absolutamente reacionários e conservadores quando instigados pela outra direita. Agora, há uma direita cínica, representada pela cúpula palaciana do PT e pelo Governo Lula; e outra direita carcomida, reacionária, cujos integrantes, muitos deles, inclusive, estão na Oposição.

Assim sendo, Sr. Presidente Luiz Otávio, peço que dê como lida a nota do P-SOL:

Fora Bush! Persona non grata!

Protestamos veementemente contra a vinda de George W. Bush ao Brasil!

Protestamos porque não queremos em nosso país o senhor das guerras, do imperialismo genocida, das ocupações sangrentas, da opressão aos povos.

E várias questões mais são levantadas. Em função do tempo, para não criar problemas para outros oradores, peço seja dada como lida.

Dizer “Fora, Bush!” – que hoje é o sentimento inclusive do povo americano – significa dizer: eu amo o meu país, eu amo o Brasil. E o Brasil tem de reafirmar o seu compromisso com um mundo mais justo e solidário, com a autodeterminação dos povos e com o combate à miséria e ao neoliberalismo, seja no Brasil, pela covardia dos governos, seja em escala mundial. É só, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SENADORA HELOÍSA HELENA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno)

## FORA BUSH! PERSONA NON GRATA!

### Protestamos veementemente contra a vinda de George W. Bush ao Brasil!

Protestamos porque não queremos em nosso país o senhor das guerras, do imperialismo genocida, das ocupações sangrentas, da opressão aos povos.

Não queremos receber o assassino do povo iraquiano e afegão. Protestamos porque não concordamos com o envio de tropas brasileiras para massacrar o povo haitiano a mando do governo Bush e servilmente obedecido por Lula. Repudiamos a política externa desse Governo, a qual muitos louvam como progressista, mas que, na realidade, é reacionária: nada mais é do que uma política externa de submissão aos interesses do capital, aos interesses do imperialismo estadunidense.

Protestamos porque não queremos entre nós o símbolo maior da destruição do planeta, ameaça real ao futuro da humanidade. Não consentimos que, em nosso nome, o governo Lula entregue a Bush nossas melhores especiarias: nossa biodiversidade, nossas áreas preservadas, nossas águas de superfície e subterrâneas e nossa diversidade étnica. Todas elas servidas nas bandejas da ALCA - que apesar de estar momentaneamente para ainda é uma ameaça - das PPPs, do Ajuste Estrutural, da Lei da Biodiversidade e da IIRSA.

Protestamos porque não concordamos com bases militares estadunidenses no nosso continente, monitorando os nossos governos e nossas riquezas naturais como o Aquífero Guarani e a Floresta amazônica.

Não aceitamos nos submeter ao saque imposto por Bush aos povos da América com sua política neoliberal, tragicamente aceita por Lula aqui no Brasil. Não compactuamos com política genocida da Casa Branca que tem como consequência o recrudescimento da miséria em escala mundial, a degradação ambiental ostensiva e a constante ameaça à soberania dos povos - tanto por meio da intervenção militar quanto por meio da cobrança de dívidas.

Protestamos porque não aceitamos receber 'alegremente', como Lula o faz, o mandante da intervenção "branca" na Colômbia e das constantes tentativas de desestabilização da Venezuela, não damos boas-vindas ao promotor do terrorismo de Estado e do bloqueio econômico a Cuba.

Protestamos contra a subserviência do governo Lula, eleito diante de tantas expectativas de mudanças, não só do povo brasileiro, mas do mundo inteiro e dos partidos de esquerda, que enxergavam em Lula a possibilidade de um combate na América Latina contra a dominação imperialista. E o que vemos são as lutas do povo venezuelano e seu Governo travando esse combate e o Governo Lula servindo de fantoche aos interesses do império estadunidense.

Fora Bush! é a nossa mensagem para o inimigo N° 1 da humanidade, representante

George Bush



SENADO FEDERAL

Chefe sanguinário do neo-liberalismo  
Capo dei capi

(chefe dos chefes)

↳ Terra de liberdade (Muro da Traição / Néscio/USA -

o sociedade secreta, com hierarquia entre os membros, rito de iniciação - que no filme - o poderoso chefe, fica um filme belo,

Plano de candidatura  
Imposta no tráfico  
de drogas  
Assesores criacionse, delinqüencial,  
Trindade do Mal dos  
análises ondulantes  
que causam pânico  
e morte tal como o filme

→ <sup>ouse</sup> controlar territórios pela força e pela corrupção; aniquila os direitos e garantias individuais; pela guerra

impõe submissão e vassalagem de povos <sup>e nações</sup>; dinamizando a <sup>do patrocínio de guerras...</sup> economia americana, às custas de <sup>de americanos</sup> milhões de mulheres <sup>outras pessoas</sup> estupradas <sup>em</sup> e crianças fuziladas...

e dignidades destruídas em vários lugares <sup>do mundo</sup> para alcançar <sup>seus</sup> fins

Bush - de brisa frio



SENADO FEDERAL

Ⓢ Afegamitas - Golden Crescent -

Crescente Doumb - 30% da produção de

opio do mundo -

Ⓢ Petróleo; Água (Amazônia);

• cocaína - cuja folha renova-se de

3 a 4 vezes ao ano.

• heveínea - a palmeira floresce 1 vez  
ao ano e o suco <sup>delas</sup> extraído <sup>do opio</sup> nel é abundante

• 25% da \$ em circulação vem das

organizações



SENADO FEDERAL →

→ Frente do Sim

• Terrorismo ao combate do

Narcotráfico - Mosteiros

• petróleo; água (Amazônia);

→ Valdir Raupp

6 mil - ao Brasil

60 mil - China

40 mil - Filipinas

• Rato Tropical (Pac)

• Marco Aurélio

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, eminente Senador do Partido dos Trabalhadores pelo Estado do Rio Grande do Sul. S. Ex<sup>a</sup> esteve recentemente no Pará e foi ovacionado pelo povo paraense. Teve reconhecida a sua liderança também no Norte, no Estado do Pará, o Senador Paim.

Registro a presença, em nossa tribuna de honra, da Prefeita da Cidade de Corinto, Minas Gerais, Sr<sup>a</sup> Januzia Pereira Nelis, trazida a esta Casa pelo Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Dr. Mozart Vianna de Paiva, czar da Câmara Federal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez, desta tribuna, insisto no tema da reforma eleitoral. Minha intenção é cumprimentar os Presidentes da Câmara e do Senado, que resolveram fazer um esforço supremo para que esse tema seja votado ainda neste ano.

Se pegarmos os jornais, olharmos o trabalho das CPIs, sem sombra de dúvida veremos que as denúncias se acumulam, e nada de fato será feito; e teremos, no ano que vem, um processo eleitoral nos moldes daquele que houve neste ano.

Por isso, Sr. Presidente, cumprimento o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, pela iniciativa, em reunião nesta semana, de retomar esse debate.

Sou daqueles que torcem muito por soluções. Sabemos que é muito difícil que se consiga fazer a reforma política ainda neste ano. No entanto, façamos pelo menos a reforma eleitoral, para que haja um verdadeiro controle das campanhas, do tempo na televisão, para que se estabeleçam normas sobre como deve ser feita a exposição, com controle de gastos pela Internet. Enfim, trata-se de um projetinho simples, singelo até, que não veio nem de um partido de esquerda, nem do Governo, mas do Líder do PFL, e que foi aprovado por unanimidade nesta Casa. Espero, Sr. Presidente, que essa matéria seja ainda votada este ano e possa balizar as eleições do ano que vem.

Sr. Presidente, além da lembrança de um tema que eu sei que todas as Senadoras e Senadores têm tratado, discorrerei também sobre o movimento que teremos no Brasil no mês de novembro. Teremos, Sr. Presidente, duas marchas, chamadas Marcha Zumbi+10: uma será no dia 16; a outra, no dia 22.

Nós tentamos unificar essa caminhada que ocorrerá aqui em Brasília, na qual são esperados cerca de 50 mil militantes que lutam pela paz, pela liberdade, pela igualdade e pela justiça. Nós, Senadores e Deputados, com certeza estaremos apoiando as duas caminhadas, que têm como um dos eixos o Estatuto da Igualdade Racial. Por isso, cumprimento o Senador Rodolpho Tourinho, que disse que, na quarta-feira, apresentará o seu parecer definitivo sobre o Estatuto de nossa autoria.

Já conversamos na Câmara, Sr. Presidente, e existem reais condições de aquela Casa também aprovar essa matéria, que une Oposição e Situação. Oxalá, queira Deus, possamos ver a matéria sancionada no dia 20 de novembro, que é o dia em que se lembra os 310 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Quero, de pronto, cumprimentar o trabalho da Seppir, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem *status* de Ministério e promove a igualdade racial e combate todo tipo de preconceitos. A Secretária Matilde Ribeiro, Douglas Martins, o Queiroz, enfim, toda a equipe está trabalhando para construir esse grande entendimento junto com os Relatores – o Deputado Reginaldo Germano na Câmara dos Deputados e, aqui, o Senador Rodolpho Tourinho.

Sr. Presidente, além desse destaque que fiz questão de fazer neste momento, queria também me referir à minha preocupação, que aumenta a cada dia que passa, com a situação das perícias junto ao INSS.

Sr. Presidente, só no Estado de São Paulo, teremos este mês, se a greve continuar – ela já está no quinto dia –, 88 mil perícias proteladas. Oitenta e oito mil só no Estado de São Paulo!

Os peritos credenciados estão em greve por quê? Por falta de pagamento: eles não estão recebendo. Esse assunto pode parecer pequeno, Sr. Presidente, mas não é. São milhares e milhares de pessoas neste País que estão na fila esperando para se submeter a perícias – eles já esperaram quatro, cinco, seis meses para serem atendidos e verem seus benefícios referendados –, e a perícia não vai acontecer. Com os peritos em greve, a perícia não vai acontecer, e essas pessoas vão ter de se reinscrever. Nesse meio tempo, estando doentes, talvez afastadas em decorrência de acidentes ou de uma doença no trabalho, ficarão mais tantos meses sem receber: aí é fome, aí é miséria, é dificuldade para sobreviver.

Por isso, queria fazer um apelo muito veemente ao presidente do INSS para que pague os peritos credenciados – é pagamento por trabalho já prestado. Se eles não receberem, a greve vai continuar e poderá

se expandir por todo o País. Já é um caos a perícia, calculem estando em greve!

A perícia no Brasil é um caos. Tenho aqui o **Diário de S. Paulo**, por exemplo, que mostra filas enormes. Após meses esperando, quando o cidadão chega lá para fazer a sua perícia, ele fica sabendo que simplesmente não vai ter a perícia porque os peritos estão em greve por falta de pagamento.

Calculem os senhores: o cidadão esperou oito meses por sua perícia, chega lá e recebe a negativa. Se ele não passou na perícia, não vai receber os oito meses – muitas vezes, sem condição, é mandado de volta ao trabalho. Aquele que esperou seis, sete, oito meses, se pelo menos o resultado da perícia for positivo, verá atendida a sua reivindicação e vai receber os oito meses, vai receber os atrasados. Agora, se for negativo, ele não recebe.

Por isso, faço este apelo tão veemente ao presidente do INSS. Sei que se trata de um cidadão sensível, já falei com ele sobre esse tema numa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, falei da minha preocupação com os peritos e, conseqüentemente, com as perícias. Com a greve, é o caos total, é o caos total. E estou falando aqui, Sr. Presidente, com a vontade daqueles que não têm o espaço na tribuna: se essa greve se estender pelo País, não serão mais milhares, serão milhões de pessoas serão prejudicadas ao longo de cada período, pessoas que estão na expectativa de se submeterem a perícia para receberem aquilo a que têm direito.

Quero também, na mesma linha, Sr. Presidente, voltar a chamar a atenção para a situação dos técnicos e professores universitários, que já estão indo para o quarto mês de greve. A situação é insustentável, todos perdem: perdem os alunos, perdem esses profissionais da área de educação e perde também o Governo. Mais uma vez, Sr. Presidente, fazemos um apelo para que, efetivamente, se construa o entendimento sobre a greve dos professores universitários e técnicos.

Como falei que no mês de novembro teremos aqui uma grande mobilização, quero lembrar também, Sr. Presidente, que durante esse mês as centrais sindicais estarão aqui em Brasília para apoiar a aprovação do projeto que eleva o salário mínimo para R\$400. Esse projeto é de nossa autoria e está na Casa desde o início deste ano, mais precisamente desde fevereiro – sempre apresento, Sr. Presidente Luiz Otávio, o projeto do salário mínimo de um ano para o outro para não dizerem que não o apresentei em tempo hábil.

As centrais sindicais, de forma unânime, estão apoiando a proposta de um salário mínimo de, pelo menos, R\$400, o que corresponde exatamente ao pro-

jeto que está em debate aqui no Senado da República de minha autoria.

Senador Luiz Otávio, meu discurso por escrito – tenho-o aqui em mãos – não fala do Rio Grande do Sul ou de Brasília, mas do Pará. Eu falo um pouco, aqui, Senador Luiz Otávio, sobre a minha ida ao Pará.

Saí de lá apaixonado pelo povo paraense, um povo carinhoso e respeitoso. Senador Luiz Otávio, o que disse lá repito aqui. No congresso que reuniu trabalhadores do comércio, lá liderados pelo companheiro José Francisco, no meu discurso de abertura, eu falei do Senador Flexa Ribeiro, que conseguiu passar lá, falei de V. Ex<sup>a</sup> e falei também da Senadora Ana Júlia Carepa. Falei da forma pela qual V. Ex<sup>as</sup>. defendem aqui o Pará e disse que, normalmente, votamos juntos – eu diria que em 98% das vezes; é sempre bom que haja alguma divergência. Essa convergência de opiniões mostra a forma solidária, generosa e fraternal como atuam os três Senadores do Pará aqui em relação aos interesses dos trabalhadores e aos interesses específicos do Estado do Pará.

Senador Luiz Otávio, ao falar sobre a conjuntura, lá fiz uma análise das CPIs. Sou totalmente favorável à instalação de tantas CPIs quantas quiserem e tomei a decisão de não consultar mais ninguém antes de assiná-las. Assinei a última agora, que foi a que pretende investigar o caixa dois. Já me falaram que poderá vir aí a CPI dos dólares de Fidel. Assinarei. Se vier a CPI do Ouro de Moscou, assinarei também. Senador Simon, V. Ex<sup>a</sup> falou ontem da tribuna que os americanos estão chegando e se mostrou assustado; ouvi dizerem que os comunistas estão voltando e, com isso, queremos saber se eles comem ou não criancinhas. Assino todas.

Assino, mas faço o meu registro: a pulverização das CPIs é contraproducente. Manifesto a minha preocupação: se pulverizarem demais, não se investiga nada. Aí, efetivamente, entraremos na contramão do objetivo das CPIs, que é, de fato, ir a fundo em cada uma dessas questões.

Deixei tudo isso muito claro para os trabalhadores. Acho que é preciso investigar a fundo mesmo, doa a quem doer, mas disse a eles, Senadora Heloísa Helena, que a capacidade do Parlamentar não pode ser medida pelo número de CPIs que ele apresenta ou que ele assina. Quando falei sobre isso lá e ao fazê-lo aqui, faço-o como forma de protesto. Vamos fazer tantas CPIs quanto necessário efetivamente, mas não podemos banalizar um instituto tão importante como esse.

Faço questão de ouvir o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Primeiro, saúdo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e a decisão tomada.

Aliás, sei o quanto foi sofrido para V. Ex<sup>a</sup> não assinar as outras. Reconheço que foi muito sofrido para V. Ex<sup>a</sup>, como foram também muito sofridos e angustiantes outros momentos em que V. Ex<sup>a</sup> teve de dar votos que, de fato, não queria dar. Acompanhei e testemunho todo o sofrimento por que passou V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa. Sabemos todos nós que a CPI é, de fato, o instrumento que o Congresso Nacional e qualquer Legislativo tem para fiscalizar os atos do Executivo, do tripé da atividade parlamentar: legislar, representar e fiscalizar. Não tem nenhum outro procedimento investigatório, nem na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara ou do Senado que seja capaz de dar conta de uma CPI. É por isso que a Constituição do País delegou o poder de investigação próprio das autoridades judiciais justamente para cumprir essa tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo. Não tenho dúvida de que CPI não paralisa as atividades do Congresso. Quando o Congresso está paralisado é por síndrome de preguiça crônica, de emendar feriado, não vir, a cultura perversa de trabalhar só dois dias na semana e outras questões mais. Mas obstaculizar, não obstaculiza o trabalho das comissões, o trabalho do Plenário. Isso porque não pode sequer funcionar uma comissão ou uma CPI com o Plenário votando. Está tudo muito bem. Mas um ponto que é essencial – e aí faço o aparte, sei que não é a intenção de V. Ex<sup>a</sup>, não tenho dúvida disso, porque, se fosse, V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu diria: infelizmente, quem acabou pulverizando as investigações, por uma manobra inteligente, sofisticada, mas fraudulenta, foi o Governo e a sua base de bajulação. Não V. Ex<sup>a</sup>. Foi um artifício criado pelo Governo, com uma manobra fraudulenta, mas sofisticada, para, por um lado, investigar pouco e obstaculizar o procedimento investigatório do Parlamentar. Isso porque nenhum Parlamentar, se quiser fazer um trabalho sério, consegue participar de mais de uma CPI. O Governo, com sua base de bajulação, fez uma manobra sofisticada para pulverizar as investigações e, portanto, impedir o trabalho conseqüente – porque para quem quer fazer o trabalho conseqüente, é árduo fazê-lo –, e obstaculizar a possibilidade da população controlar, porque é tanta CPI e tanta Sub-Relatoria ao mesmo tempo que ninguém agüenta. A população não quer acompanhar porque não agüenta mais. E a imprensa, o jornalismo investigativo, também tem dificuldade de fazê-lo. Só para dar um testemunho, Senador Paulo Paim: estou analisando a que trata do Gestor Operacional dos Correios, que, com tantas ramificações, acabou virando essa celeuma. Para eu acompanhar o que está sendo investigado tenho que fazer um trabalho hercúleo. Descentralizar o procedimento investigatório pode, por um lado, agilizar a investigação, mas também pode criar

centros de controle de poder e obstaculizar o acesso da sociedade, da imprensa e do Parlamentar. Duas Sub-Relatorias funcionam ao mesmo tempo – talvez até três – na CPMI dos Correios. Assim, para que eu consiga acompanhar – e sou disciplinada – chego na hora, mas já começo a acompanhar completamente sem estímulo, porque quando vemos que a “operação abafa” está sendo montada – e o Senador Pedro Simon já disse isso certa vez, aqui, de forma muito responsável e conseqüente –, que os mecanismos para obstaculizar e para deixar a patifaria impune, realmente dá um desânimo muito grande em nós. Mas, para eu acompanhar, inicio assistindo a um depoimento. Depois, ouço as perguntas do Relator e faço as minhas ou acompanho as perguntas de outro que as faça na minha frente. Ao mesmo tempo, no entanto, há um outro depoente importantíssimo que está prestando depoimento. Assim, saio de uma Sub-Relatoria e vou para outra ouvir o que já não ouvi, porque não tenho condições de ser onipresente. Então, já passo a fazer os questionamentos, ou repetidos, ou à luz do que os outros vão falando e das informações que me prestem. Depois peço o CD com a gravação – e aí é no horário normal, ninguém vai selecionar o que disse de mais importante – para ouvir todo o depoimento. Portanto, esse tipo de mecanismo, esse tipo de manobra é verdadeiramente sofisticada, inteligente e fraudulenta, mas não leva a absolutamente nada, porque, em um ou outro momento, a realidade implacável vai lá e desvenda o mistério sujo da corrupção. Quero, pois, saudá-lo. Desculpe ter-me alongado no aparte.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Mas foi importante.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Mas foi para compartilhar a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, que é muito grande realmente para quem quer trabalhar, porque para quem está para abafar, tanto faz! Quanto mais manobra, obstáculo, dificuldade, melhor. Mas para quem quer trabalhar, fica realmente muito difícil fazê-lo com a conseqüência técnica e com o compromisso político que é necessário. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> fortalece o meu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup>, muito didática, foi muito feliz. Digo exatamente isso.

Das CPIs que me procuraram aqui, só não assinei uma e ainda por *time*, eu diria. Todos sabem o carinho que tenho pelo Senador Eduardo Suplicy. Não vamos entrar no mérito até pelo respeito e pelo carinho que tenho por S. Ex<sup>a</sup>. E estarei fazendo campanha para S. Ex<sup>a</sup> em São Paulo, a não ser que ele proíba.

Agora, o eixo do pronunciamento que fiz no Pará e comento aqui foi o medo que tenho da banalização das CPIs. Falei que, daqui a pouco, haverá uma CPI para ver se comunista voltou a comer criancinha, ou para verificar se está chegando o ouro de Moscou de novo, um assunto esperado, e sabemos disso muito bem. Por isso fiz essa provocação positiva, e V. Ex<sup>a</sup> a ilustrou dizendo que, efetivamente, se houver aqui centenas de CPIs – não vou dizer dezenas porque dezenas já existem – de fato é para não funcionar e não fiscalizar.

Senador Pedro Simon, para não dizer que fiquei só no assunto CPI, quero dizer que falei também sobre a taxa de juros no congresso de mais de mil trabalhadores. Disse que não aceito que a taxa de juros no Brasil seja a maior do mundo. Faço aqui uma lista de dez países, demonstrando que a China vem em segundo lugar e tem a taxa de juros de 14% enquanto a do Brasil é de 19%. Depois vem a Turquia com 6% e o México. Falo também do taxa de juros negativa. Na Argentina, por exemplo, a taxa de juros negativa é de 4,7%. Nos Estados Unidos, é negativa em 1,6%. Cito também os países com a taxa de juros mais alta do mundo e aqueles que têm taxas de juros negativas.

Falei também, Senador Pedro Simon, do assunto que o Senador tratou agora, ou seja, das medidas provisórias. Disse lá – porque estava em andamento e agora posso dizer – que entrei, sim, com uma proposta para acabar com o instituto da medida provisória porque é um atentado ao processo democrático. Fui Constituinte, e colocamos na Constituição porque entendíamos que passaria o parlamentarismo. Não passou o Parlamentarismo. Passou o Presidencialismo. E, de 1988 para cá, são editadas duas medidas provisórias por dia útil, independentemente de qual seja o Governo. Apresentei, inclusive, a MP do Bem, que foi aprovada sem que 90% dos Parlamentares lessem os 138 artigos e as centenas de incisos e parágrafos. Há, portanto, questões boas, mas também há aspectos que me preocupam.

Também falei da luta do Tribunal de Pequenas Causas. E falei o que todos diziam: “Não vão pagar mais o PIS e o Cofins”. É bom lembrar o que é o Cofins e o PIS: são duas contribuições de caráter social, Sr. Presidente. Ambas deixaram de ser instrumentos que fortalecem a caixa da própria Previdência e os investimentos no campo social. Afinal, o que é o Cofins? Duvido que a ampla maioria dos quem nos estão ouvindo saibam o que é Cofins. Cofins é Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. O que é o PIS? Programa de Integração Social. Esses setores deixaram de pagar essas duas contribuições, que têm caráter social. Levanto minhas preocupações.

Sr. Presidente, também falei, nessa palestra que originou mais de 20 páginas, sobre o fator previdenciário, o maior assalto ao bolso do trabalhador no ato da sua aposentadoria. Fruto de quem? Do Governo anterior. Deveríamos revogá-lo. E tenho projeto nesse sentido. Quando digo “nós”, falo do Governo atual, que deveria revogar. O fator previdenciário, em relação à legislação anterior à sua aprovação, confisca, no ato da aposentadoria, do homem 25% e da mulher, mais de 30%.

Sr. Presidente, naturalmente não posso comentar a palestra que fiz em toda sua abrangência, mas resalto que abordei a redução de jornada, sem redução de salários, falei sobre o projeto de nossa autoria que está em debate na Casa – uma proposta de emenda à Constituição –, sobre como acabar com a medida provisória e criar um instrumento só, em caso de calamidade pública – também por uma proposta de emenda à Constituição.

Com relação à redução de jornada, trabalho com um projeto que reduz de 44 horas para 40 horas num primeiro momento e, depois, reduz uma hora por ano, até chegar à média dos países que efetivamente reduziram a jornada e geraram emprego e renda, que seria de 36 horas.

Durante o congresso, foram tiradas posições de apoio a ambos projetos, que espero sejam aprovadas por esta Casa.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, que também estava lá como uma liderança do Pará, peço a V. Ex<sup>a</sup> que considere na íntegra meu pronunciamento. Pela abrangência de meu discurso, gostaria de, num segundo momento, transformá-lo em uma separata. Foi um momento tão bonito aquele que vivermos no Estado do Pará, em que falei de toda a realidade nacional. Não fugi de nenhuma pergunta, Sr. Presidente: falei da corrupção, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto do idoso, do Estatuto do Deficiente, do abuso da taxa de juros, das políticas de emprego e de renda e, no encerramento, falei da reforma sindical. Inclusive sou totalmente contra a forma como ela foi encaminhada ao Congresso Nacional. Entendo que podemos construir uma outra proposta que busque a unidade do conjunto dos trabalhadores deste País.

Sr. Presidente, tenho certeza de que o pronunciamento embasado na palestra que fiz em seu Estado será considerado lido na íntegra, para que eu possa publicá-lo num segundo momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de retratar palestra que proferi por ocasião do V Congresso dos Trabalhadores Comerciais do Pará e Amapá, no Pará, em 28 de outubro de 2005, sob o tema: “O Preço da Governabilidade: Fator Previdenciário e Redução da Jornada de Trabalho”

Minhas palavras foram:

“Cumprimento ao Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio dos Estados do Pará e Amapá, José Francisco Pereira, ao Presidente da Confederação Geral de Trabalhadores, Antônio Carlos dos Reis Salim, ao Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, José Carlos Schulte, ao Senador Flexa Ribeiro e na figura dele cumprimentar a Senadora Ana Julia e ao Senador Luiz Otavio, defensores das causas deste estado com muita força, e aos demais companheiros e companheiras aqui presentes.

Antes de iniciar gostaríamos de fazer constar o fato do Senador João Capiberibe e Janete Capiberibe terem recebido hoje liminar do Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal, para que a matéria volte ao Senado para ter direito à defesa. Não estou julgando o mérito da questão, mas dou uma salva de palmas ao Ministro Marco Aurélio pois acredito que todos devem ter direito à defesa.

Meus caros companheiros e companheiras da Federação, que alegria estarmos aqui!

Momentos como este são sempre muito especiais e certamente todos nós compartilhamos esse sentimento. Sem dúvida nós viemos para tratar de anseios que temos em comum. Nós queremos o melhor para a gente brasileira, para os trabalhadores brasileiros e estamos preocupados em como vamos conquistar isso. O 1º grande passo é sempre este, reunir companheiros e companheiras para o debate franco em Congressos como este dos trabalhadores do Comércio.

Poderíamos hoje falar de tudo, das CPIs por exemplo, dizendo primeiro, que não sou contra. Entendo que todas as denúncias devem ser investigadas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, pelo Congresso Nacional. Quem errou terá que pagar, doa a quem doer. Digo mais, assino todas as CPIs que me apresentarem, sejam da situação ou da oposição. Só tenho um temor, que se banalize a insti-

tuição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Já assinei umas duas dezenas, agora falam das CPIs dos grampos e dos grampinhos, dos dólares de Fidel, do ouro de Moscou e já há quem diga que temos que assinar as CPIs para ver se os comunistas estão voltando e se comem criancinhas como era dito no passado. Assim não dá.

Poderíamos falar também da Taxa de Juros cujo taxa nominal é de 19,0%, sendo a taxa de juros real, ou seja, aquela que é paga pelo país menos a inflação, de 14,1% no Brasil, enquanto na China ela é de 6,6%, na Turquia 5,7%, no México ela está em 5,5%, na Índia, 3,8%. A média dos 40 países maiores do mundo pesquisados é de 1,2%. Existem países inclusive com taxas negativas como a Argentina onde ela é de menos 4,8%, nos Estados Unidos é de menos 0,7% e no Japão menos 0,6%. Nós poderíamos discutir ainda, a Reforma Agrária, os Idosos, os Deficientes, os Negros, os Índios, a MP do Bem e seus problemas e tantos outros temas.

Outro comentário que eu quero fazer é dizer a vocês que a democracia representativa é ultrajada com as MPs. Os governantes baixam mais ou menos duas MPs por dia útil desde que este instrumento foi inventado a partir de 1988. Encaminhei projeto para acabar com este instrumento que é uma violência contra o Congresso Nacional. Vejamos o último exemplo, a tal da MP do Bem é uma fusão da MP 252 e 255 que terminaram contendo 138 artigos e centenas de parágrafos e incisos. A Comissão Mista para estudar a matéria não foi instalada e 90% dos Parlamentares sequer conseguiram ler o que foi aprovado, isto é um absurdo.

Aliás, se eu pudesse diria que a MP foi só do bem, mas lamentavelmente não foi assim. É claro que ela tem aspectos positivos como:

As empresas que exportarem ao menos 80% de sua produção passarão a ter isenção de PIS e Cofins.

O prazo para utilização completa dos créditos de PIS e Cofins gerados em exportações vai cair de 24 meses para 18, o que dará uma folga de caixa para as empresas.

No caso da construção civil, a MP reduziu o Imposto de Renda pago pelo vendedor de um imóvel sobre o chamado “ganho de capital” (diferença entre valor de compra e venda de um imóvel por uma mesma pessoa).

Já os computadores de até R\$2.500 terão isenção de PIS e COFINS com a MP – o que permitirá uma queda de 9,25% no preço.

A MP também ampliou o prazo para empresas fazerem o recolhimento do Imposto de Renda, que deixou de ser semanal e passou a ser mensal, do IOF e da CPMF.

O prazo para que os clientes de planos de previdência privada optem pelo novo sistema de tributação foi prorrogado para 31 de dezembro.

As embalagens utilizadas na exportação de frutas terão isenção fiscal.

Taxistas poderão trocar de carro, com isenção de IPI a cada dois anos. Hoje são três anos.

Já as micro e pequenas empresas ganharam a elevação do limite de enquadramento de R\$120 mil e R\$1,2 milhão para R\$240 mil e R\$2,4 milhões, respectivamente. Neste ponto fui contemplado, pois tenho um projeto no mesmo sentido. O PLS nº 002 de 2004 (atualização da tabela do SIMPLES).

A MP dá isenção de PIS e Cofins para o leite em pó e outros derivados do leite.

Mas, existem também os fatores que nos preocupam, como:

Amplia de 60 meses para 240 meses o prazo que as Prefeituras tem para parcelar a dívida com o INSS. Reajuste do débito pela taxa SELIC e desconto de 50% referente a juros de mora, originados pela dívida. Estes recursos deixarão de entrar nos cofres da Previdência e o valor é estimado em r\$30 bilhões.

Todos os impostos ou tributos que foram diminuídos saíram do social, como o Cofins (Contribuição para o financiamento da seguridade social) e o PIS – (Programa de Integração Social).

Felizmente, destaque colocado na MP 152 e que queriam introduzir na 155 foi rejeitado pelo Congresso:

Estabelecimento de um prazo de até 2 anos para o pagamento de decisões judiciais de baixo custo e diminuir o teto que hoje é R\$18.000,00 e pagamento em 2 meses

Mas, hoje vamos falar do Fator Previdenciário, da Defasagem nos proventos de aposentados e pensionistas e da Redução da Jornada de Trabalho.

Uma das nossas grandes preocupações certamente é o fator previdenciário. Após várias tentativas de alterar as regras das aposenta-

dorias do Regime Geral de Previdência Social – RGPS para diminuir o valor do benefício e aumentar as exigências para o trabalhador ter direito a aposentadoria, o governo anterior conseguiu aprovar, apesar das resistências da sociedade e das entidades representativas dos trabalhadores, o fator previdenciário, através da Lei 9.876/99.

Essa inovação, sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almejam, de fato, a contenção das despesas geradas pelos benefícios da Previdência Social principalmente da aposentadoria por tempo de contribuição, mediante redução de seu valor ou retardamento de sua concessão.

A fórmula de cálculo é baseada nos seguintes elementos: alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

Vale ressaltar que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. Na aposentadoria por idade, a aplicação do fator é opcional.

Quanto menor a idade na data da aposentadoria, e por consequência, maior a expectativa de sobrevida, menor o fator previdenciário e, portanto, menor o valor do benefício recebido. Então essa nova metodologia nada mais é do que um redutor no valor do benefício.

No aspecto social, ele é perverso, pois, ao privilegiar a aposentadoria por tempo de contribuição tardia e punir, drasticamente, a considerada precoce, penaliza, sobremaneira, aqueles que começaram a trabalhar cedo, na maioria os trabalhadores das classes mais pobres.

De fato, esses trabalhadores certamente, não adiarão o início de sua aposentadoria, em função de valores maiores, no futuro, proporcionados pelo “fator previdenciário”. Essa premissa é fortalecida pela maciça concessão da aposentadoria proporcional pela Previdência Social, ainda que com perdas de até trinta por cento do valor mensal. Por outro lado, caso postergassem o início de seu benefício, a redução do tempo de sua duração neutralizaria a majoração de seu valor.

Temos que observar também que a população mundial está ficando cada vez mais velha e, segundo a Organização Mundial de

Saúde (OMS), por volta de 2025 haverá mais idosos no planeta do que crianças.

Em 2003, aumentaram os prejuízos dos trabalhadores com o fator previdenciário devido à nova tabela de sobrevivência após os 48 anos, calculada pelo IBGE.

Com a expectativa de vida subindo ano a ano, cada vez mais o trabalhador se distancia da possibilidade de alcançar a aposentadoria sem redução no valor integral de seu benefício.

Exemplo: Para obter aposentadoria sem redução no benefício, o segurado que contasse com 35 anos de contribuição deveria a partir de 1º de dezembro de 2003, ter 63 anos na data da aposentadoria. Um dia antes, esse mesmo trabalhador teria se aposentado aos 60 anos sem redução. Porquê? Porque a tabela da expectativa de vida mudou e certamente continuará mudando de tempos em tempos.

Pelos cálculos da consultora legislativa da Câmara dos Deputados, Claudia Augusta Ferreira Deud, que elaborou um primoroso estudo sobre o tema, as injustiças não param por aí.

Vejam o exemplo apontado por ela: um segurado que, em 2003, podia se aposentar e resolveu adiar sua aposentadoria para melhorar o benefício também será prejudicado.

Tome-se o exemplo de alguém que tenha se filiado ao RGPS com 18 anos de idade e que tivesse, em novembro de 2003, 57 anos de idade e 39 de contribuição. Aplicando-se a tábua de sobrevivência de 2001 (válida para aposentadorias até 1º de dezembro de 2003), seu fator previdenciário seria igual a 1,0171.

O segurado, no entanto, resolveu adiar o pedido de aposentadoria para novembro de 2004, quando teria 58 anos de idade e 40 de contribuição. Como a tábua a ser aplicada será a nova, de 2002, seu fator previdenciário será igual a 0,9648. Ou seja, o segurado trabalhou um ano a mais, esperando melhoria no benefício, mas o valor foi reduzido, e não elevado.

As conclusões do consultor legislativo da Câmara, Valter Oda, são claras quanto ao prejuízo para os aposentados com a aplicação da nova tábua do IBGE:

“Chega-se a 20,51% de aumento médio na expectativa de sobrevivência;

Haverá 16,22% de redução média no fator previdenciário e na renda do benefício.”

Vale salientar também que a tabela construída pelo IBGE não é utilizada por nenhum

dos grandes fundos de pensão fechados ou abertos, muito menos por grandes bancos que oferecem a seus clientes planos de previdência privada.

Vejam que contradição: Todos nós desejamos e trabalhamos para que seja aumentada a expectativa de vida dos brasileiros. Para os trabalhadores do RGPS isto virou um pesadelo. Serão punidos por viverem mais e condenados a trabalharem mais para que os valores iniciais de suas aposentadorias não sejam drasticamente reduzidos.

Vamos ponderar sobre o argumento do: “Viver Mais Exige Trabalhar Mais”. Viver mais em que condições? Qual é a qualidade de vida da grande maioria do povo brasileiro, da classe mais pobre que é quem geralmente começa a trabalhar mais cedo? Quais são as condições de vida da esmagadora maioria do nosso povo quando chega aos 60 anos por exemplo?

Foi por discordar desta punição aos trabalhadores que buscam a aposentadoria que apresentamos o projeto 296/03 que extingue o “Fator Previdenciário”. Propomos resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios previdenciários, evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em evidente prejuízo para seus beneficiários. Este projeto teve parecer favorável do relator, Senador Mão Santa, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Os brasileiros estão apavorados com a perspectiva de se aposentarem. Além da monstruosidade do fator previdenciário, eles sabem que a defasagem salarial irá se somar ao pesadelo e vai impedi-los de viver com tranquilidade esse momento que deveria ser de sonho, não de tortura.

Nas viagens que fazemos, nas centenas de cartas e e-mails que recebemos diariamente em nosso gabinete, fica registrado o mesmo clamor dessa classe tão injustiçada: “a defasagem salarial está corroendo o valor da minha aposentadoria. Vou acabar recebendo um salário-mínimo”.

A política para quem ganha mais de um salário-mínimo é cruel, o seu índice de reajuste é sempre inferior ao salário-mínimo. Acrescentamos ainda, a falta de clareza na aplicação dos índices. Uma hora é INPC, outra é IGP-DI, que de qualquer maneira é sempre o menor possível e não consegue acompanhar a inflação real.

As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 60%. Dependendo dos próximos reajustes, essas perdas poderão atingir 70%.

O achatamento é tão selvagem e desumano que se não for implementada uma mudança todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social daqui a alguns anos estarão realmente recebendo 01 salário-mínimo.

Segundo dados da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, em janeiro de 2003 o INSS tinha 13,4 milhões de aposentados e pensionistas que recebiam um salário mínimo. Em junho de 2005 esse número aumentou para 15 milhões. Nesse mesmo período metade de aposentados que ingressaram no sistema recebem apenas um salário.

Sabemos que 27 % dos idosos em todo o país são responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar. Dados que refletem a importância das pensões e aposentadorias para a economia do país.

Segundo dados do SIAFI e da ANFIP a Seguridade Social tem apresentado ano a ano uma evolução no seu superávit. Se em 2003 ela atingiu um superávit de R\$31,73 Bilhões, em 2004 o saldo positivo saltou para R\$42,53 Bilhões. No primeiro semestre de 2005, ainda que os dados sejam preliminares, o saldo foi de R\$25 bilhões e superou os valores do mesmo período de 2004, quando totalizou R\$24,21 bilhões.

O principal problema da Previdência Social no Brasil é que ela tem sido utilizada para pagar as dívidas do governo, integrando o superávit primário da União.

Fato que provocou a ação difamatória de que seria deficitária. No entanto um órgão que vem aumentando gradativamente seu saldo positivo, que paga mensalmente R\$ 5,8 bilhões de reais em aposentadorias e pensões a 19,8 milhões de cidadãos e cidadãs não pode ser menosprezado.

Vale salientar, ainda, que, em 2004, segundo dados da ANFIP, 86% dos recursos do superávit primário da União foram obtidos através dos recursos oriundos da Seguridade Social.

Em todos os projetos que apresentamos sempre vinculamos o salário-mínimo aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo.

Apresentamos um Projeto de Lei, o PLS 58/03, que garante a vinculação definitiva e tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela previdência social e às pagas pela União a seus inativos e pensionistas.

Propomos a atualização dos valores desses benefícios restabelecendo a quantidade em salários-mínimos que possuíam quando de sua concessão.

Com a aprovação desses projetos, estaremos devolvendo aos milhares de aposentados e pensionistas sua dignidade e estaremos implementando justiça social.

Diante de tantas injustiças é preciso que a sociedade reaja. A melhor saída é a pressão política e a divulgação para todos os brasileiros do real significado do que seja fator previdenciário e defasagem salarial.

É necessário, é urgente que cada trabalhador, cada trabalhadora, tome conhecimento sobre os prejuízos que estão sendo impostos a eles e que o Congresso seja pressionado a fazer mudanças, corrigindo as distorções que tanto afligem os segurados do RGPS. Nós podemos fazer isto através da aprovação dos PLS 58/03 e 296/03.

Agora vamos analisar um pouco, outro grande problema que nos reúne aqui hoje que é o desemprego.

Ele atinge patamares elevados que nos causa imensa preocupação. Por exemplo, na cidade de São Paulo, segundo o jornal "Folha de São Paulo" a taxa de desemprego na região metropolitana da cidade é de 16,9% da PEA-População Economicamente Ativa. O contingente de pessoas que não têm emprego na região metropolitana de São Paulo atingiu 1,692 milhão.

Nós temos uma proposta, que é da redução da jornada de trabalho, que julgamos muito positiva para vencer essa chaga social. Acreditamos que ela irá contribuir imensamente com a modernização das relações trabalhistas e a criação de novos postos de emprego formais.

Ainda como Deputado Federal apresentamos, juntamente com o nobre Dep. Inácio Arruda, Proposta de Emenda Constitucional visando a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas (PEC nº 231/95).

Consciente de que estávamos no caminho certo evoluímos nossa convicção e apresentamos no Senado a PEC nº 75/2003 buscando, em um primeiro momento, reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais para, em seguida, gradativamente, num período de 04 anos, decrescermos até o limite de 36 horas semanais.

A despeito da resistência, a tendência à redução da jornada diária ou semanal é fato incontestável, sendo esta a posição de países europeus que chegam a ter jornada de até 35 horas, como é o caso da Bélgica, dos Países Baixos e da Dinamarca e, sobretudo, da França que passou da semana de trinta e nove horas de trabalho para a semana de trinta e cinco horas.

Talvez venhamos a ouvir que este processo esteja sendo revisto na França, mas até as razões que levaram o governo ao debate e à discussão sobre flexibilização da jornada de trabalho tende a justificá-lo e não a condená-lo. Suas razões são de que sua economia se torne mais competitiva, para tanto busca suprir o que ele chama de “déficit de trabalho”.

Ora, se tem trabalho a ser executado, certamente não seria uma visão lógica, dentro da relação trabalho/capital, que eu eleve o ônus do trabalhador em proveito do capital, mas sim que eu contrate mais trabalhadores, que equilibre o maior fluxo da economia e o aumento de capital, ou seja, que esteja gerando novos empregos e dando resposta a grande mazela mundial do desemprego.

Lá a diminuição do número médio de horas trabalhadas por empregado, aumentou o nível de emprego. Fato aprovado por 87% da população francesa que hoje combate de forma veemente a nova postura do governo, entendendo ser um retrocesso nas relações de trabalho, fato que motivou, no início do mês de fevereiro/2005, marchas de protesto atraindo até 600 mil manifestantes.

A economia brasileira passou por importantes modificações ao longo da década de 90. Durante esse período, basicamente ocorreram a abertura da economia, a queda da taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia, através das privatizações.

Essas mudanças resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, mudanças estas sedimentadas em nosso atual governo, com

comprovada aprovação mundial, o que afetou, significativamente, o desempenho do mercado de trabalho.

Os estudos relativos à redução de jornada de trabalho têm mostrado que ela é de interesse tanto dos empregadores, quanto dos empregados. No caso dos empregadores, a redução da jornada de trabalho é vista como um meio de reduzir custos, já que torna possível ajustar a utilização da mão-de-obra às necessidades de produção das empresas, evitando o uso de horas extras.

No caso dos trabalhadores, a existência de jornadas menores atende anseios de diversos grupos sociais que desejam trabalhar jornadas mais curtas. Em particular, os trabalhadores mais qualificados, os jovens e os pais com filhos pequenos tendem a demonstrar maior interesse na adoção de uma jornada de trabalho reduzida.

Levantamentos estatísticos nos mostram que a jornada de trabalho brasileira é uma das maiores se comparada com o resto do mundo, como inicialmente comentado. Segundo a Organização Internacional do trabalho, na Alemanha o expediente é de 41,5h; na Argentina 39,2h; na França 38,3h; na Espanha 35,7h; no Canadá 31,9h.

E não é somente isso! A **Folha de S.Paulo** noticiou neste mês, que de 1996 a 2003, o salário médio nas empresas formais sofreu uma redução de 11%, segundo dados do IBGE, que considera as empresas com CNPJ. O rendimento real (considerada a evolução da inflação) que era de R\$590,00 em 1996, passou para R\$525,29 em 2003. O IBGE avalia que o aumento da terceirização reduziu a renda e os analistas econômicos atribuem a retração à crises econômicas e juros.

Também apresentamos outro projeto (PLS 205/2004) que busca desonerar a folha de pagamento quanto ao recolhimento previdenciário patronal que passaria a incidir sobre o lucro e não sobre o salário do empregado.

Entendemos que também este projeto, se aprovado, dará ao empregador novo alento com o custo do empregado, sustentando tranquilamente a diminuição da jornada de trabalho e a abertura de novos empregos.

A proibição das horas extras seria outra grande fonte para a criação de novos empregos.

Se somarmos as horas extras com a jornada de 44 horas semanais o Brasil terá uma das maiores cargas do mundo. Em países de condições econômicas semelhantes ou melhores que a nossa, a carga de trabalho anual gira em torno de 1.400 horas, enquanto no Brasil chega a 2.100 horas.

A robótica, o avanço tecnológico tem de cumprir a sua função social. Pois senão estaremos na direção do fim do emprego. Já existem diversos livros citando o desastre que isso seria.

É preciso que se entenda que com uma redução de jornada teremos milhões de pessoas a mais trabalhando, consumindo e gerando novos empregos, fortalecendo o mercado interno.

Além disso, fortaleceríamos também a Previdência, pois arrecadaríamos muito mais. Todos ganham: o município, o estado, a união, o empregado e empregador.

Com uma carga de trabalho menor, o trabalhador melhora a produtividade, diminuem os acidentes e doenças do trabalho, e também diminui o número de faltas no serviço. Isso já está provado cientificamente. Como consequência, diminuímos os gastos com seguro desemprego, com a saúde e com a seguridade social.

Para o debate, poderíamos ainda lembrar que o Brasil poderia aplicar um princípio já adotado em outros países, como a França. A empresa que mais reduzir a jornada e empregar outros trabalhadores receberia incentivos fiscais por parte do governo.

Conforme dados da Confederação Nacional das Indústrias, em 1999, a participação dos salários no custo das indústrias de transformação era de 22%, em média. Fazendo as contas, uma redução de 9,09% da jornada de trabalho representaria um aumento no custo total de apenas 1,99%. Mas alguns dados põem em cheque este argumento patronal: entre 1999 e 2000, a produtividade cresceu a uma taxa média anual de 6,50%. Diante disto um percentual de 1,99 é irrisório. Além disso ocorre uma só vez, no momento em que se reduz a jornada. Como a produtividade tem crescido constantemente, em menos de seis meses o aumento de custo já estaria compensado.

Nem vou falar aqui do incentivo ao turismo, da educação, da formação de mão-de-obra e dos pequenos empreendimentos que

poderão surgir com o trabalhador tendo uma carga menor.

Meus amigos e amigas trabalhadores, se eu pudesse diria milhões de vezes: Viva os trabalhadores do Pará e do Amapá! Viva os trabalhadores do Brasil! Viva os trabalhadores do Mundo!

Trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, nós falávamos do grande passo que o debate franco representa na luta. Pois vamos passar ao próximo grande passo: Vamos dizer NÃO ao fator previdenciário, NÃO à defasagem salarial. Vamos dizer NÃO ao desemprego e SIM à redução da jornada de trabalho.

Vamos dizer SIM ao respeito aos nossos direitos, vamos dizer: "SIM, eu tenho direito a emprego, ou então, SIM eu trabalhei, eu tenho em meu corpo, em minha mente, em meu coração, as marcas do meu esforço e não aceito que elas sejam desprezadas" Nosso País tem a sua história e as marcas do trabalho de seus filhos estão cravadas nela. Nenhum País pode desprezar seus filhos desempregados e tampouco desprezar seus filhos porque é chegado o tempo de se afastarem de sua labuta. Nenhum filho quer ver seu esforço desprezado ou esquecido. Os filhos esperam que o seu País devolva com justiça e igualdade os frutos colhidos com o trabalho por eles semeado.

Temos a certeza de que o Brasil vai saber corresponder às justas expectativas de seus filhos!

Termino com uma das frases de João Paulo II, que citei numa Sessão em homenagem a ele, pós-morte.

Disse o Papa: "Trabalhadores, é muito importante que vocês sejam solidários com os empregadores. Mas, é muito mais importante que os trabalhadores sejam solidários com os próprios trabalhadores".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa acata a solicitação de V. Ex<sup>a</sup> na forma regimental e, da mesma forma, a proposta da Senadora Heloísa Helena, que, em seu discurso, fez idêntica solicitação.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, ilustre líder político do PMDB do Rio Grande do Sul.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos, que podem ser prorrogados por mais três horas, tendo em vista a véspera da chegada do Presidente Bush.

O Itamaraty me solicitou – não pude falar, porque o Senador Arthur Virgílio não está presente – que, por

favor, não se criasse nenhum embaraço com relação à proposta ou ameaça de surra no Presidente George Bush.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> vai estar lá, protestando, já que fez campanha para o “sim”, contra o Senhor das Guerras e das Armas?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otavio. PMDB – PA) – Principalmente depois de ter assistido ao filme “O senhor das armas”, com Nicholas Cage.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Ali é a história de um pequeno comerciante, ele mesmo ia vender as armas. Imagine o Bush! Vou cobrar a sua presença, Senador Luiz Otávio!

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Estaremos nessa luta contra o contrabando de armas no mundo.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa, Senadora Heloísa, está na hora de V. Ex<sup>a</sup> se comportar como candidata à Presidência. Uma coisa é a brilhante, dinâmica, extraordinária, fantástica Senadora que V. Ex<sup>a</sup> é. Uma candidata...

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> vai votar em mim?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com muita alegria penso nisso.

Como candidata à Presidência da República, V. Ex<sup>a</sup> tem que ter outro comportamento. Não que o comportamento de V. Ex<sup>a</sup> não seja excepcional. É, e eu reconheço. Mas a estou prevenindo porque já estou vendo, pela minha idade e pela minha experiência, que vão querer utilizar suas ações contra V. Ex<sup>a</sup> na sua campanha. E V. Ex<sup>a</sup> tem que estar preparada para evitar que essas coisas aconteçam. Inclusive, usar a camiseta contra o Bush, como Senadora, tudo bem. Mas que fique claro que a Senadora Heloísa Helena, eleita à Presidência da República, vai tratar com o maior respeito quem for o Presidente dos Estados Unidos, porque, como Presidente do Brasil, entende que é muito importante ter uma relação elevada com aquele país.

Que, de certa forma, justiça seja feita, o atual Itamaraty está tendo um comportamento respeitável. Não digo o Governo, mas digo o Ministro das Relações Exteriores.

Mas volto a esta tribuna por um desengano de consciência. Não sei se vale à pena voltar, se eu não deveria ter ido para Porto Alegre, se alguém vai dar bola para o que vou falar, mas, meu amigo Lula, você não pode perder a oportunidade de, amanhã, no churrasco, conversar com o Presidente Bush. Não caia na infantilidade de insistir na importância de o Brasil

fazer parte do Conselho de Segurança: “Olha, Presidente Bush, contamos com o seu voto”. Já perdemos o voto da Argentina, já perdemos o voto do Chile, já perdemos o voto da América Latina. Não sei se é importante – pode até ser –, mas para o Brasil seria mais importante se estivéssemos na presidência da FAO, se estivéssemos na presidência do Banco Mundial. Pretendíamos emplacá-la e não conseguimos. Nem a presidência do Banco Interamericano. Achávamos que seria nossa, mas na hora não conseguimos.

Seria importante se a CNBB, se a OAB, se o Congresso e os partidos de Oposição fizessem chegar ao Presidente Bush esta mensagem: o Brasil, no mundo, é o País mais cruelmente tratado, mais injustiçado, mais violentado em sua economia; é aquele que paga os juros mais altos com relação à sua dívida. Nunca houve um país que pagou taxas de juros tão elevadas como as que o Brasil está pagando ao Banco Mundial. O Brasil paga taxas de juros ao Banco Mundial que equivalem a mais do que o dobro do que paga o país que está em segundo lugar. O segundo país em pagamentos percentuais de juros paga menos da metade do que paga o Brasil. Por quê? Não sei. Qual é a razão? Não sei. Fixam taxas porque o Brasil é um país perigoso, porque investir no Brasil é duvidoso. Fixam fórmulas por meio das quais o Japão não paga nada de juros, a Europa não paga nada, e o Brasil paga uma taxa que é um escândalo!

Nós verificamos coisas estranhas. Guaribas tem fome. Mais de duas mil crianças estão há dez meses sem merenda escolar. A campanha de Lula de combate à fome escolheu como primeira cidade a ser atendida, como cidade prioritária, como cidade padrão, Guaribas. Está aqui no jornal: fome, miséria e crianças sem nada, sequer a merenda!

Este é o Brasil. E amanhã Lula vai falar com o Presidente Bush no pior momento político do Presidente americano, desde que foi eleito numa eleição fraudulenta – parece mentira, mas isso aconteceu nos Estados Unidos –, quando na revisão de votos o candidato democrata estava em véspera de ganhar, a Suprema Corte suspendeu a recontagem e deu ganho ao Sr. Bush. Foi reeleito não por causa da sua capacidade – que ele tem –, mas por causa da infantilidade do candidato democrata na hora do debate.

Nos Estados Unidos, não há programa de televisão “colorido”, não há os Dudas Mendonças, que preparam os candidatos e formam a personalidade deles. Lá, o programa é ao vivo.

Enquanto o Bush disse o que pensava, dura e asperamente, Deus o enviou – ele fala com Deus! – e lhe disse: “Nós temos de terminar com os agentes do mal: a Síria, o Irã, o Iraque; temos de acabar com es-

ses agentes do mal. Vou invadir o Iraque para terminar com o demônio que lá está!”

Enquanto o Bush falava claramente que era contra o aborto e tudo o mais, enquanto todas as pesquisas diziam que o Bush estava no chão, que já estava derrotado, o candidato democrata pensou: “Estou bem com as pesquisas, estou bem com todo mundo”. “O que o senhor acha da intervenção no Iraque?” “Pois é, não sei, vou ver, vou pensar”. “O que o senhor acha do aborto?” “Pois é, não sei, depende, vou ver, vou pensar”. Ele foi tão infeliz, foi tão irresponsável que irritou o povo americano, que pensou: “Prefiro esse Bush, que diz o que pensa agora, do que o outro, que não diz agora o que ele pode fazer depois”. Por isso, ele ganhou.

Mas, hoje, ele está no chão. Anteontem, 55% das pesquisas falaram em *impeachment* do Presidente Bush, porque ele mentiu. E algo sério para o povo americano é o Presidente mentir à nação.

O Nixon renunciou porque mentiu, quando disse que a escuta feita no Partido Democrático, no caso Watergate, não era do seu conhecimento e não tinha sido encomendada por ele. Mas ele sabia. Quando ficou provado que ele sabia, ele renunciou, para não ser cassado.

Agora, a CIA está mostrando que os americanos sabiam que o Saddam não tinha nada de armas de destruição em massa. O embaixador brasileiro dizia que não havia nada, que deixassem a ONU provar isso, e a ONU provaria. O americano fez esse diplomata ser demitido da entidade que cuidava da proliferação de armas de destruição em massa. Ele foi demitido, e a ONU foi desmoralizada.

O Conselho da ONU disse: “Não é para intervir”. França e Alemanha disseram: “Não é para intervir”. E ele interveio. Agora, a CIA está mostrando que o documento era mentiroso, que era falso, que o americano já sabia que não havia armamentos de destruição em massa no Iraque. Usaram aquilo para tentar destruir – como destruíram – o Iraque.

A imprensa americana está exigindo o *impeachment* do Sr. Bush, porque ele mentiu à nação e a levou a uma guerra destrutiva como essa, sem razão de ser.

Essa notícia está aparecendo juntamente com outra, que veio com 50 anos de atraso: a intervenção americana no Vietnã foi mentirosa. Não houve os fatos que determinaram o americano intervir no Vietnã. O que diz a CIA, por intermédio de documentos secretíssimos daquela época, publicados agora, é que o americano interveio porque precisava ter, ali, no Vietnã, forças para cuidarem, de um lado, da China; de outro, da União Soviética e, ainda, proteger o Japão.

Essas duas notícias estão causando os reflexos de um furacão nos Estados Unidos, e o Bush está vivendo, repito, a sua crise maior na Presidência da República.

O Presidente Lula disse, de uma maneira imprópria, de uma maneira infeliz, “que os brasileiros devem deixar o pessimismo no banheiro e sair à rua com otimismo”. Digo que, no domingo, Sua Excelência deve ser realmente muito otimista, firme, enérgico. Que peça um estudo à área econômica e mostre que estamos pagando tantos bilhões de dólares em dívidas de juros. Não queremos moratória; não queremos fazer como a Argentina, que não pagou e não aconteceu nada com ela. O país está vivendo muito bem, obrigado!

Queremos um diálogo, queremos mostrar a situação de miséria e de fome do nosso povo e queremos que, dessa importância fantástica de mais de cem bilhões que enviamos de juros – só de juros, sem tocar no principal –, um terço dessa quantia, que é cerca de 50 bilhões, durante 10 anos, seja aplicada, com a fiscalização da ONU, com a fiscalização da FAO, com a fiscalização do Banco Mundial ou de quem quiser, no combate à fome e no desenvolvimento da educação e da infra-estrutura.

Sr. Presidente, creio que um projeto como esse, uma proposta como essa, que leva em conta o pensamento do Brasil inteiro, é importante. Essa proposta não é nova, porque o próprio Presidente Lula, na ONU, no ano passado, falou sobre ela. O próprio Papa João Paulo II falou dela quando se dirigiu à ONU, que dever-se-ia conceder um empréstimo às nações para que elas combatessem a fome e a miséria. O próprio Presidente do Tesouro americano disse que seria justo e compreensível que uma parte desses juros – que o Brasil tem pago com tanta fidelidade – fosse destinada a equacionar o problema social. O próprio Presidente do Banco Mundial fez essa afirmativa.

É muito importante para nós fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, porque, no Conselho de Segurança, tem de haver países como o Brasil, como a China, como a Índia; países que são importantes e que não se justifica que não façam parte. Tudo bem! Mas um Brasil passando fome, um Brasil com uma miséria como essa! Se nos derem esses 60 bilhões por ano para serem aplicados, daqui a 10 anos nossa economia estará tão forte e tão pujante que provavelmente entraremos naturalmente para o Conselho da ONU.

**A Sr<sup>a</sup> Iris de Araújo** (PMDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com o maior prazer, Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Iris de Araújo** (PMDB – GO) – Senador Pedro Simon, tenho uma convivência com V. Ex<sup>a</sup> de longa

data dentro do PMDB. Cada vez que V. Ex<sup>a</sup> assoma a esta tribuna – e não apenas no plenário do Senado –, a sua presença tem um significado muito grande para este País, principalmente neste momento tão conturbado, em que temos tanta carência de lideranças fortes, capazes de nos indicar um rumo. Sinto-me até intimidada, Senador, aqui, deste meu lugar, sentada, ouvindo V. Ex<sup>a</sup>; não só agora, mas durante esses anos todos, em que aprendi, na nossa militância, a admirá-lo pelo seu posicionamento. Cada vez que V. Ex<sup>a</sup> assoma a esta tribuna para expor idéias, pensamentos tão pertinentes, tão importantes, o momento é muito importante. E, hoje, nesta manhã de sexta-feira, as colocações de V. Ex<sup>a</sup>, de uma certa forma, me remetaram, em devaneio, a uma outra época e me lembrei de uma outra figura que conseguia, ao assomar à tribuna, parar praticamente todos os movimentos dentro deste plenário, que foi o Senador Brossard. V. Ex<sup>a</sup> hoje tem um significado muito forte neste País. É uma referência nacional que devemos respeitar e enaltecer. Não faço aqui nenhum jogo de rasga seda, apenas gostaria de, neste momento, prestar a V. Ex<sup>a</sup> – não só pelo que diz hoje, mas em todos os seus pronunciamentos – a homenagem que merece. Muito obrigada.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço o carinho e o afeto de V. Ex<sup>a</sup>, que ditaram a gentileza de seu aparte.

Penso que, realmente, existem momentos em que não podemos nos deixar levar pela paixão, que nos conduz a um lado só. Agora, estamos vivendo isso. A manchete do **Correio Braziliense** – que é de uma capacidade e de uma competência muito grande, principalmente em suas manchetes – de ontem... Quando fui tomar café, olhei e me assustei. A manchete era esta: “Os americanos estão chegando”. Eu disse: Meu Deus, será que eles estão invadindo e eu não sei de nada? Quer dizer, a primeira reação foi essa. Depois, eu me acalmei. É o Presidente que está chegando.

Hoje, a manchete do **Correio Braziliense** diz isto: “Olha só quem pagou o mensalão: o BB”. Essa é a manchete que deve estar empolgando o Brasil hoje. O Relator da CPMI dos Correios conseguiu um fato extraordinário: mostrar – como falei desta tribuna ontem – que o Banco do Brasil, ninguém mais do que o Banco do Brasil, é a primeira fonte provada do mensalão. Inclusive, para propaganda não feita, mas prevista de ser feita, o Banco do Brasil, algo que nunca fez na vida dele, adiantou dinheiro ao cidadão para o cidadão dar para o PT. A primeira fonte de financiamento se chama Banco do Brasil – e o diretor do PT que agora está gozando os capitais de férias.

Esta é a manchete de hoje. A manchete de amanhã será: “Fora, Bush”, que acho normal. Na Argentina,

já apareceram milhares de “Fora, Bush”. Acho normal. A convite meu, o Bush não viria ao Brasil, não tem motivo. Mas, devemos reconhecer que nem ele vem porque quer, nem o Presidente Lula o convidou. Ele veio participar, na Organização dos Estados Americanos, de uma reunião da Cúpula das Américas na Argentina, em Mar Del Plata, e não quis criar um caso de diplomacia – visitar a Argentina e não passar pelo Brasil. Ele, que ainda não veio ao Brasil nenhuma vez, desde o seu primeiro mandato, resolveu chegar aqui sábado à noite. E vai parar Brasília sábado à noite. O hotel vai ficar fechado sábado à noite, o espaço aéreo... Eu, por exemplo, vou amanhã de manhã para Porto Alegre, porque, se não for, estou liquidado. O espaço aéreo de Brasília estará fechado, para ele dormir no hotel e, no outro dia, comer um churrasco. Sai do churrasco, pega o avião e vai embora.

Acho que o que temos de fazer é cobrar do Presidente Bush uma posição em termos de suavizar a dívida externa brasileira. Sei que a TV Senado é assistida por milhares e milhares de brasileiros. Enviem uma correspondência para o Presidente do Brasil, mandem uma correspondência ao Palácio do Planalto. Mandem individualmente. Os Deputados Estaduais e Federais, empresários, estudantes, jovens, mandem, para que tenha um mar de mensagens entre hoje e domingo no Palácio do Planalto, pedindo ao Presidente Lula: cobre do Presidente Bush um corte no pagamento dos juros, para ser aplicado na miséria do povo brasileiro.

Acho que, se fizéssemos isso, se a CNBB pedisse para que suas entidades fizessem isso, se a CUT, os cidadãos e a OAB fizessem isso, se houvesse um mar de manifestação, teria um peso muito importante. Seria amanhã e domingo aqui no Palácio, mas repercutiria no mundo inteiro. Repercutiria no Congresso do Brasil, na Assembléia Geral das Nações Unidas, onde, dentro em pouco, Lula falará em nome do Brasil. Acho que causaria uma repercussão muito importante se parássemos um pouco de olhar para os graves problemas que estamos vivendo e olhássemos um pouco para o maior de todos os problemas, que é a nossa dívida externa.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu estava ouvindo V. Ex<sup>a</sup> do meu gabinete e vim até aqui para me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz na manhã de hoje, principalmente neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> faz a sugestão muito oportuna para que todos nós, todos os que podemos falar em nome do Parlamento e do Brasil, como as associações e a CNBB, mandemos uma mensagem para realmente sairmos dessa imensa e impagável dívida, que sufoca o povo brasileiro. Não podemos nos conformar! É o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo. Que sobre alguma coisa para

se aplicar aqui. Podemos gerar empregos. Os R\$10 bilhões que o Presidente Lula prometeu são viáveis no campo, no programa do *biodiesel*. V. Ex<sup>a</sup> sabe que podemos empregar 10 milhões de famílias no campo, produzindo o óleo necessário ao País. Parabênz V. Ex<sup>a</sup> pela oportuna colocação que faz e o cumprimento pelo discurso que faz nesta manhã.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, insisto ao telespectador para que passe uma mensagem – que hoje é tão fácil, simples e até gratuita – ao Presidente da República, apelando, você, estudante; você, operário; você, empresário; você, intelectual; você, deputado; você, bispo, para que ele defenda os interesses do Brasil e faça chegar ao “senhor do mundo”, o Sr. Presidente Bush, imperador de tudo e de todos, que este País, num crescendo, crescendo, vai iniciar a caminhada, exigindo um tratamento justo, e que apenas um terço do pagamento dos juros da dívida externa, realmente impagável – e não estamos discutindo isso, queremos continuar pagando os juros –, fique aqui. E que não fique à disposição do Brasil para aplicar aqui em mensalão ou em coisa que o valha, mas que haja fiscalização externa na aplicação no social, na fome, na agricultura, na educação e na infra-estrutura.

Essa oportunidade é real. Creio que essa chance não pode ser perdida. Exatamente no momento em que o Presidente Bush está no chão na sua credibilidade, ele vai receber com muito respeito.

E nessa hora que, cá entre nós, o Lula está em baixa, de paulada mais paulada, de repente, receber uma mensagem de apoio no sentido de que ele nos representa numa medida positiva, acho que fará bem ao Presidente. Fará bem para o Presidente receber, fará bem para o Presidente chamar o Presidente Bush e mostrar que esta recebendo do Brasil inteiro esse pedido. Apenas isto: de R\$150 bilhões, que um terço fique no Brasil. Nós, que hoje estamos chorando porque o que era para ser gasto na infra-estrutura, R\$3,8 bilhões, está encalhado, e está encalhado porque não temos nada para aplicar em lugar nenhum, a não ser na dívida.

No tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu dizia que o Sr. Ministro da Fazenda queria ganhar um quadro do tamanho da parede do lado externo do Banco Mundial, por ter sido o maior herói, o que deu mais lucro àquele banco em toda a sua história. Ainda bem que o banco não o fez. Porque, se tivesse feito, agora teria que retirar o quadro, porque o Sr. Palocci está ganhando longe.

Quem diria que o Ministro da Fazenda do PT estaria deixando para trás o Ministro da Fazenda do

Sr. Fernando Henrique? Quem diria? O Ministro da Fazenda do Sr. Fernando Henrique, que, convém que se diga, é um homem que eu respeitava por seu tom de seriedade – ele era conservador, ele era aquilo, mas ele era aquilo.

Amanhã poderá ser domingo, um dia muito importante. Eu gostaria, realmente, se a carne do churrasco fosse gaúcha, mas não há obrigação para isso. Hoje temos no Brasil inteiro uma carne melhor que a outra. Só que não há carne-de-sol. Se fosse o Sarney, era capaz de querer fazer um churrasco de carne-de-sol, e aí ia complicar.

O vinho pode ser do Rio Grande do Sul, para o americano ver, já que americano que se preza só toma vinho da Califórnia. O consumo do vinho da Califórnia nos restaurantes mais importantes é de vinho da Califórnia. Você vai a Nova Iorque, em Washington, em qualquer restaurante, o mais grã-fino, o vinho mais caro é o da Califórnia. Depois vêm os vinhos da França, da Alemanha, da Itália, da Espanha. Eles valorizam o que é deles.

Podem até servir o vinho da Califórnia, para servir à vaidade do Sr. Bush, mas que nosso Presidente deve entregar entregue uma proposta neste sentido: “Presidente Bush, eu agora estou indo para a Assembléia Geral das Nações Unidas, e lá a Venezuela é importante, a Colômbia é importante, a América Latina é importante, o mercado latino-americano, Mercosul, é importante, mas a tese que vou levantar é que o Brasil precisa que um terço do que ele está pagando de juros da dívida externa fique no Brasil, pelo prazo de dez anos, para o nosso desenvolvimento.

Faça isso, Presidente, talvez seja o primeiro gesto que realmente ficará na história de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

*O Sr. Luiz Otávio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, o assunto do momento é a Quarta Cúpula das Américas que acontece hoje em Mar del Plata, na Argentina.

Mar del Plata é um balneário que hoje está cercado pelo sistema de segurança dos onze aviões que fazem parte da comitiva de mais de 150 jornalistas que acompanham o Presidente George W. Bush e os presidentes dos países americanos.

Com certeza, esse é o momento, Sr. Presidente, de discutir, principalmente, a geração de emprego e

a Área de Livre Comércio das Américas. Mas, na verdade, esse seria o momento de falar, de discutir, de trazer soluções para a geração de emprego, principalmente nas Américas, principalmente na América do Sul, onde temos uma grave situação de desemprego, principalmente nos países que têm a capacidade de gerar mão-de-obra no campo, como é o caso do Brasil. Isso foi muito bem lembrado pelo eminente Senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí, pelo Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul. Este é um momento para se discutir e procurar alternativas para solução desse problema.

Paralelamente à Cúpula das Américas, faz-se um movimento político, que é um movimento democrático, em que se procura criar um contraponto a esse grande evento das Américas. A geração de emprego serviria aos países que têm fronteiras com o Brasil, como a Bolívia, a Colômbia. Esses países enfrentam problemas com o narcotráfico e o contrabando. A juventude de hoje produz esse mal tão grande para o mundo, principalmente para os países pobres.

A presença do Presidente americano nesse encontro é de grande importância para os países americanos. O Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e o próprio Presidente Lula se encontram nessa Cúpula das Américas como representantes do maior País das Américas: o Brasil, que tem uma importância muito grande, que é inclusive o País mais importante para a Área de Livre Comércio das Américas. A participação do Brasil na Alca já vem sendo discutida há quinze anos. Esse seria o mesmo modelo praticado na Europa com o Mercado Comum Europeu; o similar, o mercado comum americano, a Área de Livre Comércio das Américas.

Com certeza, esse era o momento de se reivindicar a participação do Brasil e as garantias que o Governo e povo brasileiro teriam nessa discussão. Este momento que vivemos, com a visita amanhã do Presidente George Bush no Brasil, sendo recebido pelo Presidente Lula, mostrará a importância que o Brasil tem nesse contexto de Área de Livre Comércio das Américas.

Hoje, a Organização Mundial do Comércio e a Organização Internacional do Trabalho, por exemplo, discutem o porquê de a China ser o maior país industrializado e que concorre não só com o mercado americano, mas com o mercado europeu. É porque lá não existe legislação trabalhista. Hoje já se discute, já se traz à discussão que a mão-de-obra é pré-escrava na China, porque eles não têm férias, não têm décimo terceiro, não têm fundo de garantia e trabalham de segunda a domingo, principalmente a população

mais jovem, que é a população de maior capacidade de produção de trabalho.

Isso, até há pouco tempo, ninguém discutia. Uma vez que foram criadas as indústrias, que foi construída a sua economia, a China pouco deu importância a essa questão da legalização, da relação capital/trabalho. Isso realmente traz para a discussão um tema que vai mudar, com certeza, o comércio exterior. A geração desses empregos na indústria vai trazer mudanças com certeza. E o Brasil será um País certamente beneficiado com equilíbrio e com condições iguais de trabalho. Não podemos ter uma legislação diferente dos países que compõem esse mercado, porque teremos, como temos hoje, grande dificuldade de concorrer com esses países.

Por isso, na nossa famosa área de livre comércio de Brasília, a Feira do Paraguai, encontram-se todos os tipos de produtos comercializados a preços bem mais em conta, tendo em vista a capacidade que a China tem de colocar os seus produtos muito mais baratos do que os produtos produzidos tanto na Zona Franca de Manaus como no parque industrial de São Paulo.

**O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA)** – A Senadora Heloísa Helena me provoca, querendo saber se sou contra ....

**A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL.** Fora do microfone) – Gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> está propondo destruir a legislação trabalhista, como a China faz?

**O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA)** – Não, ao contrário. A Senadora Heloísa Helena pergunta se eu quero acabar com a legislação trabalhista. Ao contrário: quero que a China adote o sistema da legislação trabalhista dos países com os quais ela concorre, para termos as mesmas condições de concorrer no mercado internacional.

Com certeza, se a China tiver a legislação trabalhista que têm os países que concorrem no mercado, de acordo com a Organização Mundial do Comércio, teremos uma vantagem muito maior; primeiro, pela condição geográfica do Brasil, a facilidade entre os mercados, por meio dos portos de toda a costa brasileira. O Centro-Oeste brasileiro hoje é atendido pela Região Norte, pelo porto de Santarém; pelo porto de Vila do Conde, no Pará; de Itaqui, no Maranhão; e por Paranaguá e Santos, no Paraná e em São Paulo. Assim, teremos capacidade de geração não só de emprego e de renda, mas de produção, sendo possível concorrer em qualquer mercado, como hoje concorreremos com a soja nos Estados Unidos.

Por que se dificulta tanto o financiamento para a pavimentação, por exemplo, da Santarém/Cuiabá ou da Cuiabá/Santarém? Porque os americanos sabem que, a partir do momento que tivermos um corredor de expor-

tação, por intermédio da hidrovia Araguaia-Tocantins, com a pavimentação da BR-163, da Cuiabá/Santarém, teremos capacidade de colocar os grãos produzidos no Centro-Oeste em portos muito mais próximos dos Estados Unidos e da própria Europa. Com certeza, teremos aí um barateamento na nossa produção de grãos na faixa de US\$50,00 por tonelada.

E o Senador Alberto Silva, eminente conhecedor dessa área de logística, de transportes principalmente, até pela sua formação de engenheiro e por ter sido governador duas vezes do Estado do Piauí, defende, com muito fervor, com muita capacidade técnica, a agilização e a liberação de recursos para a área do Ministério dos Transportes, principalmente uma parceria com as empresas privadas e com os trabalhadores da construção civil e da construção pesada no Brasil.

Temos certeza de que esses eram os temas a serem discutidos. É preciso pedir, mas não com o pires na mão e, sim, cobrar do Presidente George W. Bush, presidente americano, da maior potência do mundo, uma concorrência equilibrada, real. O Brasil e os países americanos têm de concorrer, na Área de Livre Comércio das Américas, no Mercado Comum Europeu, em qualquer mercado, em condições idênticas, pois esses concorrem com o seu capital financeiro com juros muito menores do que os juros comercializados e do que os juros adotados no nosso País. Não podemos concorrer com a indústria americana, eles tendo 2% ou 3% de juros ao ano. Não podemos concorrer com isso – lógico.

Não podemos concorrer com a China quando ela não cumpre a legislação trabalhista e não paga os custos que a nossa indústria tem. Não podemos concorrer com os países que têm uma situação diferente de benefícios e que têm as barreiras alfandegárias que se criam para o Brasil em qualquer comércio.

Mesmo assim, o Brasil é capaz, e o Presidente Lula, nesse aspecto, tem razão: com otimismo, determinação e capacidade de lutar, o Brasil continua a aumentar a sua produção agrícola, a aumentar suas exportações, mesmo agora, quando o próprio IBGE estimava que iria cair a produção – houve seca, estiagem e problemas localizados, como este agora em relação ao gado, ao boi brasileiro. Hoje, exportamos boi em pé, vivo, do Pará para os países árabes. São navios que levam o nosso gado, a nossa produção agrícola, diretamente para os países árabes, e não só o boi frigorificado e industrializado, mas os nossos grãos e o minério de ferro de outros Estados, mas principalmente do meu Estado, o Pará. Nosso ferro do Município de Carajás é levado para a China para lá ser industrializado; é levado pela ferrovia, embarcando nos maiores navios do mundo para esse mercado tão promissor,

mas que, realmente, concorre em condições desiguais com o Brasil e com o meu Estado.

Peço ao Presidente Paulo Paim a gentileza de dar como lido o meu pronunciamento, que, na verdade, explica claramente a diferença existente entre os Estados exportadores – como é, principalmente, o Estado do Pará –, bem como a compensação dessas exportações.

No caso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, um acórdão do Tribunal de Contas da União, feito em outubro, fez com que o Tribunal de Contas confirmasse que as perdas dos Estados exportadores são, na verdade, uma indefinição do Ministério da Fazenda, da equipe econômica. Com o objetivo, sobretudo, de aumentar a competitividade da produção brasileira nos mercados internacionais, estabeleceu-se um limite. Explica-se claramente o que acontece: como a União tem de repassar aos Estados o Fundo de Participação dos Estados, e aos Municípios, o Fundo de Participação dos Municípios, e há R\$20 bilhões de receita do Governo Federal, ainda não está definido para quem parte dessa receita deve ser remetida. E o Tribunal de Contas da União tomou uma decisão, por meio do seu Relator, o eminente Ministro Benjamin Zymler, aprovada por unanimidade: a obrigatoriedade de o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, repassar esses recursos para compensar principalmente esses Estados exportadores, como é o caso do Pará.

A justificativa do Ministério da Fazenda é de que essas são outras receitas e que não há definição de se repartir parte dessas receitas, do bolo dessas receitas, com os Estados e Municípios.

Concedo um aparte à Senadora Heloisa Helena.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Luiz Otávio,** quero saudar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, até porque tive oportunidade também de, no Plenário, tratar desse tema, porque Alagoas vivencia essa mesma situação. Primeiro, porque nem a compensação o Governo disponibiliza na época certa. O Governo não a disponibiliza. O Governo, inclusive, há 15 dias, vetou o mecanismo aprovado pelo Congresso Nacional que possibilitaria a compensação do recurso via Lei Kandir. Além do mais, o relatório, muito bem apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler, trata desse mecanismo de burla. Como comentava aqui com o Senador Alberto Silva, tanto o superávit primário como o superávit fiscal e o superávit financeiro são usados para viabilizar o pagamento de juros e serviços da dívida. A “sobra” vai para a conta do Tesouro e acaba sendo gasta do jeito que se quer, da forma que se quer. Infelizmente, toda essa economia é feita para viabilizar o pagamento de juros e serviços da dívida ou o amontado

relacionado ao superávit. Esse mecanismo, que em outros momentos já foi utilizado – é utilizado, inclusive, na passagem de um ano para o outro –, esse mecanismo orçamentário entre superávit primário, fiscal e financeiro acaba permitindo que o governo manobre, ainda que de forma sofisticada tecnicamente. Ainda bem que o Tribunal de Contas acabou identificando isso. Existem várias tarefas para o Congresso, porque o próprio mecanismo de compensação não auxilia o Estado, porque está aquém do que o Estado perde com a opção exportadora que determinados setores fazem. Não dá nem para compensar a perda, e o repasse, quando é feito, é feito de forma atrasada, algo completamente diferente do que ocorre com os mecanismos tributários do Estado. Além do mais, o Governo ainda teve a ousadia de promover o veto, que espero que o Congresso Nacional tenha a capacidade e a independência suficiente para derrubar.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Só para se ter idéia, Sr. Presidente, pela primeira vez no Orçamento da União, no Orçamento do Governo Federal de 2005, não foi incluído nada com relação à Lei Kandir.

O acordo, relativo àqueles 900 milhões, firmado entre o Presidente Lula e o Governador Aécio Neves, que representava no momento os Estados exportadores, não foi cumprido. É como diz muito bem o ditado popular: “Depois da queda, o coice”.

Na verdade, em 2005 a União deveria ressarcir os Estados, Municípios e o Distrito Federal em R\$18 bilhões, mas a rubrica “Transferências” contempla apenas o repasse de R\$2 bilhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, V. Ex<sup>a</sup> tem mais dois minutos, a tolerância que V. Ex<sup>a</sup> teve com os oradores que o antecederam.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pior ainda é a situação se analisarmos os últimos quatro anos: veremos que tem havido um decréscimo progressivo nas transferências desses recursos. Chegamos, inclusive, a não prever, como disse há pouco, um centavo sequer no Fundo de Compensação da Lei Kandir.

O egrégio Tribunal de Contas da União já deu, inclusive, prazo para cumprimento dessa decisão. Ao ser lida essa decisão do TCU, constata-se praticamente todos os principais itens de receita primária efetivamente arrecadada e a previsão de receita contida na LOA de 2004.

Sr. Presidente, solicito que seja dado como lido o meu discurso na íntegra, tendo em vista o tempo bastante reduzido de que disponho para tratar de matéria tão importante como esta. V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, não pode permitir que continuemos essa discussão.

Voltarei na próxima semana para discutir e reivindicar junto à equipe econômica, ao Ministro Antonio Palocci e principalmente ao Presidente Lula, que libere esses recursos que o meu Estado, o Estado do Pará, tem direito a receber como compensação por suas exportações – exportações que são superavitárias: são mais de US\$4 bilhões por ano contra uma importação de apenas US\$ 300 milhões; temos um superávit anual de quase US\$4 bilhões há mais de doze anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO.**

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último dia 18 de outubro, fiz um pronunciamento nesta Casa sobre um assunto que é motivo de muita preocupação, não apenas para mim, mas também para outros homens públicos deste País, porque implica a redução dos ganhos decorrentes da arrecadação do ICMS, com profundos reflexos nas finanças estaduais. Refiro-me às perdas de receita para os Estados, em decorrência da Lei Complementar n.º 87/96, a chamada “Lei Kandir”. Hoje, retorno a esta tribuna para abordar novamente esse tema, mas sob um novo prisma.

Como sabemos, a Lei Kandir permitiu a desoneração da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de exportação de produtos *in natura* ou semi-industrializados. O objetivo dessa medida era, sobretudo, aumentar a competitividade da produção brasileira nos mercados internacionais. Por outro lado, a fim de compensar os Estados e o Distrito Federal pela conseqüente diminuição de receita, a Lei Kandir previu que a União transferisse dotações orçamentárias àqueles Unidades da Federação, em montante equivalente às perdas. Esse benefício foi, posteriormente, inserido na Constituição Federal a partir da Reforma Tributária, aprovada pela Emenda n.º 42/03.

Acontece, Sr. Presidente, que, segundo números divulgados, em agosto deste ano, pelo *site* da Revista Jurídica **Última Instância** na Internet, entre 1996 e 2004, o volume de perdas de arrecadação de ICMS para os Estados foi da ordem de 100 bilhões de reais, enquanto a União compensou apenas 39 bilhões. Para o ano de 2005, a União deveria ressarcir os Estados, os Municípios e o Distrito Federal em 18 bilhões de reais, mas a rubrica “Transferências” contempla o repasse de apenas 2,8 bilhões.

Pior ainda, se analisarmos somente os últimos quatro anos, veremos que tem havido um decréscimo progressivo nas transferências desses recursos: em

2000 e 2001, os valores repassados pela União aos Estados foram suficientes para compensar 55% das perdas; em 2003, os valores transferidos cobriram 29% e, em 2004, não chegaram a 20% das perdas. Para complicar ainda mais esse quadro, o projeto de orçamento para 2006, enviado pelo Governo ao Congresso Nacional, não prevê um centavo sequer para o Fundo de Compensação da Lei Kandir.

Enquanto os Estados têm suportado uma verdadeira sangria em seus cofres, a União vem superando substancialmente as estimativas de arrecadação previstas na Lei Orçamentária Anual de 2004 (LOA). E quem diz isso não sou eu, Senhor Presidente, é o egrégio Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n.º 1.596/2005, relatado pelo eminente Ministro Benjamin Zymler.

Ao ler essa Decisão do TCU, pude constatar que praticamente todos os principais itens de receita primária apresentaram expressiva variação entre o que foi efetivamente arrecadado e a previsão de receita contida na LOA 2004. Algumas receitas chegaram, mesmo, a registrar um aumento de até 241%, como é o caso das oriundas de concessões públicas; outras, como as derivadas da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSSS), tiveram uma elevação mais modesta, da ordem de 19% mas, ainda assim, aumentaram! No geral, a arrecadação efetiva foi de 425 bilhões de reais, representando 24% do PIB. Isso significa, Senhor Presidente, que a meta de arrecadação para 2004 foi superada em 1,6 ponto percentual em relação à meta estimada!

Eu reconheço, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que é de suma importância estimular a inserção do Brasil na economia internacional, principalmente no momento em que o mundo caminha a passos largos para a dissolução das fronteiras comerciais e a integração dos mercados. Nossa participação no volume total de exportações mundiais é algo em torno de inexpressivos 1,10%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior. A esse respeito, creio que os benefícios advindos da Lei Kandir sejam fundamentais para incrementar o montante de nossas exportações; afinal, exportar impostos não é só ilógico, mas também contraproducente. O que eu não posso admitir é que, por conta disso, os Estados fiquem sacrificados, suportando um incrível ônus financeiro, quando a própria Lei prevê compensações por meio de transferências orçamentárias.

Ora, Sr. Presidente, o Governo Federal já foi praticamente condenado a pagar, aos Estados e aos Municípios, a dívida que acumulou com essas entidades federativas, referentes aos tributos arrecadados pela Receita Federal com o Refis 2. Por intermédio

do Acórdão 1.596/2005, publicado em 14 de outubro último, o Tribunal de Contas da União determinou que o Ministério da Fazenda adote, em 60 dias, as “providências para repassar os recursos destinados, por força constitucional, a Estados e Municípios, uma vez que os Entes da Federação não podem ficar à mercê das limitações de ordem técnica do Governo Federal, que deveriam ter sido há muito solucionadas”. Isso porque, desde junho passado, a Receita Federal deveria ter concluído o sistema de classificação de receitas referentes à participação dos Estados e Municípios no Refis, mas isso não foi feito.

Quero, portanto, Sr. Presidente, deixar registrado os meus cumprimentos a essa sábia decisão do TCU, ao tempo em que me coloco ao lado de dois eminentes membros desta Casa, os Senadores Rodolpho Tourinho e César Borges que, recentemente, também se manifestaram, desta tribuna, a esse respeito. Solidarizo-me, igualmente, com o Governador Simão Jatene, do meu Estado do Pará, pela maneira responsável e corajosa com que vem se posicionando, juntamente com outros governadores, a favor da compensação integral das perdas econômicas do ICMS decorrentes da Lei Kandir.

Aliás, não poderia ser outra a atitude do Governador Jatene. Já está mais do que na hora de o Governo Federal reconhecer os entraves que vêm sendo enfrentados por Estados que, como o Pará, contribuem fortemente para o saldo da balança comercial do País, mas ainda não tiveram uma solução definitiva para o Fundo dos Estados Exportadores.

Vou citar alguns dados, Sr. Presidente, apenas para mostrar como a situação é particularmente grave no meu Estado, cuja economia é bastante dependente do setor externo. Enquanto as exportações representaram, em 2004, cerca de 16% do PIB brasileiro, no Pará, elas responderam por 35% do PIB. Agregue-se a isso o fato de que o Pará é um Estado exportador de matérias-primas, com baixo índice de industrialização, o que acentua o problema porque a maioria dos insuamos acaba vindo de outros Estados, gerando créditos em desfavor do Pará que, pela Lei Kandir, ficam acumulados pelos exportadores, créditos esses que, na verdade, representam dinheiro que foi deixado em outras unidades da federação sob a forma de ICMS. Com isso, o Pará já acumula uma dívida de 590 milhões de reais com os exportadores, o equivalente a dois meses e meio de tudo o que o Estado arrecada.

Essa situação não pode mais perdurar, Sr. Presidente, sob pena de comprometer, de vez, as finanças do Estado!

Quero ressaltar, também, que a balança comercial do Pará apresenta superávit desde 1995. Na última década, o Estado acumulou um saldo de 22 bilhões de dólares, o terceiro maior do País, perdendo apenas para Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No primeiro semestre deste ano, o saldo foi de 2,4 bilhões de dólares, 41% a mais em relação ao mesmo período do ano passado, podendo chegar a mais de 4 bilhões até o final do ano.

Então, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao concluir meu pronunciamento, faço aqui um novo apelo às autoridades federais, no sentido de que se chegue rapidamente a uma solução para esse assunto que tanto nos tem angustiando, e que é de fundamental importância para os Estados e os Municípios.

A política econômica do Governo, sob as mãos competentes do Ministro Palocci, tem mostrado resultados bastante expressivos, não apenas no setor externo, mas também quanto ao cumprimento das metas macroeconômicas. Vamos, então, corrigir essa injustiça que vem sendo praticada contra as unidades federadas, Presidente Lula, e seguramente Vossa Excelência estarão dando um passo acertado na condução dos destinos do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental, até porque sou seu parceiro nessa luta, já que a situação do Rio Grande do Sul é muito semelhante à do Pará no que diz respeito às exportações.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 251, DE 2005**

(Nº 747/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, em viagem a Mar del Plata, na Argentina, para participar da IV Cúpula das Américas.

Brasília, 1º de novembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 1.200 – C. Civil.

Em 1º de novembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais

Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, em viagem a Mar del Plata, na Argentina, para participar da IV Cúpula das Américas.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM  
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

(\*) Mensagem nº 152, de 2005-CN (nº 741/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do inciso XXXVII do Anexo III da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o demonstrativo da atualização dos parâmetros fixados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda usados na elaboração do Orçamento de 2006 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2005).

(\*) Publicada em Suplemento à presente edição

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador Alberto Silva.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos para usar da palavra.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade nesta manhã para trazer ao conhecimento da Casa e também do Brasil – e a TV Senado viaja pelo Brasil inteiro e até pelo exterior – dois pontos importantes, pontos que acho que não devemos perder de vista neste momento.

O primeiro deles é a questão do biodiesel. Já que estamos conscientes de que o combustível fóssil tem vida finita, devemos trabalhar para que no nosso País, que tem todas as condições para isso, seja o maior

produtor de combustível alternativo do mundo – não é da América Latina, mas do mundo. Temos solo, temos bastante sol o ano inteiro, temos água e temos desempregados.

Vamos nos fixar no problema dos desempregados, principalmente nos desempregados do campo.

Eu começaria dizendo ao Sr. Ministro da Agricultura, a esse grande Ministro – temos de reconhecer que é um excelente Ministro, é esforçado e dá demonstração disso a todo instante –, que ele determine, o mais cedo possível, que se acabe ou que pelo menos se limite essa história de zoneamento do plantio da mamona. Do ponto de vista técnico, acima dos 300 metros, a produtividade é, de fato, maior. Não vamos discutir isso, isso é elementar, e a Embrapa tem equações que definem essa produtividade. No entanto, limitar a produção de mamonas só às áreas localizadas a mais de 300 metros acima do nível médio do mar é, no mínimo, cercar ou impedir que milhares e milhares de trabalhadores do Brasil inteiro produzam mamona, ainda que o rendimento obtido seja um pouco menor.

Apresento exemplos para ilustrar o meu ponto de vista para aqueles que estão defendendo esse zoneamento.

No Rio Grande do Sul, em Pelotas, ao nível do mar, estão produzindo duas toneladas por hectare. Não se disse que só era possível obter essa produtividade acima de 300 metros em relação ao nível médio do mar? No Ceará, no Município de Capistrano, que está apenas a cem metros acima do nível do mar, há uma empresária que produz semente de mamona em cinquenta hectares com uma produtividade de mais de duas toneladas de mamona por hectare.

Mas não é isso o que queremos. Nós queremos é que o lavrador plante uma roça do tipo da que sabe plantar. Podemos adotar a semente nordestina da Embrapa – semente que o pessoal de Campina Grande diz que foi desenvolvida apenas para altitudes acima de 300 metros, mas que, em Capistrano, no Ceará, a 100 metros acima do mar, produz duas toneladas por hectare.

Aquele pessoal de Campina Grande precisa saber o seguinte. Sem água, nem a 300, nem a 400, nem a 500: não dá nada! Tendo água – e não precisa irrigação não, é chuva mesmo! –, a história é outra. Provamos isso com alguns técnicos da Embrapa nas areias, quase na praia, do Município de Luís Correia, em Parnaíba, próximo à minha cidade: obtivemos uma produtividade de 1,2 tonelada por hectare. Não é o ideal, mas, com três hectares por lavrador, serão três toneladas de mamona, o que dá 1.500 litros de óleo, que, vendidos a R\$3,00 por litro, dá R\$4,5 mil; só no óleo, com três hectares. E por que eu preciso ter três

toneladas por hectares se, com três hectares, dá a mesma coisa e a família garante?

Estava comentando, há pouco, com a Senadora Heloísa Helena, que é isso que devemos fazer se quisermos ver este País andando para frente, mesmo sabendo que todo o dinheiro que está sendo retido é para o pagamento dessa dívida imensa, que sufoca o País.

O Senador Pedro Simon acabou de dizer que o Presidente Lula, com a capacidade que tem de dialogar e com o que se diz sobre ele – que, no momento, ele é o líder mais popular da América Latina –, tem de aproveitar isso e dizer ao Presidente Bush que deixe um terço desse dinheiro no Brasil, por dez anos, para que façamos o desenvolvimento deste País e possamos gerar emprego. Enquanto isso não acontece, Senadora Heloísa Helena, que se dê a essas famílias que estão no campo – no seu Estado, no meu, enfim, em todo o Nordeste – três hectares de terra – e isso é possível, não há dúvida – para que tenham uma roça e plantem mamona e feijão, acompanhados com a tecnologia do corpo técnico. Assim, eles poderão tirar uma tonelada de mamona por hectare. Então, com três hectares, eles colherão três toneladas, que dão 1.500 litros de óleo, o que gera uma renda de R\$4,5 mil brutos. E ainda podem plantar o feijão também, o que daria mais três toneladas.

Como estamos organizando uma associação, a Senadora Heloísa Helena trouxe ao nosso gabinete o pessoal de Pontal de Paranapanema, a quem estamos dispostos a ajudar a organizar uma sociedade lá para plantar, do mesmo jeito que queremos em outros Estados, a mamona e o feijão. Vocês verão que cada família terá uma renda mensal – garanto e assino embaixo – de R\$1 mil por mês, Senadora Heloísa Helena! Mil reais por mês! Imaginem dez milhões de famílias ganhando R\$1 mil por mês, plantando mamona e feijão! E o mercado é infinito. Não precisamos brigar para exportarmos, pois o mercado para o óleo diesel, biodiesel, é infinito, podemos produzir o que quisermos que venderemos.

Agora, vejamos qual será a conseqüência disso para o desenvolvimento interno do País. Com esse dinheiro circulando aqui dentro, ganha todo o mundo: o pessoal que fabrica sapato, chinelo, roupa etc., porque com dez milhões de família produzindo acaba essa história de pobreza e de fome. O Fome Zero pode, inclusive, deixar de existir e usar-se esse dinheiro para outros fins.

Li, hoje, que a cidade mais pobre do Brasil é Guaribas, lá no Piauí. Pelo amor de Deus! Quer ver como desmascaramos isso? Vamos pegar mil lavradores de Guaribas e dar-lhes três hectares para cada um, agora,

na entrada da chuva – lá em Guaribas chove mais de mil milímetros – para plantar mamona e feijão. Cada um dos lavradores terá R\$1 mil por mês. E aí Guaribas vai continuar sendo a cidade mais pobre? É tão fácil resolver isso!

Gostaria que o Ministro Rosseto permitisse que eu mandasse uma turma nossa para Guariba para, agora, na entrada das chuvas, transformá-la na cidade mais rica, porque com mil lavradores ganhando R\$1 mil por mês a cidade pode-se tornar a mais rica, já que a cidade é muito pequena. Então, essa história de colocar no jornal que a cidade mais pobre não está recebendo a merenda escolar... Ora, com esses R\$1 mil por mês, eles podem comprar a merenda escolar e comprar mais o que quiserem: carne, peixe, frango. Mil reais por mês, para uma família, lá no interior... O problema, então, é disponibilizar com criatividade as atividades do País. Este é o caminho.

Espero, Senadora Heloísa Helena, que possamos fazer essa experiência no Pontal de Paranapanema, criando a condição para que todo aquele pessoal tenha essa renda. E, de repente, o que vai acontecer? Em vez de chamá-los de sem-terra, passaremos a chamá-los de empresários. Serão pequenos empresários rurais, com conta e dinheiro no banco.

**A Sra. Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Os alagoanos também.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Sim, Alagoas e todos os Estados é claro! Não vamos ficar apenas em São Paulo.

Aproveito, pois, esta oportunidade para dizer que tenhamos fé neste País. Vamos dizer a Sua Excelência que vá em frente, que consiga com o Bush que ele fale ao FMI para que deixe uma parte desse dinheiro aqui para ser aplicado no desenvolvimento rural, na restauração das estradas.

Também quero dizer que a Ministra Dilma Rousseff tem o nosso apoio, o meu apoio pessoal, porque ela está peitando mesmo, ela está dizendo ao Ministro Palocci: “Passe o dinheiro para cá, que eu conserto as estradas”, principalmente a Cuiabá–Santarém, que daria ao País aquela economia de R\$50 por tonelada com a hidrovía.

Quero encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que esta é a oportunidade. Vamos aproveitá-la e acreditar no País, porque ele tem jeito, sim. E podemos ajudar bastante se contarmos com o povo brasileiro.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Srª Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, João Batista Motta e a Srª Senadora Fátima Cleide enviaram

discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O panorama visto de cima do tapume”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado em 19 de outubro de 2005, no jornal **O Estado de S. Paulo**.

O artigo acima enfatiza que a não há nexos algum entre os discursos de Lula e do PT e a realidade dos fatos.

Lula criticou o “denuncismo” sem conseqüências, porém um dado de que não se veiculam apenas “denuncismos” foi o surto de febre aftosa em Eldorado (MS), que além de dar um prejuízo bilionário ao País compromete a posição de destaque assumida pela pecuária brasileira de líder mundial na venda de carne bovina.

Outro dado da triste realidade que o País enfrenta é que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), segundo nome na eventual substituição do chefe do governo, teve de renunciar ao mandato, acusado de cobrar propina do concessionário de restaurantes da Casa; o presidente nacional afastado do PTB, Roberto Jefferson (RJ), foi cassado; e o ainda presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e os ex-líderes do PT Paulo Rocha (PA) e do PMDB José Borba (PR) pularam fora do barco antes de vê-lo afundar.

Buscando comprovar que não se divulga na imprensa apenas “denuncismo” o Líder da oposição no Senado, Arthur Virgílio (PSDB-AM), relacionou mais de cem vítimas do tal “denuncismo sem conseqüências”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Forças conservadoras”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 2 de novembro do corrente.

# O panorama visto de cima do tapume

Um dia destes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou, na Fiesp, o "denuncismo sem conseqüências" que assola o País. Sua Excelência mesmo teve de abrir mão de seu "fac totum", o gerentão e articulador-mor de seu governo, José Dirceu, atualmente réu em processo de quebra de decoro no Conselho de Ética da Câmara. E mais: o presidente dessa Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), segundo nome na eventual substituição do chefe do governo, teve de renunciar ao mandato, acusado de cobrar propina do concessionário de restaurantes da Casa; o presidente nacional afastado do PTB, Roberto Jefferson (RJ), foi cassado; e o ainda presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e os ex-líderes do PT Paulo Rocha (PA) e do PMDB José Borba (PR) pularam fora do barco antes de vê-lo afundar. O líder da oposição no Senado, Artur Virgílio (PS-DB-AM), relacionou mais de cem vítimas do tal "denuncismo sem conseqüências".

## NÃO HÁ NEXO ALGUM ENTRE OS DISCURSOS DE LULA E DO PTE A REALIDADE DOS FATOS

Depois de envergar um quimono para subir num tapume, o chefe supremo do governo federal reuniu a bancada do PT, seu partido. À boca pequena, dizia-se que apelara para que 7 dos 13 "cassáveis" renunciassem para amainar a crise e, em compensação, teriam garantida a legenda para tentar reeleição. O apelo foi negado, nunca por ele próprio, que, aliás, aproveitou a oportuna ensanchar para, com magnanimidade e absolutismo imperiais, perdoar os nobres companheiros que, segundo ele, erraram, mas não se corromperam. Acreditar na eficiência da renúncia (na prática, confissão de culpa) como solvente da indignação da sociedade contra seus representantes suspeitos de corrupção é apostar tudo na memória curta coletiva e insultar a inteligência da população. Ser condescendente com parlamentares acusados de vender idéias e posições por saques no "valerioduto" é muito mais grave, pois pressupõe a convicção da própria natureza divina, adicionando à condição de infalível (que nunca erra) própria de único e supremo juiz do erro alheio. É como se, na condição de papa da fé petista, lhe fosse facultado decretar: "Nunca erro, portanto, posso perdoar os erros de vocês."

Autorizado por esse cânone de pontífice máximo, o novo presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP),

cuja habilidade já fora demonstrada no Ministério da Previdência, ao impor aos idosos provarem em filas quilométricas que existiam, tipificou o "erro" dos companheiros - receber e repassar "recursos não contabilizados", ou seja, caixa 2, chamada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de "coisa de bandido" - como "ilegalidade eleitoral", por sinal, "algo muito comum na política brasileira". Isso depois de a Polícia Federal ter fornecido à CPI dos Correios documentação suficiente para provar que o pretexto usado para rebaixar o crime de corrupção para o de sonegação fiscal não passou de uma farsa absurda. A deputada Denise Frossard (PPS-RJ), com a experiência de quem mandou para trás das grades os delinquentes do jogo do bicho no Rio, já advertiu que caixa 2 é um expediente de burla do Fisco por empresas e nada tem que ver com o que o PT confessou e atribuiu aos adversários. Nada disso, contudo, fez Berzoini, autor da curiosa distinção entre "caixa 2 do Bem" e "caixa 2 do Mal", arredar de sua posição "contra o linchamento de lideranças" e de sua recusa em agir "como carrasco, aceitando a discriminação contra o PT como dado da realidade".

Um dado de tal realidade foi o surto de febre aftosa em Eldorado (MS), que, além de dar um prejuízo bilionário ao País, compromete a posição de destaque assumida pela pecuária brasileira de líder mundial na venda de carne bovina. A culpa, segundo garantiu Lula em Portugal, é dos donos de rebanho que não vacinam seu gado (ainda bem que ele não inculpou as reses infectadas!). O truismo acaciano (apropriadamente usado perto de Póvoa do Varzim, cidade de Eça de Queiroz, criador do Conselheiro Acácio, símbolo do óbvio reiterado), se insere mais uma vez neste quadro de negação da própria responsabilidade e sua transferência para algum incauto à vista. Pois, diante da evidência de que as verbas para a defesa sanitária animal foram negligenciadas (contingenciadas, como se diz no jargão burocrático), a reação do em última instância responsável pela lambança foi apenas e simplesmente negar. "É uma coisa impensável, num rebanho de 582 cabeças (onde houve o foco da doença), você imaginar que uma coisa que ia custar R\$ 800 poderia ter sido causada por falta de dinheiro", disse, com sua

lógica, de fazer corar qualquer estátua de Aristóteles, omitindo, não se sabe se por não saber ou se por ter certeza de que ninguém mais sabe, a obviedade ululante (que, no caso, muge) de que os R\$ 800 que faltaram em Eldorado fazem parte dos milhões de reais que teriam de ser destinados a manter o rebanho sadio, mas foram reduzidos por absoluta falta de critério de um grupo de burocratas que corta tudo o que não seja financiamento das próprias "boquinhas", por não terem idéia de como deveriam gastar esse dinheiro.

A falta de nexo entre os fatos e o panorama que Lula e o PT vêem de cima do tapume tem uma lógica maligna. Não lhes causa a menor moossa o prejuízo do agronegócio, pilar hígido da frágil economia nacional, pois bois não votam e seus donos não são em número suficiente para ameaçar seu projeto de reeleição. Importa, de fato, é nunca faltar dinheiro em programas assistencialistas como o Bolsa-Família, que hoje beneficia 7 milhões de famílias e pertinho da eleição, daqui a um ano, atenderá a 12 milhões. O total dessas famílias, cujos votos estão sendo comprados com dinheiro tomado do contribuinte, não bastará para garantir sua permanência no poder. Mas já representa um bom lastro, que explica a quase incoerência de sua imagem, apesar da crise: efeito Teflon também se compra. ■

José Neumann, jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde

O autor, em seu artigo, mostra que “O PT continua tentando confundir os brasileiros com a sua falsa epopéia esquerdista”. O Partido dos Trabalhadores continua atacando seus adversários chamando-os de conservadores, mas esquece de buscar os “conservadores” no próprio Partido e nos seus aliados.

Ainda segundo Tales Alvarenga, “Não devemos nos espantar com esse diversionismo retórico. Como não pode reconhecer a própria culpa pela roubalheira que a ele é atribuída, o PT está reativando agora os velhos inimigos das suas antigas cruzadas contra a elite”.

Sr. Presidente, requiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste

pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para, mais uma vez, tratar da crise na pecuária bovina deflagrada pela descoberta de um foco de febre aftosa



**TALES ALVARENGA**

**“Forças conservadoras”**

O PT continua tentando confundir os brasileiros com a sua falsa epopéia esquerdista. O partido de Lula tornou-se aliado do PP de Paulo Maluf e Severino Cavalcanti, tem na sua base de suporte no Congresso o PTB, do ex-deputado Roberto Jefferson, e anda de mãos dadas com o PL do ex-deputado Valdemar Costa Neto e do bispo Edir Macedo. O PT aplica a ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, sendo por isso definido pela esquerda radical como um partido neoliberal. Então, por que o PT ataca seus adversários chamando-os de conservadores? Pura mistificação. Desonestidade intelectual.

Ao ser expulso do PT há uma semana, o ex-tesoureiro Delúbio Soares disse que foi sacrificado “para saciar o apetite das forças conservadoras”. Forças o quê? Não devemos nos espantar com esse diversionismo retórico. Como não pode reconhecer a própria culpa pela roubalheira que a ele é atribuída, o PT está reativando agora os velhos inimigos das suas antigas cruzadas contra a elite. Delúbio apenas aplicou o velho truque petista de acusar a direita por tudo que dá errado no petismo. A farsa não parou por aí.

Todo mundo percebeu que o diretório nacional petista expulsou Delúbio porque queria se livrar de um operador financeiro cuja presença se tornou incômoda. Delúbio Soares pegou o dinheiro criminosamente apropriado pelo PT e com ele comprou deputados na Câmara. Mas a versão divulgada pelo diretório para a expulsão do tesoureiro foi outra. Numa nota oficial, o diretório afirma o seguinte: “A ofensiva das forças conservadoras contra o PT e contra o governo Lula foi conti-

são essas? Na semana passada, o Grande Visionário do Planalto Central também tocou no assunto. Segundo Lula, o jogo com a direita é pesado. A direita, afirma o presidente, tenta roubar as conquistas do governo para fingir que é ela, direita, que está no comando das realizações nacionais neste momento.

Se os inimigos do PT são de fato as forças conservadoras, os nomes de seus integrantes são os seguintes: Delúbio Soares, com sua mala preta. Silvinho Pereira, com o Land Rover que ganhou de uma empresa vitoriosa em licitação da Petrobras. A Caixa Econômica e o caso GTech. Dólar na cueca. Corrupção em Santo André e o assassinato do prefeito Celso Daniel. Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete de Lula, acusado de envolvimento com a quadrilha que extorquia empresários de ônibus. José Genofino, ex-presidente do PT (renunciou), que sabia dos “empréstimos” toma-

dos por Delúbio e ficou mudo. José Dirceu, acusado de ser o chefe do mensalão. Seu ex-braço-direito na Casa Civil, o achacador Waldomiro Diniz. O ex-deputado Roberto Jefferson (cassado), aliado íntimo do PT a ponto de Lula ter dito que lhe daria um cheque em branco. O ex-deputado Valdemar Costa Neto (renunciou), presidente do PL, cujo apoio à eleição de Lula o PT comprou com uma mala de dinheiro. Por fim, o publicitário Marcos Valério, que fez o capital “não contabilizado” irrigar a horta de toda essa gente. Forças conservadoras? Pelas barbas de Papanicolau!

**“Delúbio Soares disse que foi sacrificado para saciar o apetite das forças conservadoras. Pelas barbas de Papanicolau! Vamos falar sério!”**

no Mato Grosso do Sul e do posterior alastramento da doença para o estado do Paraná.

É nesse contexto que registro o artigo intitulado “O desafio da aftosa”, publicado na coluna “Opinião” do jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 26 de outubro do corrente. Segundo o artigo, “Sexta-feira, em Moscou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precipitou-se ao informar ao mundo que os focos de aftosa não só estavam confinados a Mato Grosso do Sul como haviam sido extintos. Houve perda de credibilidade no governo brasileiro porque, quase no mesmo instante, o Ministério da Agricultura revelava a existência de outras áreas infectadas. A transferência da exclusividade da culpa ‘aos empresários do setor’ também em nada ajuda na solução do problema”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte desse pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Seguindo as passadas de

# O desafio da aftosa

**A** crise na pecuária bovina deflagrada pela descoberta de febre aftosa em rebanho de Mato Grosso do Sul agravava-se com o alastramento da moléstia ao estado do Paraná. Em quatro de 70 propriedades vistoriadas, animais procedentes de MS apresentaram sinais da moléstia. Foi o bastante para que Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal criassem barreiras sanitárias a fim de impedir a entrada de carne e derivados de gado paranaenses. Até ontem, somavam 43 os países que suspenderam, de forma total ou parcial, importações do produto brasileiro.

Não houve até agora o descontingenciamento orçamentário dos R\$ 78 milhões pedidos há 12 dias pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para o ataque emergencial à doença. A irradiação da febre ao Paraná, contudo, testemunha o fracasso da operação realizada em MS para confiná-la aos focos iniciais, que eram três e, hoje, chegam a 12. Há receio de que rompa novas fronteiras, sobretudo se as verbas permanecerem aprisionadas nos cortes de despesas. Em São Paulo, não se confirmaram as notícias sobre interdição de propriedades, mas há três submetidas a monitoramento, medida de natureza cautelar.

O embargo à carne brasileira imposta pela Indonésia expôs um problema mais grave do que a simples suspensão das importações. Jacarta estendeu a proibição de compra ao farelo de soja, matérias-primas, equipamentos, máquinas e

medicamentos, além de não abrir exceção à aquisição de produtos bovinos de outras partes do Brasil isentas de aftosa. A decisão transbordante das regras internacionais vigentes obrigará o Brasil a impugná-la na Organização Mundial do Comércio (OMC). Há de fazê-lo para impedir que, a exemplo da Indonésia, outros países usem pretextos do gênero para impor barreiras impróprias ao livre curso do comércio.

Sexta-feira, em Moscou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precipitou-se ao informar ao mundo que os focos de aftosa não só estavam confinados a Mato Grosso do Sul como haviam sido extintos. Houve perda de credibilidade no governo brasileiro porque, quase no mesmo instante, o Ministério da Agricultura revelava a existência de outras áreas infectadas. A transferência da exclusividade da culpa “aos empresários do setor” também em nada ajuda na solução do problema. Não se deve ignorar que a Operação Boiadeiro, que cometia ao Exército a fiscalização com objetivos sanitários da fronteira seca do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, entre outras áreas, foi suspensa em 2003 em razão de cortes nas consignações orçamentárias.

Não é admissível que o Brasil, maior exportador mundial de carne bovina, dê como perdidas décadas de combate bem-sucedido à febre aftosa por causa de recidiva da enfermidade — em parte substancial causada pela omissão do governo. O desafio do momento é dinamizar vontades e concentrar ações para que a síndrome não se espalhe e lance o Brasil por inteiro no embargo mundial às importações.

Mobutu”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 23 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, afirma que “Nunca ninguém poderia supor que, depois de tantos anos de espalhafatosa propaganda pela correção de rumos de viciada cultura política, se implantasse no país um desvairado regime de pusilanimidade moral, em que suas portas se escancarassem como nunca”.

Ele conclui: “Se alguém ainda tivesse dúvida do lastimável quadro exposto à avaliação da inteligência brasileira, por certo a deslavada omissão, o contumaz alheamento, o usual absentismo do Senhor Lula de tudo que nasceu, medrou e vicejou ao seu lado, em ter-

mos de corrupção e dano ao Brasil, já seriam bastante para a decretação da perda de seu mandato”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para

# Seguindo as passadas de Mobutu

**MAURÍCIO CORRÊA**

*Advogado*

**J**udas Iscariotes, um dos 12 discípulos reunidos por Cristo, traiu-o por 30 moedas de prata, diz a Bíblia. Seria essa uma forma de corrupção? Sem dúvida. Considerando que todos os apóstolos se entregaram ao ministério de Jesus, seguindo seus ensinamentos e o acompanhando em sua pregação pela Judéia, a indicação aos judeus que o perseguiram do local em que se encontrava revelou, nos momentos que antecederam à paixão, a recompensa maldita pelo serviço encomendado. Era, de fato, uma das variáveis do gênero corrupção. Aliás, a revista *Veja* da semana passada traz uma entrevista em suas páginas amarelas com o advogado alemão Peter Eigen, especializado em rastrear ações de corruptos pelo mundo afora, que, mais tarde, horrorizado com os atos de ladroagem que floresceram no governo Lula, comparou-o à Mobutu, o ex-ditador todo-poderoso do antigo Zaire, hoje República Democrática do Congo.

A história da humanidade é repleta de desvios semelhantes. Na antiguidade, a corrupção já era conhecida na organização da pólis, dela tratando com profusão o Código de Hamurabi, as leis do antigo Egito, as do direito hebreu, consolidando-se com penas severas no período clássico do direito grego. Na realidade, a corrupção existe desde que os homens passaram a conviver em sociedade. Nem por isso os cidadãos de bem se deixaram ou se deixam levar pelo seu fetichismo. Quanto mais atrasado culturalmente é o país, mais arraigados e consistentes são seus tentáculos.

Isso não quer dizer que os países de educação mais avançada sejam imunes às suas investidas. O fato é que reiterados estudos sobre corrupção no planeta indicam que os

países da Ásia, África e América Latina — não sem razão os mais atrasados culturalmente —, são também os mais infestados desse mal. Pela simples localização em que nos achamos no globo terrestre, já a própria geografia nos inflige a mácula de país corrupto. Não é para menos.

A ONG Transparência Internacional, de notória reputação mundial, presidida pelo mesmo advogado Eigen, acaba de rebaixar a posição do Brasil do 59º para o 62º lugar (os números são ascendentes, mas o prejuízo é descendente), na escala de avaliação negativa do índice de percepção do crescimento da corrupção entre as nações. A divulgação foi feita em Londres na terça-feira passada e coincide com o mais recente périplo do presidente Lula pelo Velho Mundo.

Promulgada a Constituição Federal em 1988, aguardava-se que, após sua vigência, os mecanismos constitucionais por ela instituídos, sobretudo os outorgados ao Ministério Público e, de resto, à cidadania, se encarregassem de frenar as recorrentes práticas de assalto ao dinheiro do povo. Tal não se deu. No governo Itamar Franco o país não se assustou com quaisquer atos de corrupção. Foi um governo de extrema lisura. Antes, no de Collor, sabe-se no que deu. Agora, no governo da ética às avessas do presidente Lula, o melhor que se pode dizer dele se resume na jocosa verve do insuperável Barão de Itararé, que assim o teria definido: “De onde menos se espera, daí é que não sai nada”. Frustrada a expectativa, mais uma vez correto o senso crítico do velho Barão.

Nunca ninguém poderia supor que, depois de tantos anos de espalhafatosa propaganda pela correção de rumos de viciada cultura política, se implantasse no país um desvairado regime de pusilanimidade moral, em que suas portas se escancarassem

como nunca. O pior é que, após o bombardeio de que nos vimos cercados, ilusoriamente tudo parece soar como se as coisas tivessem sido repostas nos seus devidos lugares. Na verdade, tudo continua do mesmo jeito. Tanto do mesmo jeito, que o senhor Lula teve o desplante de afirmar, com a ênfase de costumeiro blefador, que o único foco de afossa no Mato Grosso do Sul havia sido *debelado, quando, na realidade, outros se alastravam em municípios fronteiriços com o Paraguai.*

Pior. Hoje, sabe-se que nem sequer as verbas programadas para o setor foram liberadas, salvo uma miserável parcela. É a crueldade da política econômica esmagando o produtor. A inexistência de recursos para atender à fiscalização da vacinação ou da ineficácia de sua aplicação, responsabiliza-se pelo estúpido prejuízo causado ao mercado, não só no plano interno como no externo, a exemplo do embargo à carne imposto pelos maiores fregueses do país.

Apesar da gravidade dos fatos até aqui detectados no âmbito das CPIs que apuram os desmandos da era petista, é preciso atentar para o saldo positivo das evidências e provas vindas à tona, entre as quais muitas, seguramente, já seriam mais do que suficientes para defenestrar o poder o causador-mor de todo o processo de deprimentia moral que se abateu sobre o país — o presidente da República.

Se alguém ainda tivesse dúvida do lastimável quadro exposto à avaliação da inteligência brasileira, por certo a deslavada omissão, o contumaz alheamento, o usual absentismo do senhor Lula de tudo que nasceu, medrou e vicejou ao seu lado, em termos de corrupção e dano ao Brasil, já seriam bastante para a decretação da perda de seu mandato. Um país sério já teria feito isso há muito tempo.

registrar o artigo intitulado “A angústia do apito final”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 30 de outubro do corrente.

O artigo faz uma analogia entre uma partida de futebol e a crise que se instalou no atual Governo. Para o autor, o Presidente Lula “está louco” para que o juiz apite logo o final da partida: “sua maior preocupação é que tudo acabe de vez para ver se a derrota se limita ao prejuízo já sofrido”.

No entanto, ainda segundo o autor, “acontece que nem sequer acabou o primeiro tempo. A contragosto, todavia, o senhor Lula vai ter que amargar a espera do apito final da partida”.

# A angústia do apito final

**MAURÍCIO CORRÊA**  
Advogado

**O** jogo ainda prossegue indefinido. Embora a bola esteja em movimento, a esparvorada torcida que quer brindar a vitória esbraveja para que o juiz apite logo o final da partida. No caso do governo, o senhor Lula não está comemorando nenhum êxito na concreção em que se meteu, por atos de corrupção que deixaram perplexos os brasileiros. Sua maior preocupação é que tudo acabe de vez para ver se a derrota se limita ao prejuízo já sofrido.

Acontece que nem sequer acabou o primeiro tempo. Os deputados petistas que estão com os pés no cadafalso da degola não aceitaram o engasgado apelo presidencial para que renunciassem aos mandatos. Um apenas dentre eles atendeu à súplica. Caso todos acatassem a conclamação, o fato por certo traria algum conforto à complicada situação em que chafurdou o governo do senhor Lula. Preferiram aguardar a decisão a ser proclamada pelo plenário da Câmara para ver se escapam das denúncias a que responderá. Óbvio. Está cumprindo à risca o velho ditado: “Mateus, Mateus, primeiro os meus, depois os teus”. O presidente pra lá, a gente pra cá.

Essa mesma prática se aplica à nova direção do PT sakda do Campo Majoritário e eleita com o mesmo estereótipo procedimental que garantiu a vitória do atual presidente da Câmara. Pós-se, assim, o novo comando petista à tarefa de aguilizar a abdução do maior de seus estorvos — seu ex-tesoureiro. Com a consumação do ato, supõe-se que ninguém mais poderá encher a boca e dizer que o partido não tomou providências corretivas ao contar na própria carne a dolorida decapitação, por “gestão temerária” na condução de suas finanças, do companheiro de 25 anos de militância.

Tudo bem. Que se aplauda o comportamento. A pergunta que se faz é se o partido seguirá a mesma orientação com relação aos demais atores da triplicidade tampolinagem armada contra o povo; e se agirá da mesma forma com outras personalidades do PT seriamente comprometidas com a ética, de que tanto defenderam, até plantar os pés nos tapetes do Palácio do Planalto. É esperar pra ver no que vai dar.

Para se somar à aflição do governo, que além da resistência à renúncia coletiva de seus deputados, ora a caminho da forca, conta com a obstinada reação do ex-ministro-chefe da Casa Civil, que usando de todos os recursos possíveis, procura se safar da potencial cassação. Para atingir seus objetivos, esgota todos os meios regimentais do iter processual que corre perante os órgãos da Câmara a que pertence.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO.. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Unesco, em outubro de 2003, aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultu-

carpo, há de se agregar, ademais, o mais sério deles, que se corrobora na total impossibilidade do encerramento das atividades das CPIs até o final do ano, ou mesmo antes, como tanto anseia o governo petista. A CPI dos Bêngos já está prorrogada até o dia 25 de abril do próximo ano, tampouco as outras duas, da Compra de Votos e dos Corneios, que deverão estar com suas portas abertas por muito mais tempo, findar-se-ão antes dessa mesma data.

A parte mais maçoante e trabalhosa, que comumente não capta a presença de holofotes, diz respeito ao levantamento de toda a documentação anexada aos autos de cada uma das CPIs. Exige a tarefa muito esforço e dedicação. O exame minucioso das contas bancárias, a conferência dos diversos lançamentos correspondentes aos depósitos e saques nas centenas de contas correntes de pessoas físicas e jurídicas, o rastreamento dos favorecidos a quem os pagamentos foram feitos e a origem desses depósitos, tudo isso é extremamente penoso, cansativo e demorado.

A conferência de notas fiscais, auditorias, perícias em documentos, diligências que precisam ser feitas em várias partes do país e até do exterior em socorro da comprovação de fatos, muitos deles indisponíveis, e a análise de pontos cruciais, a análise de contas de telefone para se checar informações, de cópias de dados fiscais e mais um mundo de coisas, requerem tempo, competência e paciência para a sua conclusão.

Se é imponderável precisar o termo certo para que a Câmara dos Deputados conclua o julgamento de cada um dos deputados denunciados, também é improvável que antes de meados de 2006 toda essa procela que se adoteu sobre o governo petista se estanque. Sei que o presidente gostaria de ir para seus palanques dizendo que tudo não deu em nada. Vai ser muito difícil.

O bulo se complicará muito mais ainda se a CPI do Caixa 2 se instalar. Ai é matar de asfixia quem já se acha com pouco ar para respirar.

A contragosto, todavia, o senhor Lula vai ter que amargar a espera do apito final da partida.

Age do mesmo modo junto ao Poder Judiciário, lançando mão de todos os recursos legais disponíveis, para o que se funda na afirmação da inexistência de provas que o incriminem. Por isso mesmo, se a cassação sobrevier, será imediatamente decorrente de ação política e não de qualquer prova carreada para o processo.

Verdade ou não, sem pretender adentrar no mérito da questão, é evidente que o procedimento encontra mais uma dificuldade para o presidente poder celebrar o apito final do jogo que tanto desejava ver finalizado. Afetos os pedidos que se sucedem em seu próprio

ral Imaterial da humanidade. Sua efetivação depende, contudo, da adesão a esse texto de, pelo menos, 35 países. O Brasil, como um dos mais ativos participantes elaboradores dessa convenção, deveria ser dos primeiros a ratificá-la. Para tanto, precisamos da aprovação do Congresso Nacional. O Senhor Presidente da República enviou mensagem à Câmara dos Deputados solicitando a apreciação do texto pelo Parlamento brasileiro. A matéria encontra-se, ainda, em tramitação naquela Casa, mas sob regime de urgência, o que deve favorecer sua aprovação em data próxima.

Mesmo sabendo que a preservação do patrimônio ainda não foi elevada à condição efetiva de prioridade nacional, o Brasil tem se destacado nesse campo. A clarividência de alguns dos expoentes de nossa cultura tem servido para que – pelo menos do ponto de vista de proposições, de legislação e de iniciativas, mesmo que pontuais – tentemos, ainda que timidamente, preservar aquilo que de mais precioso uma sociedade pode ter: o registro de sua bagagem e de sua história cultural; de tudo aquilo que contribuiu e ainda contribui para formar a múltipla e complexa expressão cultural de um grupo social ou de toda uma Nação.

De fato, Sr. Presidente, malgrado todas as vicissitudes históricas, avanços e recuos motivados pela dinâmica da cena política, o panorama da legislação cultural brasileira vem apresentando inegáveis progressos, tanto no que respeita a sua adequação às atuais demandas da sociedade quanto no que tange à ampliação das áreas de alcance e interesse.

A Constituição de 1988, refletindo o tratamento conferido ao tema pelos textos constitucionais de alguns países do chamado Primeiro Mundo, promoveu, especialmente nos artigos 215 e 216, um significativo avanço em relação à definição, preservação e difusão do patrimônio cultural, garantindo e incentivando a produção e o acesso às fontes da cultura nacional.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é inegável que o arcabouço jurídico, que aos poucos se consolida, oferece, atualmente, uma razoável sustentação às ações governamentais destinadas ao setor cultural. Mas nada é definitivo, Senhor Presidente. Os anseios da coletividade – cada vez mais conscientizada e engajada na preservação do seu patrimônio –, aliados à demanda dos setores que produzem cultura no País, provocam e provocarão revisões e aprimoramentos.

Na verdade, desde o início do século XX, já havia brasileiros preocupados com a preservação de nossa memória cultural. A Constituição de 1934, por exemplo, em seu capítulo II, dedicado à educação e à cultura, definia a proteção e o apoio ao patrimônio histórico e artístico como dever do Estado. Esse importante preceito constitucional produziria efeito jurídico por

ocasião do Governo Vargas. Sob a égide de Gustavo Capanema – Ministro da Educação de 1934 a 1945 –, com o concurso notável do escritor Mário de Andrade, um decreto organizou o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, presidido, à época, por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Estava, assim, pavimentado o caminho para uma verdadeira política de preservação e resgate do imenso patrimônio cultural da Nação brasileira.

Registremos, também, Sr. Presidente, que, no Brasil, não é novo o reconhecimento das expressões e manifestações populares como indicadores da nossa identidade cultural. De fato, o registro dessas manifestações já fazia parte do histórico anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936; anteprojeto que está na origem da ação do Estado em favor da proteção ao nosso patrimônio cultural, materializada no Decreto-Lei nº 25, de 1937. A partir desse texto pioneiro construiu-se, paulatinamente, uma interpretação sobre a identificação e a preservação dos bens culturais brasileiros.

Décadas após, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – grupo interministerial criado na década de 1970, com o intuito de mapear e criar instrumentos de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, sob a liderança de Aloísio Magalhães – estabeleceu os passos pioneiros para a futura edição do Decreto nº. 3.551, de 2000.

Assim, Sr. Presidente, o Estado, a partir da edição do Decreto nº. 3.551, de 2000, passou a dispor de instrumento adequado ao registro de bens culturais de natureza imaterial. Completou-se, então, o ciclo iniciado em 1937, quando foi instituído o tombamento, voltado para a preservação de obras de arte, monumentos, sítios históricos, arqueológicos e ambientais, bem como outros bens materiais de valor histórico e artístico.

A operacionalização do processo de registro, no caso de bens imateriais, ainda é objeto de deliberações do Governo. Entretanto, o grande passo do reconhecimento desse patrimônio já ostenta suas virtudes. Com base em experiências internacionais de reconhecimento das manifestações culturais imateriais, ficou evidenciado que as ações mais recomendadas para o trato desse patrimônio são justamente aquelas contempladas pelo decreto de 2000: o inventário, o registro, a documentação, assim como a definição de medidas de apoio, de difusão do conhecimento e de proteção à propriedade intelectual.

Mais recentemente, essa louvável inovação recebeu, também, o aporte especializado da Unesco. Na verdade, desde 1933, tendo como referência o

tratamento do tema por alguns países orientais, a Unesco passou a considerar o assunto como área de sua competência e estudo, o que tem gerado, inclusive, algum apoio financeiro aos detentores de saberes patrimoniais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o valioso desfecho desse processo internacional foi a aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 17 de outubro de 2003, na Trigésima Segunda Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e, com a relevante participação do Brasil, cujo Decreto nº 3.551, de 2000, serviu de importante referência na elaboração do texto aprovado.

E entre nós? De que trata esse importante tema? Trata-se da proteção de importantíssimas formas de expressão cultural, tipicamente brasileiras, como a indígena ou os inúmeros festejos espalhados por todo o Brasil, como o bumba-meu-boi e tantos outros. Enfim, a lista é infindável, e a diversidade e riqueza ilimitadas. É da preservação e da perpetuação dessas manifestações que falamos.

Assim, Sr. Presidente, não poderíamos adotar outra postura que não a de aprovar celeremente o texto que o Poder Executivo enviou ao Parlamento. Só assim o Brasil poderá se inscrever, definitivamente, no rol dos Estados Partes desse importantíssimo acordo internacional.

Auguro que a tramitação na Câmara dos Deputados seja breve e que, ainda neste semestre, o Senado Federal se possa debruçar sobre esta auspiciosa iniciativa para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Concluo registrando que, já no quadro das iniciativas de registro patrimonial, a Unesco criou a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, no âmbito da qual, a cada dois anos, a partir de 2001, selecionam-se, por júri internacional, espaços e expressões de excepcional importância, dentre candidaturas oferecidas pelos países. Em 2002, o Brasil apresentou sua primeira candidatura, preparada pelo Museu do Índio, retratando a cosmologia e a linguagem gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá. E essa candidatura foi aprovada e inscrita no rol das obras-primas da humanidade.

Em 2005, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, será a vez do Samba ser apreciado. O júri internacional da Unesco deveria ter se reunido em julho deste ano, para se pronunciar sobre se o samba pode ser considerado

obra-prima do patrimônio imaterial da humanidade. Contudo, devido ao grande número de candidaturas apresentadas, totalizando 70, a Unesco decidiu reunir o júri, não mais em julho, mas de 21 a 24 de novembro, para fazer a proclamação das novas obras-primas da humanidade no dia 25 de novembro. Temos convicção de que nosso samba se tornará a segunda manifestação cultural brasileira a ser consagrada pela Unesco.

Ressalto ainda, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lançou, em setembro do corrente ano, o primeiro Edital Público do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que fomentará projetos de pesquisa documental sobre o patrimônio cultural e imaterial que constituem referências culturais para grupos sociais no âmbito dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraíba, Rondônia e Roraima bem como projetos que visem à melhoria das condições de transmissão, produção e reprodução de bens culturais imateriais no Norte e Centro-Oeste do país. Qualquer instituição, pública ou privada, não vinculada à estrutura do Ministério da Cultura, e ligada à cultura, à pesquisa e ao patrimônio, nos termos do edital, poderá participar da seleção. Serão destinados oitocentos mil reais aos projetos selecionados.

Eis, pois, Sr. Presidente, razões mais do que suficientes para que o Brasil se apresse em depositar junto à Unesco a sua ratificação à convenção dos bens culturais imateriais. Assim procedendo, daremos um sinal claro à comunidade internacional de nosso zelo pela cultura brasileira. E daremos à nossa própria gente mais razões para se orgulhar do modo brasileiro de ser e fazer a vida e a cultura.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 6 minutos.)*

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 264**, ADOTADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2005 E PUBLICADA EM 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DOS MINISTÉRIOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME E DAS CIDADES, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 159.000.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.”:

<b>CONGRESSISTAS</b>	<b>EMENDA NºS</b>
Deputado ADEMIR CAMILO	003, 045, 046
Deputado ANIVALDO VALE	011, 012, 013, 014, 015, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034
Deputado EDUARDO SCIARRA	002, 017
Deputado JOÃO FONTES	036, 037, 038
Deputado JOÃO HERRMANN NETO	039, 040
Deputado JORGE ALBERTO	035
Deputado MARCELO CASTRO	004, 019
Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO	007, 008, 009 e 010
Deputada ROSE DE FREITAS	001, 005, 006, 016, 041, 042, 043, 044
Deputado WILSON SANTIAGO	018

~~SGA-DM~~

**TOTAL DE EMENDAS: 046.**

MPV - 264

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

00001

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP Nº 264	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	----------------------------------	--------------------

TEXTOS

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000  
 UNIDADE: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55101  
 AÇÃO: APOIO A PROJETOS DE MELHORIAS DAS CONDIÇÕES SOCIECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1049.001X.0001  
 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40  
 VALOR: R\$ 1.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000  
 UNIDADE: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55101  
 AÇÃO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO).  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.605.0352.2C08.0001  
 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90  
 VALOR: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Com a presente emenda o Estado do Espírito Santo poderá oferecer um apoio aos projetos de melhorias das condições socioeconômicas das famílias que residem nos municípios pertencentes ao Estado. O desenvolvimento de projetos visa amenizar os problemas sociais tão significativos no povo brasileiro, não diferente dos habitantes do Espírito Santo. Esses projetos são direcionados para cada região visando atingir os principais problemas enfrentados pela comunidade local e possibilitar, assim, que essa população possa usufruir de um meio social mais estruturado.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>E.S.</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>01/11/2005</b>	ASSINATURA 		

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 264**

TA

**00002**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO <b>264/05</b>	PÁGINA DE
---------------------	---	--------------

TEXTO

**Suplementar**

**Órgão:** Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Projeto:** Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes – Construção e Ampliação de Centro de Convivência Escola Bairro – Nos Municípios do Estado do Paraná

**Funcional Programática:** 08.244.1093.1481. 0658

**GND 4; Fonte 100; Modalidade Aplic. 40**

**Valor R\$ 2.000.000,00**

**Cancelar**

**Órgão:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Projeto:** Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar

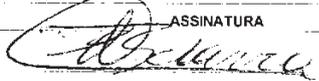
**Funcional Programática:** 08.605.0352.2C08.0001

**GND 3; Fonte 179; Modalidade Aplic. 90**

**Valor R\$ 2.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar projetos que fomentem o desenvolvimento social nos municípios do Estado do Paraná

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>EDUARDO SCIARRA</b>	UF <b>PR</b>	PARTIDO <b>PFL</b>
DATA <b>01/11/05</b>	ASSINATURA 		

— **MPV 264**— **00003****MPV nº 264, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **ADEMIR CAMILO**  
UF: **MG** Partido: **PDT**

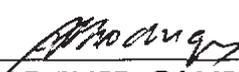
Incluir Funcional Programática 18.544.1138.XXXX.XXXX a Ação "CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO SÃO JACINTO – TEÓFILO OTONI – MG" no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais) ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Canalização do citado Córrego é uma obra de suma importância para o Município de Teófilo Otoni, e para a região vizinha, viabilizando a contenção e a distribuição correta das águas deste córrego, evitando assim a oscilação e volatilidade do nível hidrográfico para a região corrida pelo Córrego São Jancinto.

Sala da Comissão, de Novembro de 2005.

  
Dep. **ADEMIR CAMILO**  
PDT/MG

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 264**

**00004**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO  
**264/05**

PÁGINA  
**01 DE 01**

TEXTO

**SUPLEMENTAR**

**Órgão:** Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome  
**Projeto:** Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes – Construção e Ampliação de Centros de Convivência Escola Bairro em Municípios – Estado do Piauí  
**Funcional Programática:** 08.244.1093.1481.XXXX  
**GND 4; Fonte 100; Modalidade de Aplicação 40**  
**Valor:** R\$ 2.000.000,00

**CANCELAR**

**Órgão:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**Projeto:** Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar  
**Funcional Programática:** 08.605.0352.2C08.0001  
**Gnd 3; Fonte 179; Modalidade de Aplicação 90**  
**Valor:** R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar projetos que fomentem o desenvolvimento social nos municípios do Estado do Piauí.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3523	DEPUTADO MARCELO CASTRO	PI	PMDB/PI
DATA	ASSINATURA		
01/11/05			

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00005

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP Nº 264	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	----------------------------------	--------------------

TEXTOS

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000  
 UNIDADE: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55101  
 AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS PARA O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA - NACIONAL  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.511.1049.11V1.0001  
 GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40  
 VALOR: R\$ 1.000.000,00

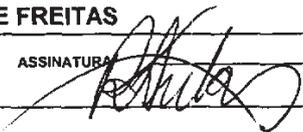
**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000  
 UNIDADE: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55101  
 AÇÃO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR (CRÉDITO  
 EXTRAORDINÁRIO).  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.605.0352.2C08.0001  
 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90  
 VALOR: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo tem, entre seus grandes problemas, a falta d'água provocada pela seca que assola a região. A seca prejudica a economia do Estado, principalmente no seu interior, que tem uma economia voltada para a agricultura e pecuária.

Esta emenda tem como objetivo amenizar este problema no Estado do Espírito Santo com a construção cisternas para o armazenamento da Água e, assim, possibilitar a população dos municípios do referido Estado, uma melhora na sua qualidade de vida e condições de trabalho. Estas cisternas vão ajudar e muito a população durante os períodos de seca no Estado.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ROSE DE FREITAS	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 01/11/2005	ASSINATURA 		

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

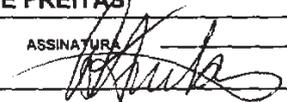
**MPV - 264**

**00006**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MP Nº 264</b>	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTOS	
<b>SUPLEMENTAÇÃO:</b>	
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000 UNIDADE: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55101 AÇÃO: APOIO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO - NACIONAL FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.845.1049.2C08.0001 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR: R\$ 1.000.000,00	
<b>CANCELAMENTO:</b>	
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55000 UNIDADE: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - 55101 AÇÃO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO). FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.605.0352.2C08.0001 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90 VALOR: R\$ 1.000.000,00	

JUSTIFICAÇÃO	
<p>A presente emenda tem como objetivo apoiar os produtores rurais do Estado do Espírito Santo. O Estado dispõe de vários municípios que tem como foco econômico a produção agrícola e produtores de menores escalas que tem a sua produção voltada para o autoconsumo.</p> <p>Estimulando a produção de alimentos para o autoconsumo nos municípios do Espírito Santo a população poderá obter uma melhoria em sua qualidade de vida, além de melhorias na sua saúde uma vez que o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos irá propicia estes benefícios.</p>	

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>E.S.</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>01/11/2005</b>	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00007

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP/264/2005

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

Cancela: Anexo 01  
 Unidade Orçamentária: 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0001  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) Nacional.

Inclua-se: U.O. 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0000  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) no Município de Euzébio - CE.

## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo oferecer a população carente do Município de Euzébio -CE melhorias nas condições habitacionais.

CÓDIGO

Dep. Pastor Pedro Ribeiro  
 NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

/ /

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 264**

**00008**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MP/264/2005	MEDIDAS PROVISÓRIAS PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-------------	---

TEXTO

Cancela: Anexo 01  
 Unidade Orçamentária: 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0001  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) Nacional.

Inclua-se: U.O. 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0000  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) no Município de Jaguaratama - CE.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo oferecer a população carente do Município de Jaguaratama -CE melhorias nas condições habitacionais.

CÓDIGO	Dep. PASTOR PEDRO FILIPE NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
DATA	ASSINATURA		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264  
00009

INSTRUÇÕES NO VERSO	MP/264/2005	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-------------	--------------------

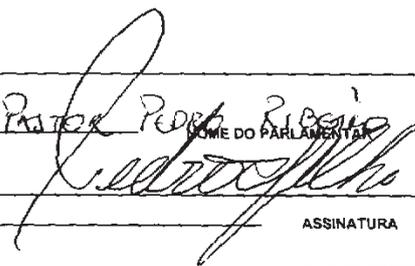
TEXTO

Cancela: Anexo 01  
 Unidade Orçamentária: 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0001  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) Nacional.

Inclua-se: U.O. 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0000  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) no Município de Paramoti – CE.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo oferecer a população carente do Município de Paramoti-CE melhorias nas condições habitacionais.

CÓDIGO	Dep. Pastor Paulo Sérgio  <small>HOME DO PARLAMENTAR</small>	UF	PARTIDO
DATA	ASSINATURA		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00010

INSTRUÇÕES NO VERSO	MP/264/2005	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-------------	--------------------

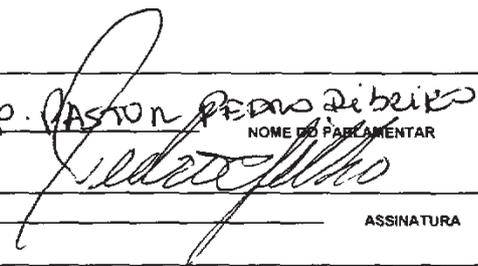
TEXTO

Cancela: Anexo 01  
 Unidade Orçamentária: 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0001  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) Nacional.

Inclua-se: U.O. 56101  
 Funcional Programática: 15.451.1128.OB21.0000  
 Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)  
 Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) no Município de Pentecoste – CE.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo oferecer a população carente do Município de Pentecoste-CE melhorias nas condições habitacionais.

CÓDIGO	Dep. <i>PASTOR PEDRO DE BEIRO</i> <small>NOME DO PARLAMENTAR</small> <i>Pentecoste/CE</i>	UF	PARTIDO
DATA	<small>ASSINATURA</small> 		

MPV - 264

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00011

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Ananindeua - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

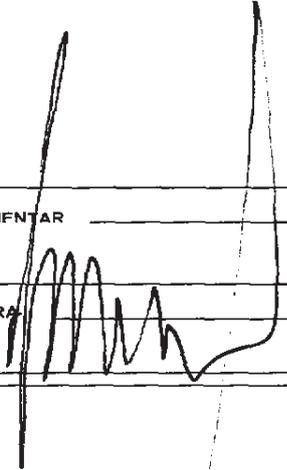
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Ananindeua-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
28/10/05			

**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00012**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MPnº 264/2005	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--------------------------------------	------------------

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
 Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Tracatéua - PA  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

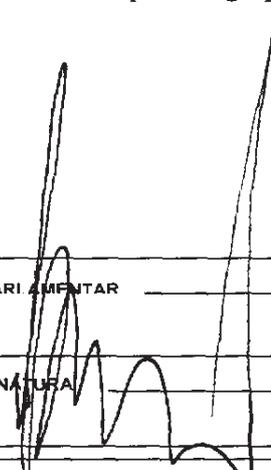
UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
 Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Tracatéua-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO <b>3123-1</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ANIVALDO VALE</b>	UF <b>PA</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>28/10/05</b>	ASSINATURA 		

MPV - 264

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

00013

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

### Acrescentar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Uruará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

### Cancelar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Município de Uruará-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

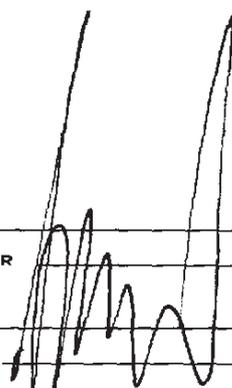
PARTIDO

PSDB

DATA

28/10/05

ASSINATURA



**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00014**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MPnº 264/2005</b>	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---	------------------

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
 Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Viseu - PA  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

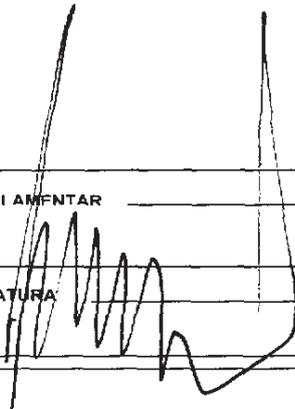
UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
 Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Viseu-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO <b>3123-1</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ANIVALDO VALE</b>	UF <b>PA</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>28/10/05</b>	ASSINATURA 		

MPV - 264

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00015

INSTRUÇÕES NO VERSO

 MEDIDAS PROVISÓRIAS  
 MPnº 264/2005

 PÁGINA  
 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – na Região Norte

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 30.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os Estados da Região Norte, principalmente o Estado do Pará, necessitam de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente a população que reside nos diversos Estados que compõem a Região Norte.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

28/10/05

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 264**

**00016**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
**MP Nº 264**

**PÁGINA**  
01 DE 01

**TEXTO**

**SUPLEMENTAÇÃO:**

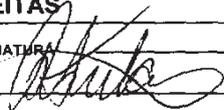
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000  
 UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101  
 AÇÃO: IMPLANTAÇÃO OU MELHORIAS DE OBRA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM  
 MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA -  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.6001.109A.XXXX  
 GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40  
 VALOR: R\$ 2.500.000,00

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000  
 UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101  
 AÇÃO: APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (HABITAR - BRASIL)  
 (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1128.0B21.0001  
 GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90  
 VALOR: R\$ 2.500.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo implantar e melhorar a infra-estrutura urbana nos municípios do Espírito Santo como Boa Esperança, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Afonso Cláudio, entre outros. Esta emenda vem com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população do referidos referido s municípios que carecem de melhorias em sua infra-estrutura, principalmente o calçamento de suas vias, que não se encontra presente por completo nos municípios.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	<b>ROSE DE FREITAS</b>	<b>E.S.</b>	<b>PMDB</b>
DATA	ASSINATURA		
<b>01/11/2005</b>			

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00017

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

264/05

DE

TEXTO

**Suplementar****Órgão:** Ministério das Cidades**Projeto:** Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de até 100.000 Habitantes – Ações de Infra-Estrutura Urbana em Municípios – Estado do Paraná**Funcional Programática:** 15.451.6001.109A.0108**GND 4; Fonte 100; Modalidade Aplic. 40****Valor R\$ 2.000.000,00****Cancelar****Órgão:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**Projeto:** Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**Funcional Programática:** 08.605.0352.2C08.0001**GND 3; Fonte 179; Modalidade Aplic. 90****Valor R\$ 2.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar projetos que fomentem a infra-estrutura urbana nos municípios do Estado do Paraná

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDUARDO SCIARRA

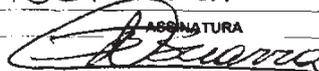
PR

PFL

DATA

ASSINATURA

09/11/05



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

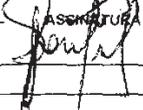
00018

A

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>264/05</b>	PÁGINA DE
---------------------	--------------------------------------	--------------

TEXTO
<p><b>Suplementar</b>  <b>Órgão:</b> Ministério das Cidades  <b>Projeto:</b> Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com Até 100.000 Habitantes – Ações de Infra-Estrutura Urbana em Municípios – Estado da Paraíba  <b>Funcional Programática:</b> 15.451.6001.109A.0210  <b>GND 4: Fonte 100; Modalidade Aplic. 40</b>  <b>Valor R\$ 2.000.000,00</b></p> <p><b>Cancelar</b>  <b>Órgão:</b> Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  <b>Projeto:</b> Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar  <b>Funcional Programática:</b> 08.605.0352.2C08.0001  <b>GND 3: Fonte 179; Modalidade Aplic. 90</b>  <b>Valor R\$ 2.000.000,00</b></p>

JUSTIFICAÇÃO
<p>É fundamental o apoio a projetos de infra-estrutura nos municípios do Estado da Paraíba</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Wilson Santiago	UF	PARTIDO
DATA 11	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00019

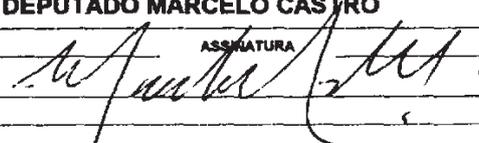
INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO <b>264/05</b>	PÁGINA <b>01 DE 01</b>
---------------------	---	---------------------------

## TEXTO

**SUPLEMENTAR****Órgão:** Ministério das Cidades**Projeto:** Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100.000 Habitantes – Ações de Infra-Estrutura em Municípios – Estado do Piauí**Funcional Programática:** 15.451.6001.109A.XXXX**GND 4; Fonte 100; Modalidade de Aplicação 30****Valor:** R\$ 2.000.000,00**CANCELAR****Órgão:** Ministério das Cidades**Projeto:** Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil)**Funcional Programática:** 15.451.1128.0B21.0001**Gnd 4; Fonte 300; Modalidade de Aplicação 90****Valor:** R\$ 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Apoiar projetos que fomentem a Infra-Estrutura urbana nos municípios do Estado do Piauí.

CÓDIGO 3523	NOME DO PARLAMENTAR <b>DEPUTADO MARCELO CASTRO</b>	UF <b>PI</b>	PARTIDO <b>PMDB/PI</b>
DATA 01/11/05	ASSINATURA 		

**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00020**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005

PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Belém - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

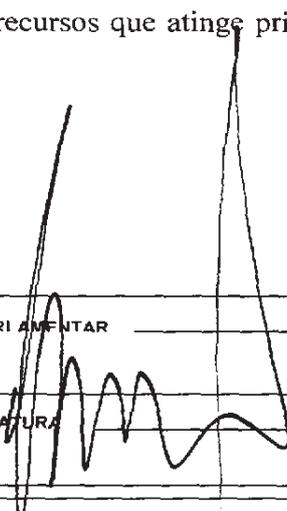
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Belém-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
08/10/05			

## EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00021

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROV  
MPnº 264/2005

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Brasil Novo - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Brasil Novo-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

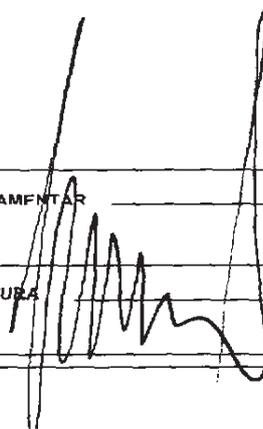
PARTIDO

PSDB

DATA

28/10/05

ASSINATURA



**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00022**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MPnº 264/2005</b>	PÁGINA <b>1 DE 1</b>
---------------------	---	-------------------------

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**  
 UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
 Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Cachoeira do Piriá - PA  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

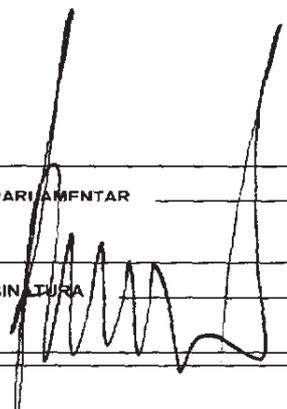
**Cancelar:**  
 UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
 Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Cachoeira do Piriá-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO <b>3123-1</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ANIVALDO VALE</b>	UF <b>PA</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>28/10/05</b>	ASSINATURA 		

MPV - 264

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00023

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Capitão Poço - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Município de Capitão Poço-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

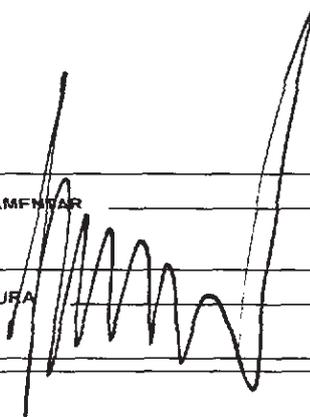
PARTIDO

PSDB

DATA

28/10/05

ASSINATURA



**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00024**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
**MPnº 264/2005**

**PÁGINA**  
**1 DE 1**

**TEXTO**

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Inhangapi - PA  
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

O Município de Inhangapi-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

<b>CÓDIGO</b> 3123-1	<b>NOME DO PARLAMENTAR</b> ANIVALDO VALE	<b>UF</b> PA	<b>PARTIDO</b> PSDB
<b>DATA</b> 28/10/05	<b>ASSINATURA</b> 		

## EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00025

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Curuçá - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

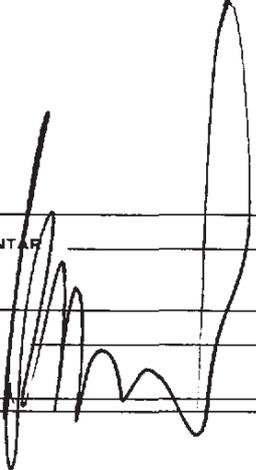
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Município de Curuçá-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
28/10/05			

**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00026**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MPnº 264/2005	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--------------------------------------	------------------

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**  
 UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
 Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Maracanã - PA  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

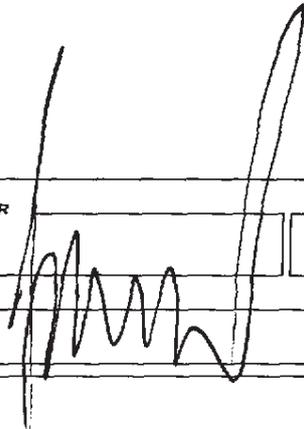
**Cancelar:**  
 UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
 Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Maracanã-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO <b>3123-1</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ANIVALDO VALE</b>	UF <b>PA</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>28/10/05</b>	ASSINATURA 		

MPV - 264

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00027

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Moju - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Moju-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

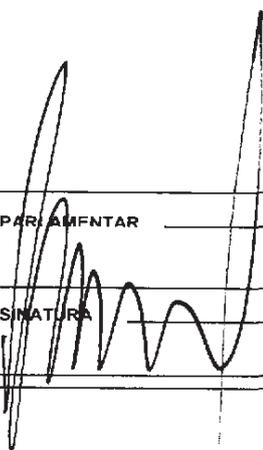
PARTIDO

PSDB

DATA

28/10/05

ASSINATURA



**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00028**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005

PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
 Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Monte Alegre - PA  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

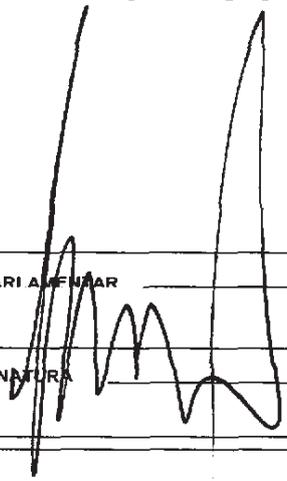
UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
 Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Monte Alegre-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.



CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
28/10/05			

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

00029

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVI  
MP nº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Santa Isabel do Pará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

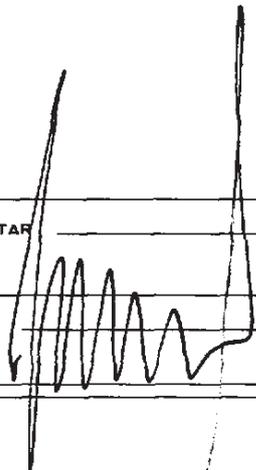
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Município de Santa Isabel do Pará-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
28/10/05			

**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00030**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MPnº 264/2005</b>	PÁGINA <b>1 DE 1</b>
---------------------	---	-------------------------

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
 Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Santa Maria do Pará - PA  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

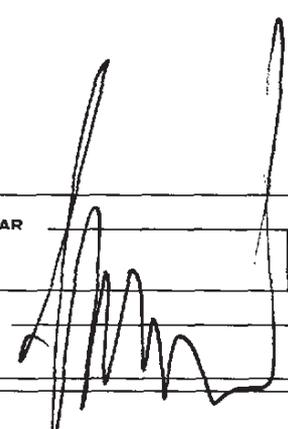
UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
 Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Santa Maria do Pará-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO <b>3123-1</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ANIVALDO VALE</b>	UF <b>PA</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>28/005</b>	ASSINATURA 		

MPV - 264

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00031

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Santo Antônio do Tauá - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

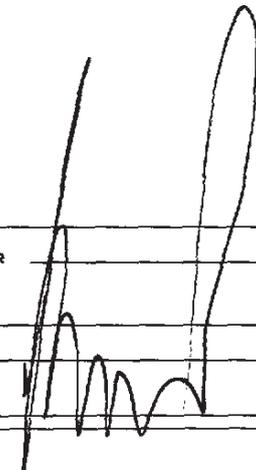
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Tauá-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
28/10/05			

MPV - 264

00032

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005

PAGINA  
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Município de Santarém - PA  
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

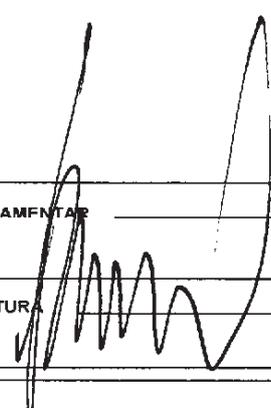
UO: 56101 – Ministério das Cidades  
Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Santarém-PA, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
28/10/05			

MPV - 264

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00033

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 264/2005PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX

Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – no Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 20.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001

Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional

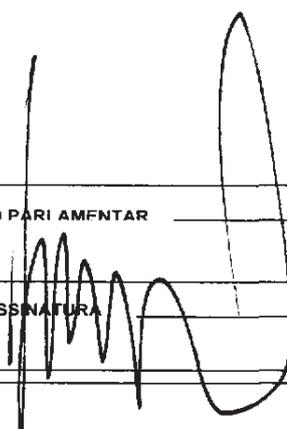
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 20.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Pará, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
28/10/05			

**MPV - 264**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00034**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MPnº 264/2005</b>	PÁGINA <b>1 DE 1</b>
---------------------	---	-------------------------

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, Unidade Orçamentária 56101, ao programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.XXXX  
 Subtítulo: Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) – aos Municípios do Estado do Pará - PA  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 20.000.000,00

**Cancelar:**

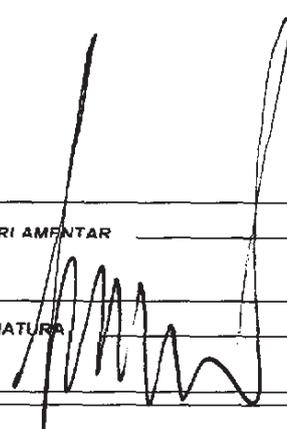
UO: 56101 – Ministério das Cidades  
 Programa: 1128 – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários  
 Funcional Programática: 15.451.1128.0B21.0001  
 Subtítulo: Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (Crédito Extraordinário) - Nacional  
 GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 // Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Municípios Paraenses, necessita de recursos orçamentários para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização. Desta forma, viabilizaria o atendimento as famílias carentes, com obras de saneamento básico (água e esgoto) e de infra-estrutura urbana.

É preciso propiciar condições mínimas de qualidade de vida para as famílias de baixa renda residentes em aglomerados subnormais.

Trata-se de uma necessidade, e merece imensamente a atenção do Governo Federal, com o propósito de amenizar a escassez de recursos que atinge principalmente os assentamentos paraenses.

CÓDIGO <b>3123-1</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ANIVALDO VALE</b>	UF <b>PA</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>28/10/05</b>	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV - 264

E  
00035

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO  
264/2005

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**Extraordinário:**

Na UO 56000 - Ministério das Cidades, requer o seguinte:

**Funcional Programática:** 15.451.1128.0B21.0001 - Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil)**GND:** 4**Fonte:** 300**Valor:** R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Objetiva as dotações orçamentárias em prol da população de baixa renda nos municípios do Estado de Sergipe, que vive em assentamentos precários, tendo suas vidas constantemente ameaçadas pela falta de saneamento básico e a conseqüente proliferação de doenças, como também outros riscos inerentes a falta de infra-estrutura.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JORGE ALBERTO

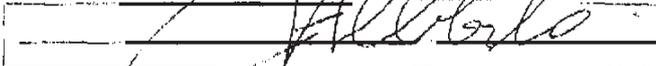
SE

PMDB

DATA

ASSINATURA

03/11/2005



**MPV - 264**

**00036**

**MPV nº 264, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **JOÃO FONTES**  
 UF: **SE** Partido: **PDT**

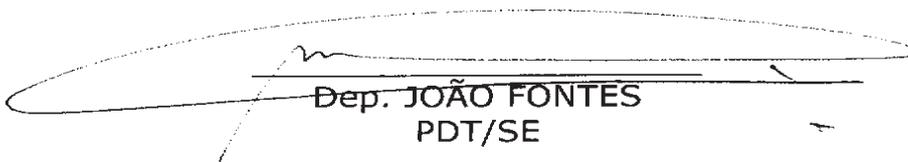
Incluir a Funcional Programática 16.451.1128.0634.0246 – “APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM MUNICÍPIOS – ESTADO DE SERGIPE” no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 4.093.000,00 (Quatro Milhões e Noventa e Três Mil Reais)  
 ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

**JUSTIFICAÇÃO**

O acréscimo destina-se a implementar obras de restauração e melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários no Municípios do Estado de Sergipe.  
 Os recursos necessários para a implementação destas Ações refulgem para a população do Estado como uma esperança de ver suas reclamações atendidas pelo Governo Federal, uma vez que a condição precária em que se encontram assentamentos em todo o Estado é catastrófica, e é um risco constante à vida das pessoas que se encontram nestes assentamentos.

Sala da Comissão, de Outubro de 2005.

  
 Dep. **JOÃO FONTES**  
 PDT/SE

**MPV - 264****00037****MPV nº 264, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **JOÃO FONTES**  
UF: **SE** Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 16.451.1128.0634.XXXX - "APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - ARACAJU - SE" no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais) ESF F; GND 4; FONTE 100.

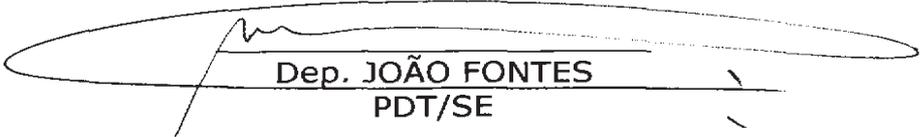
O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O acréscimo destina-se a implementar obras de restauração e melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários Na Cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

Os recursos necessários para a implementação destas Ações refulgem para a população da Capital do Estado como uma esperança de ver suas reclamações atendidas pelo Governo Federal, uma vez que a condição precária em que se encontram os assentamentos em todo o Estado é catastrófica, consoante em sua capital, e sendo eminente o risco à vida das pessoas que se encontram nestes assentamentos.

Sala da Comissão, de Outubro de 2005.



Dep. **JOÃO FONTES**  
PDT/SE

**MPV - 264**

**00038**

**MPV nº 264, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **JOÃO FONTES**  
 UF: **SE** Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 16.482.9991.0648.0676 – “APOIO AO PODER PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA – Construção de Habitações Populares – Aracaju - SE” no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 3.816.400,00 (Três Milhões, Oitocentos e Dezesseis Mil e Quatrocentos Reais) ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

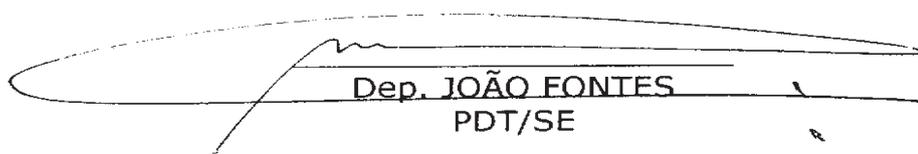
**JUSTIFICAÇÃO**

O acréscimo destina-se a implementar obras para construção de Habitações Populares na Cidade de Aracaju, privilegiando a população de baixa renda, que tem suas esperanças depositadas nas ações governamentais de apoio social.

A cidade de Aracaju, assim como todas as cidades de grande porte, necessita urgentemente de ações para a melhoria das condições de habitabilidade de sua população, para sanar em parte alguns dos problemas de infra-estrutura aferidas aos grandes centros.

Esta Emenda visa corrigir distorções apresentadas na execução orçamentária da União, onde ações deste porte ainda não foram implementadas nas suas destinações.

Sala da Comissão, de Outubro de 2005.

  
 Dep. **JOÃO FONTES**  
 PDT/SE

**MPV - 264****00039**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

**MPV nº 264, de 2005**

Nome do Parlamentar: **JOÃO HERRMANN NETO**  
UF: **SP** Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 16.482.9991.0648.XXXX - "APOIO AO PODER PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA - Apoio a Melhoria das Condições de Habitabilidade - Americana - SP" no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais) ESF F; GND 4; FONTE 100.

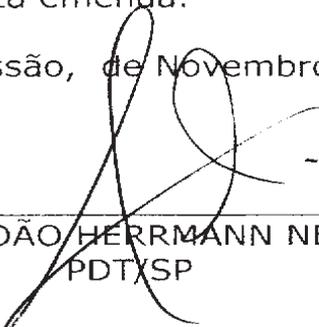
O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Município de Americana anseia por providências que concedam melhoria nas condições de habitabilidade de sua população com baixa renda, aspirando por ações que visem a implantação de um plano que atenda a Galeria de águas pluviais, asfaltamento e construção de 100 casas populares, nos bairros de Jardim da Mata, onde atenderia a uma população de 480 famílias; e em Jardim Novo Horizonte, onde seriam atendidas 250 famílias.

Para atender aos anseios da população menos privilegiada do Município, que apresento esta emenda.

Sala da Comissão, de Novembro de 2005.

  
\_\_\_\_\_  
Dep. JOÃO HERRMANN NETO  
PDT/SP

**MPV - 264****00040**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

**MPV nº 264, de 2005**Nome do Parlamentar: **JOÃO HERRMANN NETO**UF: **SP**Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 16.482.9991.0648.XXXX – “APOIO AO PODER PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA – Apoio a Melhoria das Condições de Habitabilidade – Limeira - SP” no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais)  
ESF F; GND 4; FONTE 100.

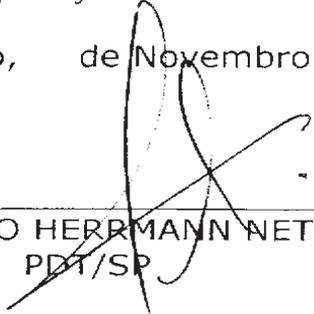
O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Município de Limeira, dispõe de problemas estruturais comuns á todas as cidades de médio porte, com invasões de áreas públicas e privadas. É neste sentido que essa emenda faz-se necessária, pois bairros como Jardim Ernesto Kuhl tem sua área invadida e apropriada indevidamente, formando-se verdadeiros amontoados populacionais, uma vez que é possível fazer o assentamento desta população desprivilegiada em outro local, como em Jardim Antônio Simonetti, onde seriam construídas 100 casas populares para atender às necessidades básicas desta população necessitada.

Sala da Comissão, de Novembro de 2005.

Dep. JOÃO HERRMANN NETO  
PDT/SP



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

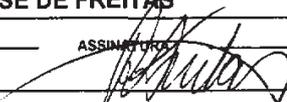
MPV - 264

00041

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP Nº 264	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	----------------------------------	--------------------

TEXTOS	
<b>SUPLEMENTAÇÃO:</b>	
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	
UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101	
AÇÃO: APOIO AO PODER PÚBLICO PARA A CONSTRUÇÃO HABITACIONAL PARA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA - APOIO A MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE HABILIDADE -ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 16.482.9991.0648.XXXX	
GND: 4	MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 1.000.000,00	
<b>CANCELAMENTO:</b>	
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	
UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101	
AÇÃO: APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (HABITAR - BRASIL) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL .	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1128.0B21.0001	
GND: 4	MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 1.000.000,00	

JUSTIFICAÇÃO
<p>Esta emenda tem como objetivo o apoio ao poder público para que se realize a construção habitacional para as famílias de baixa renda nos municípios do Estado do Espírito Santo. O acatamento desta emenda possibilitará a construção para amenizar um grave problema social dos municípios do Estado. A falta de moradia, habitação para a população carente, além de promover uma maior integração destas famílias com toda a população deste municípios.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>E.S.</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>01/11/2005</b>	ASSINATURA 		

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 264**

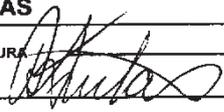
**00042**

A

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MP Nº 264</b>	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

SUPLEMENTAÇÃO: ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000 UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101 AÇÃO: APOIO À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 30 MIL HABITANTES - SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS EM MUNICÍPIOS - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17.512.0122.0654.0092 GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR: R\$ 450.000,00  CANCELAMENTO: ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000 UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101 AÇÃO: APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (HABITAR - BRASIL) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1128.0B21.0001 GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90 VALOR: R\$ 450.000,00
--

JUSTIFICAÇÃO  O apoio à implantação e ampliação de Sistemas de coletas e tratamento de Esgotos Sanitários no município de Afonso Cláudio irá amenizar o problema no sistema de esgotos sanitários do referido município. O acatamento da presente emenda irá, também, amenizar problemas relacionados a saúde da população deste município com a implantação e ampliação destes sistemas.
---

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>E.S.</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>01/11/2005</b>	ASSINATURA 		

MPV - 264

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00043

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MP Nº 264PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000

UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101

AÇÃO: APOIO À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE  
ESGOTOS SANITÁRIOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 30 MIL HABITANTES -  
SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS EM MUNICÍPIOS - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17.512.0122.0654.0092

GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 350.000,00

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000

UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101

AÇÃO: APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (HABITAR - BRASIL)  
(CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL .

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1128.0B21.0001

GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 350.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O apoio à implantação e ampliação de Sistemas de coletas e tratamento de Esgotos Sanitários no município de Domingos Martins irá amenizar o problema no sistema de esgotos sanitários do referido município. O acatamento da presente emenda irá, também, amenizar problemas relacionados a saúde da população deste município com a implantação e ampliação destes sistemas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	E.S.	PMDB
DATA	ASSINATURA		
01/11/2005			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 264**

**00044**

A

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MP Nº 264</b>	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTOS	
<b>SUPLEMENTAÇÃO:</b>	
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	
UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101	
AÇÃO: APOIO À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 30 MIL HABITANTES - SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS EM MUNICÍPIOS - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17.512.0122.0654.0092	
GND: 4	MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 450.000,00	
<b>CANCELAMENTO:</b>	
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DAS CIDADES - 56000	
UNIDADE: MINISTERIO DAS CIDADES - 56101	
AÇÃO: APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (HABITAR - BRASIL) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL .	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1128.0B21.0001	
GND: 4	MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 450.000,00	

JUSTIFICAÇÃO	
<p>O apoio à implantação e ampliação de Sistemas de coletas e tratamento de Esgotos Sanitários no município de Santa Maria de Jetibá irá amenizar o problema no sistema de esgotos sanitários do referido município. O acatamento da presente emenda irá, também, amenizar problemas relacionados a saúde da população deste município com a implantação e ampliação destes sistemas.</p>	

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>E.S.</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>01/11/2005</b>	ASSINATURA 		

**MPV - 264****00045****MPV nº 264, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **ADEMIR CAMILO**  
UF: **MG** Partido: **PDT**

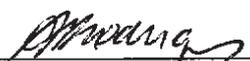
Incluir Funcional Programática 18.544.1138.XXXX.XXXX a Ação "CANALIZAÇÃO DE CÓRREGO - JACINTO - MG" no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)  
ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Canalização de Córrego no Município de Jacinto é uma obra de suma importância para a sua população, pois viabilizará a contenção e a distribuição correta das águas deste córrego, evitando assim a dependência da oscilação e volatilidade do nível hidrográfico para a região assistida pelo Córrego Jacinto.

Sala da Comissão, de Novembro de 2005.

  
Dep. ADEMIR CAMILO  
PDT/MG

**MPV - 264**

**00046**

**MPV nº 264, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **ADEMIR CAMILO**  
 UF: **MG** Partido: **PDT**

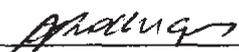
Incluir Funcional Programática 18.544.0515.XXXX.XXXX a Ação "CONSTRUÇÃO DE DIQUE DE CONTENÇÃO - ALMENARA - MG" no Programa de Trabalho do ANEXO desta Medida Provisória, o montante de R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais) ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

**JUSTIFICAÇÃO**

A construção do Dique de Contenção das águas do Rio Jequitinhonha e Córrego São Francisco, no município de Almenara, é uma obra emergencial e urgente para a cidade e seu municípes, pois os transtornos causados em épocas de enchentes tem provocado sérios danos e prejuízos ao comércio em geral a aos demais moradores dos bairros próximos.

Sala da Comissão, de Novembro de 2005.

  
 Dep. ADEMIR CAMILO  
 PDT/MG

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, ADOTADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2005 E PUBLICADA EM 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, NO VALOR DE R\$ 33.000.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado ANIVALDO VALE	001, 002, 003 e 004
Deputado WILSON SANTIAGO	005

~~SCAEM~~

**TOTAL DE EMENDAS: 005**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 265**

**00001**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
**MPnº 265/2005**

PÁGINA  
**1 DE 1**

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura, Unidade Orçamentária 22101, ao programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

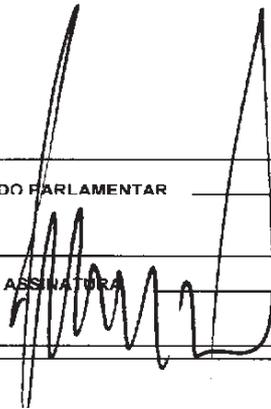
UO: 22101 – Ministério da Agricultura.  
Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.  
Funcional Programática: 20.128.0359.4724.XXXX  
Subtítulo: Organização e capacitação de agentes atuantes na bovideocultura no Estado do Pará.  
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura.  
Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.  
Funcional Programática: 20.604.0359.8509.0001  
Subtítulo: Erradicação da febre aftosa (Crédito Extraordinário) – Nacional.  
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar recursos para a organização e a capacitação de agentes que trabalham diretamente com a bovideocultura no Estado do Pará.  
Trata-se de uma necessidade, treinar e preparar agentes que possam está aptos a identificar e prevenir doenças na bovideocultura.



CÓDIGO <b>3123-1</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>ANIVALDO VALE</b>	UF <b>PA</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>31/10/05</b>	ASSINATURA		

MPV - 265

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00002

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 265/2005PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura, Unidade Orçamentária 22101, ao programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura.

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.

Funcional Programática: 20.604.0359.4807.XXXX

Subtítulo: Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovideocultura no Estado do Pará.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura.

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.

Funcional Programática: 20.604.0359.8509.0001

Subtítulo: Erradicação da febre aftosa (Crédito Extraordinário) – Nacional.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar recursos para a prevenção e o controle de doenças da bovideocultura no Estado do Pará.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

31/10/05

ASSINATURA



**MPV - 265**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**00003**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
**MPnº 265/2005**

PÁGINA  
**1 DE 1**

**TEXTO**

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura, Unidade Orçamentária 22101, ao programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

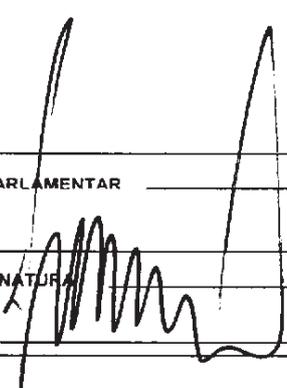
UO: 22101 – Ministério da Agricultura.  
Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.  
Funcional Programática: 20.604.0359.8509.XXXX  
Subtítulo: Erradicação da febre aftosa (Crédito Extraordinário) – no Estado do Pará  
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura.  
Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.  
Funcional Programática: 20.604.0359.8509.0001  
Subtítulo: Erradicação da febre aftosa (Crédito Extraordinário) – Nacional.  
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

O Estado do Pará, necessita de recursos orçamentários para melhorar e elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas. Trata-se de uma necessidade, e visa atender aos criadores de gado de corte, e também, o gado leiteiro do Estado Paraense.

<b>CÓDIGO</b> 3123-1	<b>NOME DO PARLAMENTAR</b> ANIVALDO VALE	<b>UF</b> PA	<b>PARTIDO</b> PSDB
<b>DATA</b> 31/10/05	<b>ASSINATURA</b> 		

MPV - 265

## EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

00004

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPnº 265/2005PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura, Unidade Orçamentária 22101, ao programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura.

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.

Funcional Programática: 20.604.0359.8509.XXXX

Subtítulo: Erradicação da febre aftosa (Crédito Extraordinário) – nos Municípios do Estado do Pará.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura.

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.

Funcional Programática: 20.604.0359.8509.0001

Subtítulo: Erradicação da febre aftosa (Crédito Extraordinário) – Nacional.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Os Municípios do Estado do Pará, necessitam de recursos orçamentários para melhorar e elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Trata-se de uma necessidade, e visa atender aos criadores de gado de leite e de corte nos diversos municípios paraenses.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

31/10/05

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 265**

**00005**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

**265/05**

PÁGINA  
DE

TEXTO

**Suplementar**

**Órgão:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Projeto:** Apoio a Projetos de Setor Agropecuário – Construção de Matadouro em Municípios do Estado da Paraíba

**Funcional Programática:** 20.606.6003.005A.0338

**GND 4: Fonte 100; Modalidade Aplic. 40**

**Valor R\$ 2.000.000,00**

**Cancelar**

**Órgão:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Projeto:** Apoio a População Residente em Áreas Afetadas pela Febre Aftosa

**Funcional Programática:** 20.244.0359.0B26.0001

**GND 3: Fonte 300; Modalidade Aplic. 90**

**Valor R\$ 2.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

É fundamental apoiar projetos que fomentem o desenvolvimento do setor agropecuário Estado da Paraíba

CÓDIGO

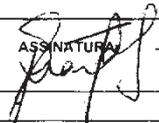
NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

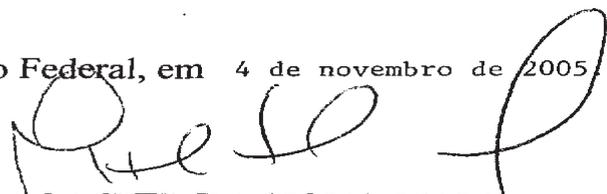
<p>11</p>			

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3918 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017.066/05-0**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALERIE MERLIN DE CAETANO MAZZOCO**, matrícula n.º 185672, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

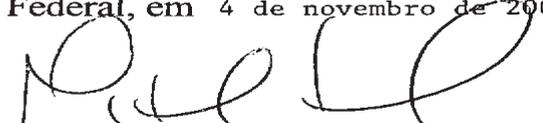
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3919 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017117/05-4**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, da servidora **KAREN DA SILVEIRA**, matrícula n.º 179817, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

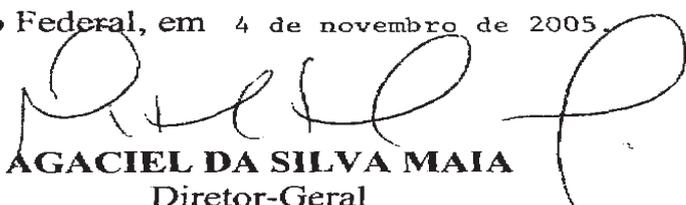
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3920 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017.064/05-8**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIANA CARDOSO SILVEIRA**, matrícula n.º 187127, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança da Maioria para o Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3921 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 004.017/05-6 e 014.688/05-0,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3648, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3329, de 29/09/2005, que nomeou **MARIA CRISTINA ANJOS BOGEA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Papaleo Paes, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3922 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **016.744/05-5** e **017.050/05-7**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3864, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3350, de 31/10/2005, que nomeou **LUCIANA CORRÊA QUEIROZ FREITAS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

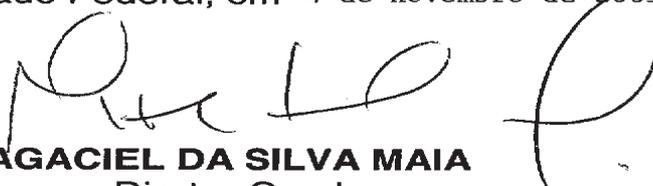
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3923 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014884/05-4,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3631, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3328, de 28/09/2005, que nomeou **JORGE LUIZ MACEDO BASTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Salgado, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

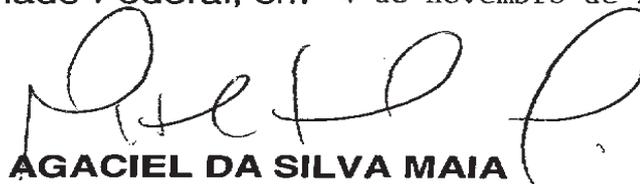
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº. 3924 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017.070/05-8,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a exoneração de **GILVAM PINHEIRO BORGES** do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 3827, de 26/10/2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3348, de 27/10/2005.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.



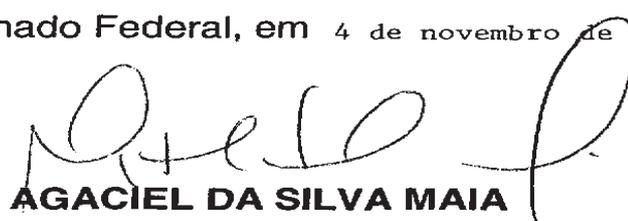
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº. 3925 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015.094/05-7,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3659, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3330, de 30/09/2005, que nomeou **SAME SAAB** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.



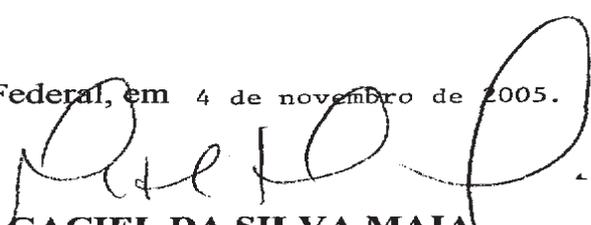
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3926 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016919/05-0**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KLEITON CASTRO VIANNA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

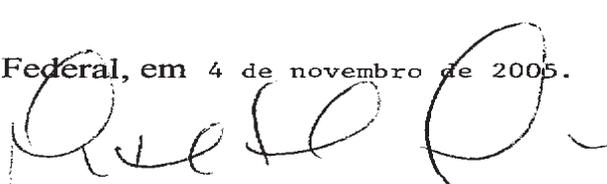
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3927 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016886/05-4**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SEVERINO WILSON DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

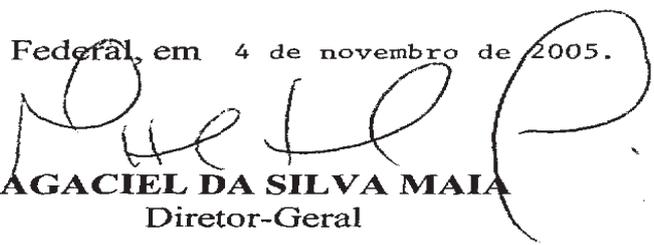
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3928 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017.065/05-4**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ANGÉLICA BATISTA SOARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2005.

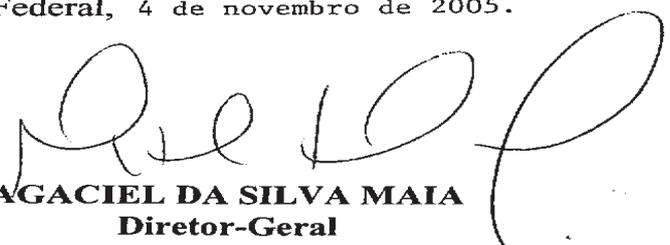
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3929 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016808/05-3,

**RESOLVE** dispensar a servidora ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS, matrícula 20270, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Capiberibe, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 27 de outubro de 2005.

Senado Federal, 4 de novembro de 2005.

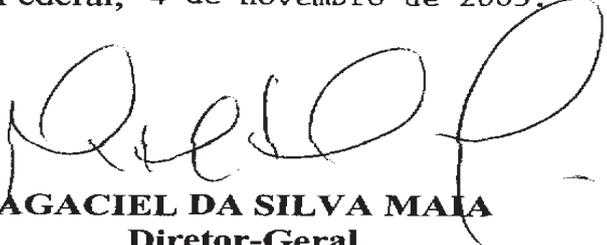
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3930 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016864/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora **CRISTIANE DE LUCENA CARNEIRO**, matrícula 51333, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Capiberibe, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 27 de outubro de 2005.

Senado Federal, 4 de novembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3931 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016865/05-7,

RESOLVE dispensar a servidora **CHRISTINA RODRIGUES MARTINS SIK**, matrícula 48401, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Capiberibe, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 27 de outubro de 2005.

Senado Federal, 4 de novembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 3932 , DE 2005**

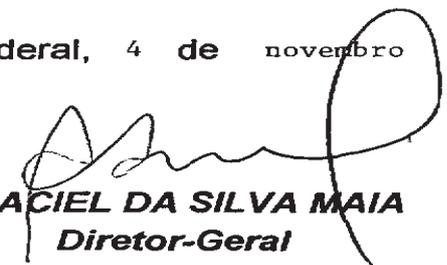
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **MARIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**, matrícula nº 9560, e **RITA NOVAES DA PAIXÃO**, matrícula nº 46672, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014692/01-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de novembro de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 3933 , DE 2005**

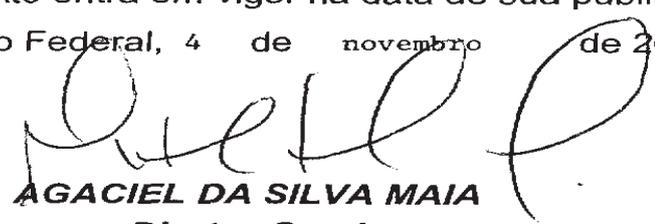
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES**, matrícula nº 25772, e **FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS**, matrícula nº 42472, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014324/05-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de novembro de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 3934 , DE 2005**

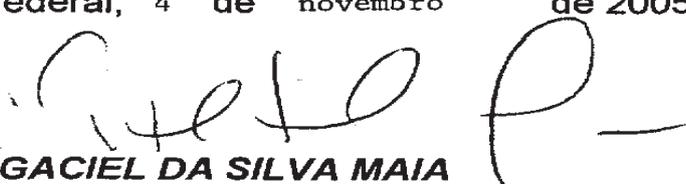
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de ~~suas~~ atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **CARLOS ALBERTO BELESA SOUSA**, matrícula nº 102729, e **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CAMARA**, matrícula nº 104763, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 016191/05-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de novembro de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(21 titulares e 21 suplentes)\*

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE  
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**

(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
<b>PMDB</b>			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)</b>			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
<b>PDT</b>			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

### OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS  
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498  
FAX: 3311-3121  
E-MAIL: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Shessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL</b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
<b>PT</b>					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
<b>PSDB</b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
<b>PSB , PL e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002  
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

## COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

### 01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### 03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

## COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### MEMBROS NATOS

<b>Senador ROBERTO SATURNINO</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado AROLDO CEDRAZ</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

#### BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

#### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPPLY (PT/SP)	2.

#### PDT

	1.
--	----

#### PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

### DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

#### PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

#### PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

#### PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

#### PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

#### PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311- 5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49  
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900  
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS**